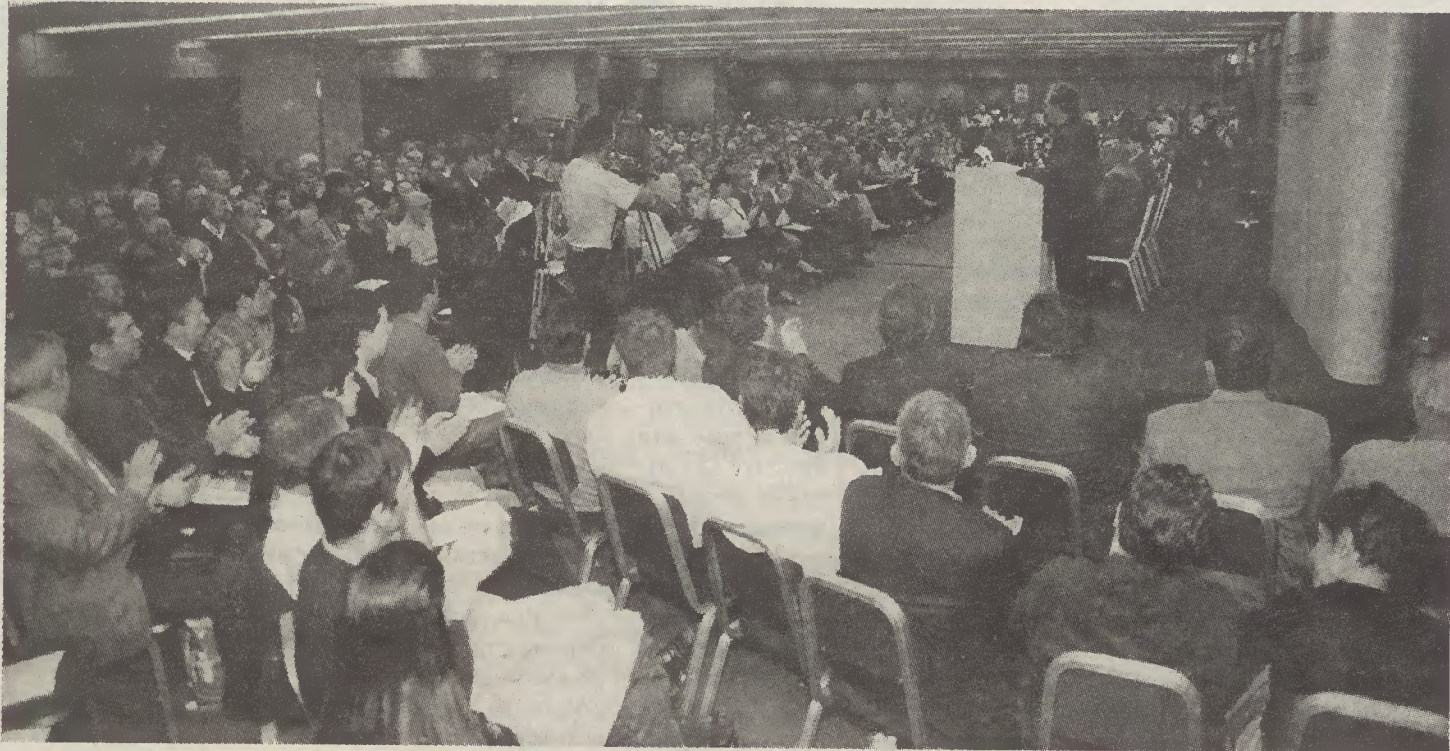


# Avante!

## Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas



# Avançar e crescer

Foi de confiança o ambiente que envolveu o Encontro Nacional do PCP, realizado em Lisboa e em que participaram 800 camaradas e amigos. A CDU, cujo trabalho «marca a diferença», tem, como afirmou Carlos Carvalhas, um objectivo realista para as próximas autárquicas: avançar e crescer.

Págs. 5 e 15 a 18

# Vietname

## No caminho do Socialismo

Muita coisa mudou para melhor em todo o país

Pág. 25

### Defesa Nacional

#### Uma estratégia de paz e progresso

Alguns dos traços essenciais que devem, na perspectiva do PCP, conformar a estratégia global do Estado em matéria das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Pág. 11

### Contra o Governo

#### Secundário na rua

Com o apoio de pais e professores, ontem foi dia de luta para os alunos do ensino secundário, que saíram à rua em manifestações e greves por reivindicações onde avulta a suspensão da revisão curricular.

Pág. 19

### Estados Unidos

#### Mundo «mal-agradecido»?

Os EUA foram afastados da Comissão de Direitos Humanos da ONU, o que levou o secretário de Estado da Defesa a acusar o mundo de ser «mal-agradecido».

Págs. 22 e 23



**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO**  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**  
José Casanova

**Chefe de Redacção**  
Leandro Martins

**Chefe Adjunto**  
Anabela Fino

**Redactores**  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque

**Grafismo**  
José Araújo

**Fotografia**  
Jorge Caria  
Sérgio Morais

**Secretaria da Redacção**  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Cago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B. L. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**  
Av. Cago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***  
(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
25 números: 4 600\$00

**EUROPA**  
50 números: 23 000\$00

**EXTRA-EUROPA**  
50 números: 33 000\$00

\*Enviar para:  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

**Composição e impressão**  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



**Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas**

## Resumo

### 2 Quarta-feira

A Comissão Europeia, através da Comissão Loyola de Palacio, pronuncia-se a favor do plano de reestruturação da TAP, que prevê o início da privatização da empresa e a redução em 50 por cento dos prejuízos ● O Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento entrega ao Ministério Público o processo que levou ao encerramento do Laboratório *Sicla*, devido a terem sido encontrados estupefacientes adquiridos ilegalmente ● O Presidente angolano admite que o seu Governo e a UNITA podem restabelecer contactos directos, tendo em vista uma solução não militar para o conflito ● Um estudo da Federação das Associações de Produtores de Bovinos revela que a Espanha está a colocar carne de novilho no mercado português a preços abaixo dos valores fixados pela Bolsa do Bovino.

### 3 Quinta-feira

Os motoristas dos transportes colectivos municipais entram em greve, reivindicando nomeadamente a revisão do regime de carreiras ● Um incêndio e diversas explosões ferem seis pessoas num armazém de resíduos industriais da empresa Prolixo situado no Quimigal Parque, no Barreiro ● Um estudo da OCDE revela que os contribuintes espanhóis trabalham durante 135 dias por ano para pagar toda a carga fiscal ● As autoridades da Macedónia lançam, em Vaksine, uma nova ofensiva militar contra os rebeldes albaneses ● O Papa João Paulo II chega ao aeroporto internacional de Atenas, para iniciar uma visita de 24 horas à Grécia ● Milhares de estudantes enchem o Largo da Sé Velha, em Coimbra, para assistir à serenata monumental que abriu os tradicionais festejos da Queima das Fitas.

### 4 Sexta-feira

A Comissão de Trabalhadores da TAP contesta o ministro Ferro Rodrigues por não ter sido ouvida sobre o plano de viabilização da transportadora ● Os pilotos da Lufthansa entram em greve para exigir aumentos salariais na ordem dos 30 por cento ● O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem condena a Grã-Bretanha por violações relacionadas com queixas de familiares de 14 pessoas mortas pelas forças de segurança no Ulster, entre 1982 e 1992, oito delas pertencentes a um comando do IRA.

### 5 Sábado

Tem lugar o Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, em Lisboa, com a participação Carlos Carvalhas ● O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Metalomecânicos do

Sul denuncia que os trabalhadores da Fribérica não receberam parte dos salários de Abril ● O Presidente da República Democrática do Congo, Joseph Kabila, chega a Dar-es-Salaam, para uma visita oficial de três dias destinada a fortalecer as relações com a Tanzânia ● Segundo um estudo da Associação para a Promoção da Segurança Infantil, no ano 2000, uma média de 21 crianças por dia foram vítimas de acidentes rodoviários em Portugal ● Forças da UNITA atacam a cidade de Caxito, capital da província do Bengo, a cerca de 60 quilómetros de Luanda.

### 6 Domingo

A Comissão da Concelhia de Oeiras do PCP denuncia a retirada de 33 painéis de propaganda que se encontravam instalados em vários locais do concelho ● A CDU de Massamá, Sintra, defende a criação de uma esquadra da PSP na freguesia e aponta as velhas instalações da Junta como possível espaço para alojar a força policial ● Manuel Guménez Abada, de 52 anos, presidente do Partido Popular de Aragão, é abatido pela ETA com um tiro ● Várias pessoas morrem e centenas ficam feridas num desabamento de bancadas num estádio de futebol no Iraque.

### 7 Segunda-feira

Os trabalhadores dos serviços de identificação civil entram em greve, exigindo a integração nos quadros de funcionários que estavam contratados e que foram dispensados ● A Câmara do Cadaval aprova um documento onde declara que a construção do Aterro Sanitário do Oeste não é compatível com o Plano Director Municipal ● O secretário da NATO, George Robertson, reconhece que a Macedónia se encontra «à beira de uma verdadeira crise», na sequência de um encontro com os principais responsáveis do país ● Aumenta o número de mortos do ataque da UNITA à cidade de Caxito, perto da capital angolana, com fontes oficiais a avançarem um balanço de cem mortos.

### 8 Terça-feira

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, demite o director-geral da Saúde, José Luís Castanheira, nomeado há 18 meses, e substituiu-o por José Pereira Miguel, anterior subdirector ● O presidente do Benfica, Manuel Vilarinho, decide-se pela construção de um novo estádio para a participação no Euro 2004, após a recusa do Sporting quanto à construção de um «estádio municipal» ● Três dirigentes da Fundação para a Prevenção e Segurança são ouvidos na Comissão de inquérito da Assembleia da República ● Tony Blair anuncia eleições legislativas antecipadas na Grã-Bretanha, marcando-as para o próximo dia 7 de Junho.

## Aconteceu

### PS na mesma

As vozes discordantes, fossem elas de «esquerda» fossem de direita, não foram bem tratadas no congresso do Partido Socialista realizado no passado fim-de-semana em Lisboa, num pavilhão arrumado de forma a disfarçar a pouca participação militante. A sala, quando se não tratava de intervenções mediáticas, chegou a ficar quase vazia, talvez porque o que era decisivo já estivesse decidido mesmo antes de o congresso ter começado. Reeleito antes com 96 por cento dos votantes, o secretário-geral António Guterres teve a oportunidade de fazer discursos retumbantes e de pouco conteúdo, secundado por Jorge Coelho e pela sua retórica inflamada dirigida ao interior do partido e às possíveis divergências internas. Nada de novo saiu do congresso socialista, a não ser a «renovação» de órgãos dirigentes, que não incluem agora nomes como Manuel Alegre, Helena Roseta ou Manuel Carrilho. O PCP esteve representado na reunião magna do PS pelos camaradas Vítor Dias, Jorge Cordeiro e Fernanda Mateus. À saída, Vítor Dias comentou para a imprensa que «o PS sai deste congresso tão longe de uma política de esquerda como entrou».



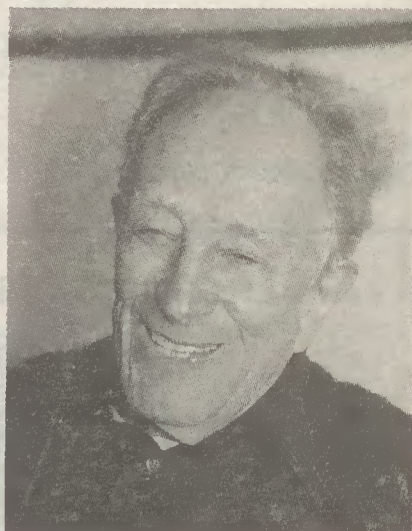
### Papa na Grécia e na Síria

Mais uma viagem de João Paulo II, que desta vez o levou a terras onde o catolicismo é minoritário. A primeira etapa concluiu-se na Grécia, país maioritariamente cristão ortodoxo. Aqui, a recepção ficou-se pelo protocolo oficial, do Estado e da igreja ortodoxa, já que a população reagiu com indiferença ou com alguma agressividade à visita do chefe da igreja romana, com a qual os ortodoxos mantiveram durante quase um milénio relações de cordial inimizade.

A segunda etapa concretizou-se na Síria, país muçulmano, cujo Estado

é laico, lugar onde tradicionalmente os cristãos não têm sido perseguidos. Na capital deste país, Damasco, João Paulo II apelou ao diálogo inter-religioso, nomeadamente entre a Igreja Católica e o Islão. Este foi o primeiro Papa a entrar na mesquita dos Omíadas e a visitar um local de culto muçulmano. Entretanto, as declarações do presidente sírio, Bachar Assad, que na altura acusou Israel de pretender «assassinar todos os princípios de todas as religiões», já mereceram do presidente israelita uma violenta reacção.

## Vasco Gonçalves fez 80 anos



Centenas de pessoas - trabalhadores e dirigentes sindicais, dirigentes e activistas políticos, militares de Abril, intelectuais e artistas - participaram, no passado dia 3, num jantar de homenagem ao general Vasco Gonçalves, por ocasião da comemoração do seu 80.º aniversário. Morais e Castro, Fernanda Montemor, Armando Caldas, Fernando Tavares Marques e Odete Santos leram poemas de vários autores inspirados na acção desenvolvida por Vasco Gonçalves, primeiro-ministro de vários governos provisórios do período revolucionário subsequente ao 25 de Abril. Carlos Alberto Moniz homenageou o «companheiro

Vasco» com duas canções. Almirante Rosa Coutinho, Manuel Carvalho da Silva, António Dias Lourenço e Urbano Tavares Rodrigues, em breves intervenções, sublinharam aspectos vários da acção e da personalidade do general Vasco Gonçalves, enquanto figura maior da Revolução

de Abril. Finalmente, o homenageado, numa intervenção comovida, relembrou momentos importantes do período revolucionário e sublinhou a necessidade do empenhamento no esforço de elevação da consciência social e política dos trabalhadores e do povo.

## Apoio aos jornalistas portugueses

A Federação Europeia de Jornalistas, cuja Assembleia Geral se reuniu no passado fim-de-semana em Saint Vincent, na Itália, decidiu por unanimidade o seu apoio à luta do Sindicato dos Jornalistas portugueses quanto à protecção dos direitos de autor. Entretanto, nas eleições então realizadas, a Assembleia Geral decidiu a integração de dois jornalistas lusos nas suas estruturas directivas. Os dele-

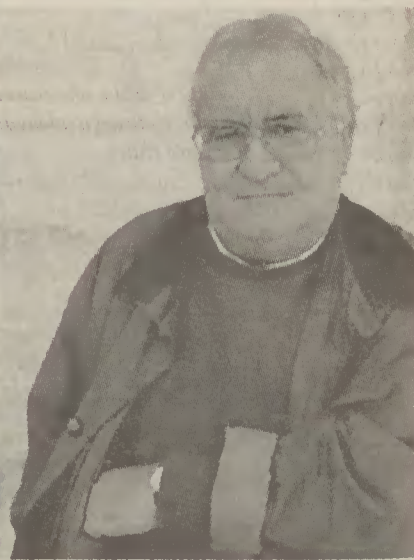
gados, representantes de duas dezenas de países, escolheram Martins Morim - o mais votado no escrutínio - para o Comité Executivo; a nossa camarada Anabela Fino, chefe-adjunta da Redacção do *Avante!* e responsável na Direcção do Sindicato dos Jornalistas pelas questões laborais, foi eleita para a Comissão Financeira. Um comunicado do Sindicato dos Jornalistas, que assinala o facto de o SJ português

assumir assim pela primeira vez tarefas executivas em organizações internacionais, adianta ainda que o processo que conduziu à eleição dos dois dirigentes portugueses se integra na estratégia da Direcção do SJ de «valorizar a sua participação internacional, não só ao nível da Europa mas também em relação ao mundo ibero-americano e da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa».

## Moreu Afonso Praça

Faleceu na madrugada da passada sexta-feira, num hospital de Lisboa, onde estava internado desde Fevereiro, o jornalista Afonso Praça, de 62 anos de idade. Afonso Praça, que este ano cumpria 40 anos de carreira, fazia parte dos quadros da revista *Visão*, desde a fundação desta, em 1993. Anteriormente trabalhara no *Diário de Lisboa*, onde se profissionalizou, nas revistas *Flama* e *Vida Mundial*, no jornal *República* e no semanário *O Jornal*, de que foi co-fundador. Tendo iniciado os seus estudos num seminário, onde concluiu o segundo ano de Filosofia, acabou mais tarde por licenciarse em Filologia

Românica. A sua carreira, consagrada pelo prémio «Bordalo», da Casa da Imprensa, teve variadas vertentes - no plano educativo leccionou em instituições universitárias; foi autor de programas televisivos; redigiu textos e diálogos para filmes e foi autor de algumas obras de ficção.



## Crónica Internacional

• Ângelo Alves

### “O Povo unido...”

No passado dia 4 de Maio mais de 140 cidadãos porto-riquenhos e americanos foram presos por tentarem impedir a realização de exercícios militares americanos na base militar de Vieques, uma pequena ilha a leste de Porto Rico, em pleno mar das Caraíbas, e parte integrante desta verdadeira colónia dos EUA.

Porto Rico é considerado pelos EUA um «Estado Livre associado», mas na realidade a história de Porto Rico, e em particular da pequena ilha de Vieques, resume-se a uma invasão e ocupação militar levada a cabo pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial e que se mantém até hoje.

Em Abril de 1942 a marinha norte-americana ocupou a ilha de Vieques para a utilizar como depósito de munições e polígono de tiro. Nessa altura mais de um terço da população foi forçada ao exílio e cerca de sete mil pessoas foram «empurradas» para uma pequena faixa de território no interior da ilha. Após o fim da segunda guerra mundial, os EUA, invocando a necessidade de controlo dos acessos ao Canal do Panamá, eternizaram a ocupação militar da ilha e a sua utilização para uma intensa prática de exercícios militares.

Hoje, a ilha de Vieques alberga uma grande base da marinha norte-americana e Porto Rico não passa de uma colónia dos EUA em que o desemprego atinge cerca de 13% da população (dados oficiais) e o PIB «per capita» é apenas cerca de 1/3 do PIB «per capita» dos EUA.

Desde 1942 que a ilha e a sua população são fustigados com exercícios de tiro real. Existem provas de que a ilha foi várias vezes bombardeada com napalm, urânio empobrecido e outros agentes químicos.

Dados estatísticos comprovam que a taxa de ocorrência de cancro entre a população de Vieques é a mais alta de Porto Rico (27% mais alta que no resto do território porto-riquenho). A população da ilha é ainda afectada por raras doenças cardíacas resultantes, segundo alguns peritos, da continuada exposição a altos níveis de ruído provocados pelas explosões aquando dos bombardeamentos.

A população de Vieques «convive» com estes exercícios militares cerca de duzentos dias por ano!

Mas, onde existe imperialismo existe também resistência.

Em Abril de 99 um civil porto-riquenho foi morto e quatro ficaram feridos em consequência da explosão de uma bomba lançada «na direcção errada» (danos colaterais??).

Desde essa data os protestos populares contra os exercícios militares têm-se intensificado. O ano passado cerca de

600 pessoas foram presas por tentarem entrar na zona de bombardeamento, servirem de escudo humano e assim evitarem a continuação dos bombardeamentos.

No passado dia 4 de Maio, na sequência da crescente unidade e mobilização populares pelo encerramento da base dos EUA e o fim dos bombardeamentos, activistas da paz decidiram entrar mais uma vez na zona restrita. O objectivo era, mais uma vez, impedir a continuação dos bombardeamentos iniciados no passado dia 27 de Abril.

A repressão violenta das forças norte-americanas foi a resposta. Relatos da acção referem o recurso a bombas de gás lacrimogéneo, espingardas equipadas com lança-granadas e a prisão de vários cidadãos, entre eles figuras públicas de Porto Rico e também americanas. Rubén Berríos, o Presidente do Partido Independentista Porto-Riquenho (PIP), foi um deles, encontrando-se ainda recluso.

Fernando Martín, vice-presidente do PIP, em declarações ao jornal «Expresso» afirma: «A Marinha desempenhou na perfeição o seu estereótipo de agressor imperialista, não escreveríamos melhor guião. Nos últimos anos muitos sentiram o colonialismo em termos puramente abstractos, mas isto é real.»

Com efeito, Vieques é mais um exemplo bem real da prossecução da teoria da «Grande América», defendida por Bush e seus acólitos durante a campanha eleitoral e posta em prática um pouco por todo o mundo. O imperialismo puro e duro. A agressividade e a repressão.

Mas é também um bom exemplo de coragem e resistência a essa arrogância, e por isso o povo de Porto Rico merece toda a nossa solidariedade. Vieques mostra que unindo esforços é possível resistir ao assustador poderio imperialista mesmo que os resultados não sejam palpáveis a curto prazo. Mesmo que o fruto seja o simples mas tão importante acto de não calar, resistir e trazer mais um ou muitos para a luta!

Porque, como se gritou lá, em San Juan – capital de Porto Rico – durante uma manifestação com mais de 100 000 pessoas: «O povo unido jamais será vencido.»

## Editorial

# EM NOME DA ROSA...

Dizendo-se que o congresso do PS se pronunciou pela continuação da política de direita, diz-se o essencial sobre o que se passou no último fim-de-semana no Parque das Nações. Por isso, igual ao(s) anterior(es) no que é fundamental e com algumas diferenças no que é acessório, o congresso rosa ocorreu sem surpresas nem novidades.

Qualquer congresso de qualquer partido põe a nu a sua forma de funcionamento interno, o grau do conteúdo democrático desse funcionamento, de que tipo de partido se trata. Neste caso, vários foram os congressistas que se referiram, antes e durante o conclave, àquilo a que chamaram a «estrutura leninista», ou «soviética-leninista», ou «estalinista» do PS – querendo com tal qualificação estabelecer comparações com o PCP e criticar um «modelo» de partido que consideram ultrapassado. Acontece que qualquer eventual semelhança existente entre o funcionamento interno do PCP e o do PS não passa de pura coincidência. Um secretário-geral que, antes do congresso, já o era e que, enquanto o for, será o primeiro dos *militantes de primeira* do partido – com direito a elevada quota pessoal na composição da direcção a eleger! – é coisa impensável num partido como o

## “No PS vigora o primado do individual; no PCP o colectivo é quem mais ordena”

PCP. A relegação dos delegados para o nada democrático papel de *objectos votantes*, aos quais é vedada qualquer intervenção na definição das orientações do partido e apenas é permitido votar a moção do líder, jamais seria aceite pelos militantes do PCP. Enfim, são de fundo e estruturais as diferenças existentes: enquanto no PS vigora a dominância e o primado do individual, no PCP o colectivo é quem mais ordena.

No congresso, entre intervenções mais que brejeiras (que, por uma questão de pudor, não se exemplificam aqui) e outras fortemente *intelectualizadas* («o partido tem de deixar a cultura ciclótica»), as moções tiveram presença marcante. Houve-as para todos os gostos e as respectivas votações viriam a constituir dos momentos mais divertidos no fim-de-semana rosa: mais de meia centena de moções, quase todas aprovadas, e com Almeida Santos – que presidiu aos trabalhos – contando a olho os votos expressos, recorrendo a uma inovadora forma de informar sobre os resultados das votações, esquecendo-se apenas de dizer que as votações não passavam de um faz-de-conta... Exemplar é o caso de uma moção que criticava severamente o Governo, propunha a sua «imediata remodelação» – indicando, inclusive, nomes de vários futuros ministros – e defendia a incompatibilidade em ser membro do Governo e dirigente do partido

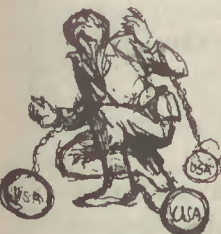
– e que foi aprovada, segundo Almeida Santos, «quase sem votos contra». E agora?... Agora, nada: neste momento ninguém se lembra já de tal moção.

Houve, é claro, a mãe de todas as moções: a «moção de estratégia global – PS um partido de futuro», apresentada pelo líder – a única que, no essencial, será levada à prática. Ou não.

O lema do congresso era, ao que parece, «Portugal pela positiva». Daí que Guterres tenha repetido na íntegra o seu discurso dos últimos anos: falou das «estratégias para o futuro», propôs mais «um pacto de confiança com os portugueses», jurou fidelidade eterna «à paixão da educação», voltou a prometer «vencer, no espaço de uma geração, o atraso que nos separa dos países europeus mais desenvolvidos», difundiu pela enésima vez a boa nova dos milagres da «sociedade de informação», enfim falou, falou, falou... Significativo, este recurso ao discurso passado travestindo-o de novo? Nem por isso. Significativo, isso sim!, foi um dos dois momentos em que António Guterres desceu do palco: não o momento do beijo previamente anunciado à comunicação social mas aquele em que foi cumprimentar o presidente do Movimento Humanismo e Democracia e do grupo de deputados desse Movimento que integra a bancada do PS no Parlamento – integração de facto original, caso único pelo menos na Europa, a demonstrar como são muitos e longos e poderosos os braços envolventes da Obra de Deus...

A questão do Orçamento de Estado – colocada nos moldes habituais – teve presença marcante no discurso congressual do Primeiro-Ministro. Confessando esperar dos partidos da oposição «um comportamento responsável, não subordinado à lógica do bota-abaixo», em nome da rosa perguntou «aos comunistas: o derrube do Governo traz alguma vantagem ao PCP ou servirá apenas os interesses da direita?». Com isto repetia o que já várias vezes repetiu sobre o assunto e que um deputado do PS, também em nome da rosa mas ainda com o arreganho do neófito que quer mostrar serviço, traduzia assim uns dias antes: «O PCP tem que ser confrontado com a sua responsabilidade de ter que contribuir para a governabilidade do País» – e intimava o PCP a «travar os debates internos necessários», a não se deixar «condicionar por vistas curtas», ou seja, a «viabilizar o Orçamento do Estado», porque, ameaçava, «se o Orçamento chumbar haverá eleições antecipadas».

É óbvio o equívoco que, sobre esta matéria, continua a reinar nas hostes governamentais, pelo que se torna necessário dizer-lhes uma vez mais que o que serve «os interesses da direita» é a política que o PS persiste em prosseguir; que o PCP assumirá as suas «responsabilidades de contribuir para a governabilidade do País» quando, e se, o PS praticar uma política de esquerda; que a chantagem das «eleições antecipadas» pode servir para outros partidos (porventura para o próprio PS...) mas não condicionará minimamente a análise do PCP nem o desviará, um milímetro que seja, da sua postura permanente de defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.



¡ VIVA PUERTO RICO LIBRE !

## Actual **Companheiro Vasco**

• José Casanova

Em Julho de 1974, Vasco Gonçalves assumiu o cargo de Primeiro-Ministro e logo se revelou como o protagonista individual mais destacado daquele que foi o acontecimento de maior modernidade da nossa História: a Revolução de Abril. O seu discurso claro, frontal, directo entrava no coração das massas populares. Pela primeira (e até agora única) vez na História do nosso país, um Primeiro-Ministro identificava-se totalmente com os interesses, os anseios, as aspirações da classe operária, dos trabalhadores, do povo.

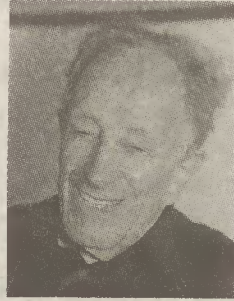
Nunca a democracia política, económica, social e cultural atingiu, no nosso país, os níveis atingidos nos cerca de doze meses em que Vasco Gonçalves foi Primeiro-Ministro. Foram meses que nos mostraram um bocadinho do futuro por que lutávamos e pelo qual continuamos a lutar.

Por tudo isto, Vasco Gonçalves foi o alvo preferencial da contra-revolução que, encabeçada pelo PS de Mário Soares, englobava toda a direita e era financiada por milhões de dólares, de marcos, de francos...

Como escreveu Álvaro Cunhal, «conseguiram arredar do poder aquele contra o qual, utilizando os mais indignos meios e campanhas, tinham movido uma guerra sem quartel. Sem quartel porque, firme e corajoso, durante mais de um ano Primeiro-Ministro nos tempos cruciais da revolução, deu tudo de si próprio para que em Portugal fosse criada uma sociedade mais justa e melhor. Sempre com o povo, que o aclamava "força, força, companheiro Vasco/nós seremos a muralha de aço". Afastaram o general, afastaram o Primeiro-Ministro. Não

afastaram o "companheiro Vasco" do coração de muitas e muitas centenas de milhar de portugueses e portuguesas para quem a gratidão não é uma palavra vã».

Honestidade, inteligência, cultura, coragem, integridade, coerência, simplicidade: eis alguns dos atributos que fizeram do revolucionário Vasco Gonçalves o «companheiro Vasco».



Todos os primeiros-ministros que se lhe seguiram – de Mário Soares a António Guterres, de Sá Carneiro a Cavaco Silva – situaram-se no pólo oposto do seu discurso e da sua prática. Enquanto executores de uma política de direita que é, no essencial, a política da contra-revolução, todos eles foram a expressão da subserviência e do servilismo face aos interesses do grande capital e do imperialismo, vendilhões a retalho da independência e da soberania nacionais, predadores brutais de algumas das mais belas conquistas alguma vez alcançadas pelos trabalhadores portugueses.

O General Vasco Gonçalves fez, há dias, oitenta anos e muitos amigos comemoraram com ele o seu aniversário - lembrando momentos desse tempo novo em que nasceu o «companheiro Vasco», desse tempo novo que nos confirmou que o futuro é possível e que a luta continua.

## Fugindo às tentações

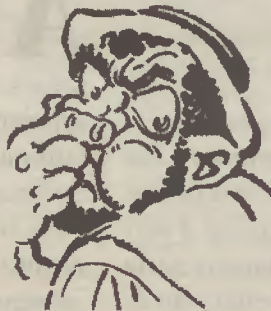
• Vítor Dias

Do sério ao frívolo, do essencial ao acessório e do profundo ao superficial, o Congresso do PS oferece infindáveis motivos ou pretextos para comentários e crónicas. O embaraço maior está na escolha.

Não fosse estarmos a pedir que se falasse de corda em casa de enforcado, e grande seria a tentação de estranharmos que, num discurso com tantos dados, António Guterres se tenha esquecido de referir esse pequeno e insignificante problema do défice da balança comercial (que, coisa pouca, apenas passou de 1.420 milhões de contos em 1995 para 3.120 em 2000!).

Não fosse a impossibilidade de emenda do Primeiro-Ministro e seria grande a tentação de voltar a sublinhar como é deslumbrada e deseducativa a forma como afunila exclusivamente na referência à «Internet» necessidades bem mais amplas e decisivas como são o domínio das tecnologias da informação e os conhecimentos de informática.

Não fosse o risco, ainda que ínfimo, de podermos ser injustos, e seria grande a tentação de escrever sobre o papel do beijo conjugal no «marketing» político o que, sublinhe-se, é uma matéria distinta da que se via num velho anúncio do desodorizante «Impulse» e, também por isso, não merece ser protegida pelo imenso respeito devido aos afectos, ao amor ou à paixão de cada um.



E é assim, fora destas e de outras tentações, que escolhemos antes falar de duas coisas cujo significado passou despercebido na maioria dos «media».

A primeira é que, por proposta da direcção do PS, o Congresso aprovou uma alteração aos Estatutos do partido que tem precisamente o inovador conteúdo de transferir para a Comissão Nacional eleita em Congresso o poder de alterar os Estatutos. Acontecesse tal absurdo no PCP e quanto não falaríamos os que agora estão calados ou distraídos.

A segunda é que, na enxurrada das quase mecânicas votações das 54 moções sectoriais, foi também aprovada uma, proposta pelos eurodeputados do PS, que vincula ainda mais explicitamente o PS a orientações descaradamente federalistas em matéria de integração europeia.

Mas aqui estamos salvos. É que como nenhum partido pode dizer que uns documentos aprovados em Congresso são para valer e outros não, e como, até com o voto de Guterres, foi aprovada uma moção proposta pelo núcleo da EDP que obviamente não é para cumprir, só há duas soluções: ou dar como nulas as votações de todas as moções; ou, devidamente iluminada pelo génio de Jorge Coelho, a Comissão Nacional do PS decretar que este Congresso nunca existiu e não ser no espírito vingativo do Prof. Carrilho.

## A estratégia da aranha

• Anabela Fino

«A "web" é uma rede mas também uma teia. Nessa teia seremos a aranha se tivermos estratégia. Seremos a mosca se nos mantivermos pensando com a cabeça dos outros.»

A frase é do escritor e biólogo moçambicano Mia Couto, num debate realizado em Maputo sobre a «sociedade digital» e os «impactos na sociedade», no âmbito do IX Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países e Territórios de Língua Portuguesa.

A notícia do evento chegou-nos, através da web, com uma curta mensagem do remetente: «Camaradas, apetece-me partilhar convosco este artigo que recebi de Moçambique.» Há apeteites assim, saborosos.

Vale a pena reflectir sobre as afirmações de Mia Couto no debate. Também por cá, como por lá, nos andam a tentar convencer que é a técnica «milagrosa» que vai fazer de Portugal um país desenvolvido. E no entanto,

como diz o escritor biólogo, «digitalizar não nos converte em seres modernos. Encostar a orelha num telemóvel não nos torna produtores de coisa nenhuma». E porquê? A resposta é simples: «Caso não exerçamos alguma soberania em actos que são de cultura, entraremos na sociedade digital como um mercado menor, um pequeno consumidor da periferia.»

Portugal bem pode servir de exemplo a esta verdade nua e crua. O primeiro-ministro António Guterres anunciou faz tempo que o desenvolvimento do país estava na capacidade de digitar o teclado do computador, e que a ligação da cada português à internet era condição imprescindível para uma vida melhor. As inovações digitais entraram na nossa vida quase ao mesmo ritmo em que foram fechando empresas e o país se distanciava cada vez mais dos seus parceiros europeus. Entrámos na dança, como diz Mia Couto, «ofuscados pelas luzes

e pelo ruído da orquestra», e só depois percebemos que não era nossa a música que nos puseram a dançar.

Deslumbrados, aprendemos a comunicar à velocidade da luz, sem reparar que o mais importante é comunicar «à luz da nossa velocidade».

Aprendemos a navegar e não demos conta como fomos ficando para trás.

Descobrimos a teia e esquecemo-nos de ser aranha.

Disseram-nos que bastaria preencher «uns tantos duvidosos indicadores nos critérios de não menos duvidáveis consultores», nas precisas palavras de Mia Couto, e ficámos no lugar da mosca.

Em casos destes, resta a luta. Global e globalizante, naturalmente, dentro e fora da teia, pois então, até que a música - a história - seja outra. Uma que apeteça partilhar com os amigos, sem estratégias de aranha.

## Frases

“Há muitas carpideiras no partido [PS]”

(Jaime Gama, Diário de Notícias, 05.05.01)

“É menos transparente zurzir no engenheiro Guterres e depois pedir-lhe um lugar à mesa da sua lista”

(idem, ibidem)

“Estivemos dez anos na oposição. Alguns camaradas habituaram-se de tal maneira à oposição que nem se lembram que o Governo é do PS”

(António Guterres no Congresso do PS, Diário de Notícias, 06.05.01)

“Nunca quisemos um PS amordaçado. Nem com delito de opinião”

(idem, ibidem)

“É muito fácil falar de pluralismo quando se estrangula a palavra às pessoas”

(Manuel Maria Carrilho, idem)

“No PS, as alternativas são tratadas à mocada”

(idem, ibidem)

“Como dizia Séneca, não há bom vento para quem não conhece o seu porto”

(idem, ibidem)

“É um raciocínio bastante socrático. Não há palavras para falar desse senhor”

(José Sócrates, comentando a anterior afirmação de Carrilho, idem)

“Nem todos os Sócrates são filósofos”

(M. M. Carrilho respondendo a Sócrates, idem)

“Neste momento existe um sentimento difuso de insegurança e incerteza em relação ao futuro do país”

(António Guterres, Diário de Notícias, 07.05.01)

“É a política da avestruz”

(Manuel Maria Carrilho, idem)

“Guterres à procura de outros Camelos”

(Título do DN, idem)

“O PS dá de comer a muitos jornalistas”

(António Galamba no Congresso do PS, Público, 05.05.01)

“Estou muito chocado com o facto de [Manuel Maria Carrilho] ter sido assoabiado. Isso não aconteceu a João Amaral quando falou no Congresso do PCP. Os assobios a Manuel Maria Carrilho são um sinal de intolerância incompatível com a tradição democrática do Partido Socialista”

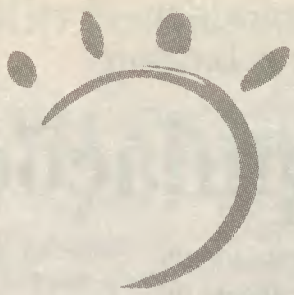
(Manuel Alegre, Público, 06.05.01)

“Os «paparazzis» não me largam”

(Tino das Rans, Diário de Notícias, 07.05.01)

“Deixem-me apanhar o meu avião”

(Fernando Gomes, à saída do Congresso do PS, idem)



ENCONTRO NACIONAL  
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
SOBRE O PODER LOCAL  
E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

PCP

LISBOA • 5 MAIO 2001 • 10H30 • HOTEL ALTIS

Encontro  
Nacional  
do PCP  
reafirma  
projecto  
autárquico

# «Honramo-nos de marcar a diferença»

**O Encontro Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, realizado em Lisboa no sábado, juntou mais de oitocentos participantes dos quatro cantos do País e discutiu a intervenção eleitoral para as eleições de Dezembro, as grandes linhas de orientação para o próximo mandato e as questões da democracia e da participação, consideradas pelo Encontro como um «traço distintivo do projecto autárquico do PCP».**

A sala foi pequena para acolher todos quantos quiseram discutir a intervenção autárquica do Partido e a preparação das eleições de Dezembro. E foram muitos, de vários locais e com vários percursos. Desde autarcas, a sindicalistas, passando pela juventude, o Encontro analisou todas estas realidades segundo todos estes pontos de vista.

A abrir tomou da palavra o responsável pela área do Poder Local na Comissão Política do PCP, Jorge Cordeiro, que lembrou que a iniciativa visava «proceder a uma reflexão mais atenta sobre o conteúdo e as formas de participação popular, indispensáveis a uma gestão

democrática e que marcam de modo distintivo a nossa acção autárquica e explicam a diferença que justamente é reconhecida à intervenção dos eleitos do PCP e da CDU nas autarquias».

«Não despertámos agora para os valores da democracia participativa», lembrou este dirigente do Partido. «Realizamo-la de há muito e fazemos dela, em muitas e diversas formas de a concretizar, um modo de conduta natural de exercício do poder indispensável à definição das melhores soluções e ao acerto de decisão.»

Não considerando a CDU isenta de erros, destacou que «continuamos convictos, e com

fundadas razões, que temos uma obra que não teme comparações e um trabalho comprovado e reconhecidamente superior». Além do trabalho realizado, Jorge Cordeiro, cuja intervenção publicamos nas páginas 15 e 16, realçou ainda a importância de «continuar a aprofundar a realização dos nossos princípios fundamentais, a exercer de modo distintivo o poder

assumindo-o não como um privilégio mas a tomá-lo como um serviço ao povo, a recusar benefícios pessoais pelo exercício dos cargos públicos».

## Aprofundar a discussão

Depois da intervenção de abertura, o Encontro funcionou em secções. A primeira secção, «Intervenção Eleitoral – Meios, ritmos, conteúdos», concluiu ser fundamental dar relevo a grandes linhas aprovadas na Resolução, designadamente as que se prendem com a necessidade de reforçar a

capacidade de realização e de resposta aos problemas, ao trabalho de divulgação e valorização da obra realizada e à elaboração das listas. As conclusões desta secção, apresentadas ao fim da tarde por António

## A participação das populações constitui marca do projecto do PCP

Abreu, continham também orientações no sentido de criar estruturas de coordenação e acompanhamento da intervenção eleitoral, «dotadas de operacionalidade e capacidade de resposta e de iniciativa política».

As conclusões da secção II, «Linhas de Acção Programática para o Mandato 2002/2005», foram apresentadas por Carlos Humberto, do Comité Central, e sintetizaram a opinião dos participantes que usaram da palavra. Esta secção concluiu no sentido de dar uma especial atenção aos novos quadros legais para as autarquias que se discutem actualmente, no sentido de permitir «maior dignificação das assembleias municipais e de freguesia, novas atribuições e competências para as freguesias»,

entre outras medidas. A secção concluiu também no sentido de afirmar o «nosso projecto autárquico no quadro do nosso projecto político alternativo à sociedade em que hoje vivemos», disse Carlos Humberto.

Por último, Helder Madeira, apresentou as conclusões da terceira secção, «Participação e Gestão Democrática». «Foi dado um particular ênfase ao estilo de gestão que assume o contacto com as populações como um elemento de efectiva participação na discussão, no processo de decisão e no envolvimento na concretização das políticas autárquicas», disse.

Antes da votação por unanimidade, procedeu-se à apresentação das alterações à Resolução Política, que publicaremos na próxima edição.

## Um projecto prestigiado

A encerrar, o secretário-geral do PCP destacou que, «globalmente, há uma imensa obra realizada na melhoria

das condições de vida». Carlos Carvalhas, no discurso que publicamos integralmente nesta edição, chamou também a atenção para a «concepção de participação, assumida não apenas como um direito das populações, mas como dever de um poder autárquico democrático, como forma de fazer mais e melhor, como meio para mobilizar e elevar a consciência cívica das populações».

Sobre a preparação das eleições, Carvalhas avisou para o uso do aparelho de Estado pelo partido do Governo e para a dramatização do PS, preparando o cenário de eleições antecipadas.

No final, lembrou que «tanto o PS como o PSD, com as suas promessas não cumpridas, com a sua política neoliberal, com a sua política clientelar e demagógica, têm dado uma grande ajuda ao descrédito da política e à ausência dos cidadãos», difundindo a ideia de que os partidos não são todos iguais. Honramo-nos de marcar a diferença», afirmou.

## Encontro silenciado

«O PCP não pode deixar de protestar vivamente contra o silenciamento de que, na RTP e na SIC, foi objecto o Encontro Nacional», lê-se numa nota do Gabinete de Imprensa do Partido emitida no dia 7. Afirmo o PCP que «não é possível tolerar ou aceitar que uma iniciativa de inegável importância política, que reuniu mais de 800 participantes, tinha por objecto a definição da orientação de um dos principais partidos nacionais sobre as eleições autárquicas e que contava com a participação do secretário-geral do PCP, tenha sido, enquanto tal, realmente ignorada».

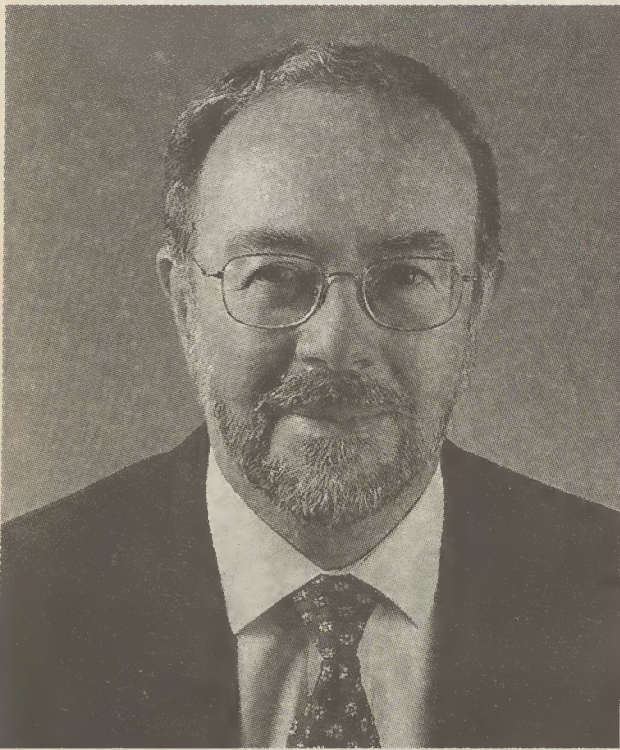
A RTP deu nota sobre um pequeno excerto da intervenção de Carlos Carvalhas, onde este respondia a António Guterres, integrando-o numa peça sobre o Congresso do PS, não dando qualquer menção ao «conteúdo próprio» da iniciativa, contrastando com a «generosa e intensa cobertura de actividades dos candidatos de direita à Câmara Municipal de Lisboa».

«O PCP não contesta, antes compreende, o relevo noticioso atribuído ao Congresso do PS», diz a nota. Mas sublinha que «esse natural relevo noticioso não pode servir para justificar critérios que – em rasura da realidade, em ofensa da verdade e em lesão do direito dos cidadãos à informação – correspondem a incutir na ideia de que, no plano político e no passado sábado, nada mais aconteceu no País».



CDU quer prosseguir e aprofundar o valioso trabalho autárquico no Barreiro

## A escolha das populações



Carlos Maurício encabeça a lista da CDU no Barreiro

Carlos Maurício e Hélder Madeira foram ontem publicamente apresentados como os cabeças de lista da CDU ao município do Barreiro, numa sessão para que foi convidado Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Na sessão pública, que decorreu ontem à noite (altura em que esta edição já se encontrava fechada), nas instalações da histórica colectividade «Os Penicheiros», estavam previstas intervenções dos candidatos, do actual presidente da Câmara, Pedro Canário, de Manuela Fonseca, professora da escola Superior de Educação de Setúbal, e de Carlos Carvalhas.

A animação musical esteve a cargo de um quarteto de

jovens músicos estudantes da Escola de Jazz do Barreiro, instituição que conta desde a sua recente fundação com o apoio da Câmara Municipal.

**Só a gestão participada reforçará a capacidade para enfrentar os novos desafios do futuro**

**Novas formas de participação**

Carlos Maurício, que antecedeu ao «Avante!» parte da sua intervenção, considera «essencial progredir para

novas formas de gestão autárquica». Isto, sublinha, «para que o Barreiro, cada vez mais, seja a cidade que todos queremos».

Contando com a participação efectiva dos munícipes e dos diversos agentes que intervêm na vida da comunidade barreirense, o candidato estabelece como objectivo central do próximo mandato «abrir e projectar o Barreiro na região e no País».

Nesse sentido, afirma, «seguiremos duas vias de trabalho: a via da qualidade, visando a melhoria da qualidade de vida e da competitividade; e a via do desenvolvimento coerente, que valorize a identidade do Barreiro e dignifique o trabalho com direitos, face à lógica de mercado».

O cabeça de lista da CDU assume o «compromisso de criar e reforçar novas formas de participação cívica, na certeza de esta participação reforçada reforçará a capacidade do Barreiro para enfrentar novos desafios do futuro».

Igualmente apresentado na sessão como cabeça de lista à Assembleia Municipal, Hélder Madeira foi eleito presidente da CM do Barreiro nas primeiras eleições democráticas em 1976, tendo exercido essas funções até 1988. É o actual presidente na Assembleia Municipal, responsabilidade que ocupa desde 1990.

### Um candidato experiente

Carlos Maurício tem 58 anos e é vereador na Câmara do Barreiro desde 1989, tendo desde 1993 assumido funções de vice-presidente. O profundo conhecimento que possuiu dos problemas do concelho adquiriu-o ao longo de sucessivos mandatos, em que teve responsabilidades nos pelouros das obras, jardins e espaços verdes, higiene urbana, águas e saneamento, trânsito, cemitérios; modernização administrativa, serviço municipal de protecção civil; planeamento e gestão urbana.

Foi membro do conselho de administração da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e integra actualmente os conselhos de administração da LIMARSUL e dos Transportes Colectivos do Barreiro.

Engenheiro electrotécnico de profissão, foi consultor de administração e em sistemas de telecomunicações, nos sectores das telecomunicações, químicos, dos transportes aéreos, cartões de crédito, supermercados, petróleo e seguros.

É militante do PCP desde 1975 e membro da Comissão Concelhia do Partido. Foi dirigente distrital do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e, antes do 25 de Abril, activista do movimento associativo, na Associação Académica do Barreiro e no Cine-Clube do Barreiro.

### Gondomar

## A alternativa é só uma

A CDU apresentou, no passado dia 2 de Maio, os seus primeiros candidatos aos órgãos municipais de Gondomar, António Pimenta Dias, para a Câmara, e Sérgio Teixeira, para a Assembleia Municipal. Sérgio Teixeira é membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e responsável pela Organização Regional do Porto. António Pimenta Dias tem 44 anos e é membro do Comité Central, tendo sido já candidato da CDU em outras eleições, chegando mesmo a ser deputado na Assembleia da República.

Com forte ligação ao movimento associativo de Gondomar, o candidato proferiu um discurso no qual considerou que o segundo mandato do PSD, primeiro com maioria absoluta, «à parte o discurso palavroso do presidente da Câmara, será para esquecer, tão modesto que tem sido o trabalho realizado», concluindo que

«a maioria absoluta fez mal aos eleitos do PSD». Pimenta Dias não considera tão pouco o PSD como alternativa, visto ter «mantido um silêncio comprometedor perante as diatribes do PSD ao longo deste mandato, numa postura de completo alheamento da gestão do município, talvez envergonhado com as suas próprias responsabilidades no subdesenvolvimento do nosso concelho».

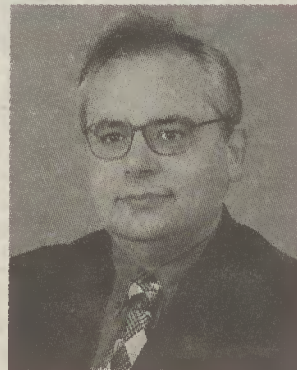
Por outro lado, a «oposição firme e consistente aos desmandos do PSD» tem sido, na opinião do candidato, a CDU, de quem os «gondomarenses sentiram a falta» no último mandato.

Apontando uma série de pontos negativos da gestão autárquica do concelho – como a escassez de esgotos, os arruamentos em mau estado, as más acessibilidades –, Pimenta Dias ressalva que «não temos uma visão catastrófica da realidade

gondomarenses», «limitamo-nos a constatar factos». «A afirmação de que «Gondomar continua a ser o município mais atrasado da Área Metropolitana do Porto» não é um mero slogan».

Para contrariar esta tendência, o candidato acredita que a CDU é a «força política alternativa, capaz de gerir melhor os destinos do concelho e com um projecto para desenvolver Gondomar», um projecto que entende «participado pelas populações e trabalhadores do município», que seja realista e capaz de definir prioridades, disse.

«Os gondomarenses reconhecem que a CDU fez obra quando teve responsabilidades na Câmara e nos Serviços Municipalizados de Gondomar», afirmou o candidato que entendeu que neste caso, «temos legitimidade para afirmar que somos uma alternativa credível para garantir o desenvolvimento».



António Pimenta Dias

Face a tudo isto, o candidato comunista considera que os habitantes de Gondomar têm duas opções: «a candidatura da CDU, que quer romper com o marasmo e desenvolver Gondomar, ou as candidaturas do PSD e PS que, embora aparecendo com símbolos e personalidades diferentes, pretendem manter os interesses instalados e dar continuidade a uma política autárquica que não resolve os problemas do nosso concelho».

### Grândola

## Reforçar as maiorias

A CDU de Grândola traçou como objectivo para as próximas eleições autárquicas o reforço das maiorias que detém na Câmara e Assembleia Municipal e nas juntas e assembleias de freguesia de Carvalhal, Melides e Grândola.

No encontro concelhio realizado em 27 de Abril último, a Coligação propôs-se ainda recuperar as juntas de freguesia de Azinheira de Barros e Santa Margarida da Serra, apresentando com grande argumento eleitoral o bom trabalho realizado em todo o concelho durante o presente mandato.

A prová-lo está o cumprimento quase integral do programa apresentado em 1997, a que acresce a execução de várias obras não previstas. Entre os projectos de maior envergadura, a CDU de Grândola destaca o desenvolvimento do Lousal e Carvalhal, que são também exemplos de uma política efectiva de aproximação às populações, as quais são permanentemente auscultadas pela autarquia através de dois gabinetes instalados no terreno.

A Câmara apresenta também resultados positivos no

desenvolvimento económico do concelho, conseguido trazer novos investimentos e empresários para o concelho, designadamente com a zona de indústria ligeira, os projectos turísticos de Tróia, Carvalhal, Galé-Fontainhas e Lousal. Nesta área merecem ainda referência o projecto de urbanismo comercial do centro tradicional e a reabilitação urbana de toda a área abrangida. Ao todo a autarquia estima que sejam criados seis mil novos postos de trabalho.

Mas como muitos dos problemas que afectam as populações dependem do poder central, o encontro da CDU formulou críticas e exigências ao Governo, cuja acção caracterizou como lesiva dos interesses do concelho e da região.

Entre várias reivindicações, a CDU destaca a necessidade de melhorar os cuidados de saúde nomeadamente através do reforço do quadro de profissionais e da reabertura do posto médico de Canal Caveira. No campo da educação são reclamados novos investimentos, sendo a ênfase colocada na instalação de um pólo universitário em Grândola. O encontro exigiu ainda uma rede viária que ligue o interior ao litoral e a reabertura da estação da CP.

### Nazaré

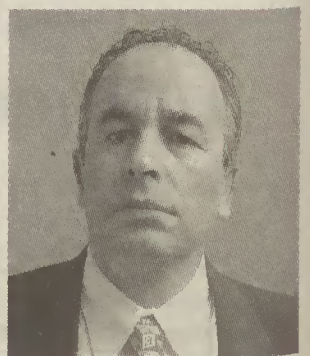
## Um novo rumo

Adriano Jorge Castro, professor no Externato D. Fuas Roupinho (EDFR), e Frederico Martins, industrial de hotelaria, são os candidatos da CDU à câmara e assembleia municipais do concelho da Nazaré.

«Um novo rumo» e acabar com a bipolarização são alguns dos objectivos da campanha dos candidatos, dados a conhecer numa conferência de imprensa, na terça-feira, 1 de Maio.

Mais e melhor turismo e um desenvolvimento sustentado são alguns dos princípios do manifesto de Adriano Jorge Castro, enquanto Frederico Martins, candidato à assembleia e deputado municipal no actual mandato, se propõe «rever o regimento» daquele órgão para que o «público intervenha antes da ordem do dia». Para este candidato, as «horas tardias a que terminam as reuniões da Assembleia Municipal não permitem a participação dos cidadãos».

O candidato à Câmara justificou ainda a sua candidatura pelo facto de não lhe agradar «o rumo seguido pelos



Adriano Jorge Castro

actuais órgãos do poder local».

Adriano Jorge Castro, referindo-se ao actual mandato do PSD, foi dizendo ser negativo, mas adiantou não ser intenção da CDU meter-se em guerrilhas partidárias, mostrando-se mais interessado em falar das suas propostas e na constituição de toda a equipa.

Adriano Jorge, de 45 anos, é independente e colabora com vários projectos de âmbito social. Na sua intervenção, considerou ser candidato à edilidade nazarena porque o «rumo seguido pelos actuais órgãos do poder local não me satisfaz», propondo, por isso, um rumo novo.

Abílio Fernandes recandidata-se à Câmara de Évora

## Um novo estádio de desenvolvimento

**Apresentado na terça-feira em Évora, com a presença de Carlos Carvalhas, Abílio Fernandes volta a constituir a aposta da CDU para continuar «ao serviço do desenvolvimento da nossa cidade e do nosso concelho».**

Abílio Fernandes, que se recandidata ao cargo que ocupa há 25 anos, afirmou na sessão de apresentação, realizada ontem, que os «resultados confirmarão a vitalidade do nosso projecto», que é um

«projecto há muito afirmado na sociedade portuguesa, nas autarquias deste país, onde os eleitos CDU têm dado provas da sua dedicação, da sua capacidade de trabalho, da sua honestidade e da sua compe-

tência», que assenta em «fortes princípios de que não abdicamos na gestão dos interesses públicos». «É um projecto constantemente renovado, porque enraizado nas populações para as quais trabalhamos e às quais apelamos à participação cívica, na construção colectiva e partilhada de um presente e de um futuro melhor, primeiro e último objectivo do nosso trabalho nas autarquias.»

Para o presidente da autarquia, é também um «projecto com provas dadas que os munícipes de Évora bem conhecem e em que participam muitos milhares de cidadãos, com e sem filiação partidária» para o qual se disponibilizou para continuar a contribuir.

Assumindo a função de autarca há 25 anos, Abílio Fernandes afirma que «quem me conhece, seguramente sabe que, não estando apegado à manutenção de um cargo para o qual tenho sido consecutivamente eleito pela população, e do qual sempre recusei retirar quaisquer benefícios materiais, também não sou homem para virar as costas às responsabilidades».

«Podem contar com o meu entusiasmo, com a minha energia, com a minha experiência», disse, aos muitos apoiantes, antes, Abílio Fernandes que se mostrou também disponível para prosseguir o «trabalho que iniciámos após a Revolução de Abril, trabalho de que nos orgulhamos, que partilhamos com todos os munícipes, que colocamos constantemente à avaliação de uma população participativa».

### Um exemplo

«Cedo apostámos na melhoria das condições materiais de

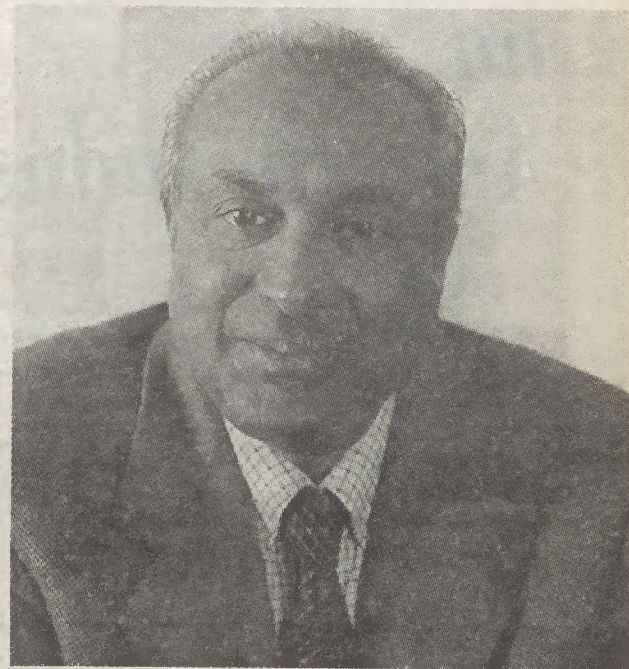
vida da população mais carenciada como prioridade da nossa política», disse o candidato comunista, que realçou também a opção, tomada cedo, pela valorização, participação e respeito pelo papel dos trabalhadores municipais.

Confiante na vitória, Abílio considera que esta «assenta numa consciência muito clara do trabalho que vimos desenvolvendo no Município, um trabalho que iniciámos após a conquista da liberdade e que se tem desenrolado de acordo com as prioridades definidas e adequadas aos vários estádios de desenvolvimento por que o município de Évora tem passado». O autarca salientou que, «após a implantação das infra-estruturas básicas em todo o concelho, seguiu-se a implantação das dinâmicas de desenvolvimento, do crescimento urbanístico ordenado por inovadores instrumentos de planeamento, o estabelecimento da metodologia de intervenção no Centro Histórico».

Actualmente, diz o candidato, vive-se «um novo estádio do nosso desenvolvimento», com uma mais clara incorporação das preocupações ambientais no planeamento da cidade e das freguesias rurais.

Esta é a fase da construção dos grandes equipamentos culturais e desportivos, da aposta na cultura, a fase do aprofundamento do desenvolvimento económico.

Para esta nova fase deram-se, neste mandato, importantes passos, com uma série de importantes obras de requalificação urbana e com o lançamento de diversos projectos estruturantes, como a construção da Via da Cintura, que desanuvia a circulação automóvel, do Parque de Feiras e Actividades Económicas, o Parque Urbano.



Abílio Fernandes

## 25 anos a construir o Poder Local

Abílio Dias Fernandes é natural de Inhambane, Moçambique, onde nasceu em Fevereiro de 1938, numa família goesa.

Licenciado em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa, começou a sua carreira profissional como técnico do Instituto Nacional de Investigação Industrial, tendo então participado na elaboração da primeira matriz de relações interindustriais de Portugal.

Foi professor-assistente no Instituto Superior de Economia de Évora, mais tarde Escola Bento de Jesus Caraça, da qual foi Presidente do Conselho Directivo.

A sua actividade política iniciou-a enquanto estudante, em Lisboa, onde participou no movimento estudantil universitário, que o levou à prisão, em 1962.

Foi membro da Comissão Eleitoral de Évora do MDP/CDE nas eleições de 1973, pela oposição democrática e, após a revolução de Abril de 74, é eleito Membro da Comissão Central do MDP/CDE.

Ingressou no Partido Comunista Português no início de 1976, tendo sido eleito Presidente da Câmara Municipal de Évora pela primeira vez em Dezembro de 1976 nas listas FEPU, como militante do PCP.

A nível partidário, é membro do Comité Central do PCP, desde 1988 e do Executivo da DOREV e da Comissão Concelhia de Évora.

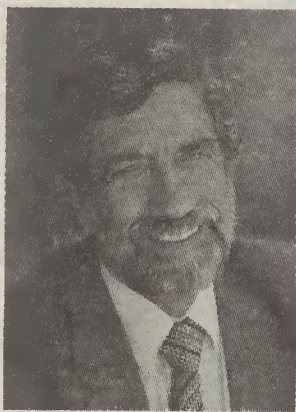
No Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Março de 1994, foi eleito membro efectivo do Conselho Directivo da ANMP até 1997.

Em 1997, foi-lhe atribuído, pela Agência Lusa, o prémio «Autarca 20 Anos: 1977 - 1997».

Ourém

## Uma mudança verdadeira

No domingo 6 de Maio, num almoço realizado num restaurante perto da cidade de Ourém, foi feita a apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara de Ourém. Foram mais de 120 os convivas, o que se pode considerar um acontecimento num concelho que, desde as primeiras eleições, tem tido uma forte maioria de direita - onde chegou a haver freguesias e vereadores PDC - e em que o PS procura criar uma dramatização bipolarizadora que torna mais difícil a afirmação e a intervenção do PCP e da CDU.



Sérgio Ribeiro

para apoiar a continuidade da luta política. Num ambiente de confiança e entusiasmo, Sérgio Ribeiro mostrou o contrato de arrendamento e as chaves, tendo entregue uma chave à JCP e convidado os presentes a irem conhecer o local onde se vai começar a trabalhar embora a inauguração fique para mais tarde.

Por último, falou Luísa Araújo, da Comissão Política do PCP e responsável pela Organização Regional de Santarém, que se referiu ao actual momento político, com destaque para o Congresso do PS a decorrer, insistindo na questão da mudança em política, e salientou a importância do trabalho da CDU no plano autárquico, deixando a sugestão de se organizarem visitas de habitantes de Ourém a autarquias CDU. A sua intervenção encerrou o almoço no meio de grande entusiasmo, que se prolongou pela visita ao local da sede de candidatura e centro de trabalho e em convívio até ao final do dia.

Com 65 anos, membro do Comité Central do PCP, Sérgio Ribeiro é doutor em economia e docente universitário. Técnico da Nações Unidas/OIT em missões em países africanos e ex-deputado na Assembleia da República e no Parlamento Europeu (onde foi questor de 1995 a 1999), o candidato foi, também, membro da Assembleia Municipal da Amadora e da Assembleia Municipal de Ourém, onde reside. Colaborador regular do *Avante!* e de muitas outras publicações, Sérgio Ribeiro é autor de várias obras de economia e de outros temas.

A CDU apresentou, no passado dia 4 de Maio, os cabeças de lista à Câmara e Assembleia municipais de Peso da Régua, respectivamente, António Manuel Alves Serafim e Etelvina Clemente Arnaldo.

A candidato à Câmara Municipal, António Serafim, afirmou assentar a sua candidatura «num projecto global onde pontifica o trabalho, a honestidade, a competência, a participação, a transparência, a planificação e o rigor». Funcionário da Segurança Social, o candidato considerou que «somos defensores de uma política que salguarde e proteja, acima de tudo, os legítimos interesses dos Reguenses e as potencialidades do nosso Concelho e da região Duriense, bem como de um poder local forte e interventivo, democrático e aberto à participação de todos».

O candidato lembrou a «insatisfação sentida pela

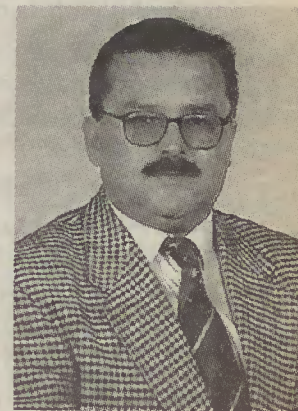
grande maioria dos Reguenses em relação à gestão camarária praticada pelos sucessivos executivos do PS e do PSD» que, apesar das promessas, não terão conseguido resolver os problemas do concelho, nomeadamente ao nível da área urbanística. António Serafim, que foi candidato da CDU às duas últimas eleições legislativas, chamou a atenção para um «desajustado planeamento urbanístico posto em prática pelos diversos executivos camarários, sem qualquer respeito pela traça arquitectónica existente, e a autorização de construção de novos edifícios que originaram a redução de áreas reservadas aos peões, são, por si só, factores denunciadores da incompetência que tem caracterizado a gestão autárquica dominante».

Membro do PCP desde 1995 e membro da Comissão

Concelhia da Régua, afirmou ainda que «decorridos 25 anos da instalação do poder local democrático, o concelho de Peso da Régua, apresenta, ainda, lacunas ao nível das infra-estruturas de base», das quais são exemplos as «insuficiências verificadas ao nível do abastecimento de água», a existência de esgotos a correr a céu aberto ou directamente para o rio Douro, constituiu, para o candidato, uma «situação inaceitável, assim como é também inadmissível a inexistência de uma estação de tratamento de águas residuais».

A rede viária do concelho foi igualmente alvo das críticas do candidato da CDU, que chamou a atenção para o adiamento sistemático da «construção do IC26, essencial ao desenvolvimento do nosso concelho e de toda a região envolvente».

«O nosso compromisso é com as populações e a eleição



António Serafim

dos nossos candidatos é a plena garantia de lutar pelo progresso e desenvolvimento do nosso concelho», afirmou o candidato, antes de terminar com a convicção de que «eleger os candidatos da CDU, é assegurar, desde já, que nada ficará como dantes, e contribuir decisivamente para alterar a actual política e, apostar no reforço da democracia e do poder autárquico».

Peso da Régua

## Garantir o progresso

• José Paleta

# Luta e solidariedade na Amorim Industrial

São 12.45 horas do dia 3 de Maio. Junto aos portões da empresa Amorim Industrial Solutions, em Corroios, há um grupo de operários, do sector de produção. Cumprem um dia de greve.

Uma carrinha com a porta de trás levantada faz de cozinha. Uma mesa serve de apoio para o tabuleiro do pão. Do fogareiro vem fumo e um cheiro a febras assadas.

Os dois camaradas da Comissão Concelhia do Seixal do PCP dirigem-se ao grupo:

– Boa tarde! Então, como está a greve? – pergunta um de nós.

– Pode falar com o dirigente sindical que está junto àquela viatura! – indicam-nos.

Apercebendo-se da nossa presença, o dirigente e dois delegados sindicais da empresa vêm cumprimentar-nos.

Um de nós fala para os trabalhadores:

– Somos do Partido Comunista Português, fomos informados da vossa luta e estamos aqui para vos transmitir a nossa solidariedade!

O operário que está mais perto de nós pronuncia um «obrigado!», com emoção na voz. Ouvem-se mais agradecimentos. Não somos pessoas conhecidas por eles, mas nota-se a sua confiança e que não é surpresa a nossa presença, a presença do Partido.

## Indignação e revolta

Somos convidados a comer pão e febras e a beber um copo. Mas a conversa começa a jorrar. Sem atropelos, com grande serenidade, todos querem falar. Há indignação e revolta em todos eles. «Para os administradores, para as chefias, há bons salários; para os operários, há salários de miséria, ritmos de produção intensos, carreiras profissionais por actualizar», vão-nos dizendo.

«Quantos trabalhadores tem a empresa aqui em Corroios?». «234 no total!» «Os trabalhadores da produção estão paralisados a 90 por cento.» «A comunicação social foi informada da nossa greve, mas não põem cá os pés. As estações de televisão escondem a luta, os problemas dos trabalhadores.»

Um dos delegados sindicais, que está há 14 anos na empresa e já passou pela Lisnave, informou-nos de que «fomos obrigados a ir para a greve, fizemos um caderno reivindicativo mas a empresa nega-se a falar connosco».

O outro delegado sindical tira do bolso o recibo do salário de Abril: «Como posso viver, tendo de pagar

creche de um dos filhos, com 105 contos por mês?» Esta é a quantia que a generalidade dos trabalhadores leva para casa no final de um mês de trabalho.

Um dos operários chama-nos a atenção para um jovem junto dele: «Este é contratado a prazo, não teve medo, está aqui na luta, fazendo greve.»

Estão no grupo outros operários com contratos a prazo. Um deles, guineense, fala para nós: «Fui abordado para não aderir à greve, pois na minha situação posso ser mandado para o desemprego, mas estou na greve, porque sei do meu papel de trabalhador, tenho a minha dignidade.»

A conversa generaliza-se, em torno da situação dos trabalhadores, da tática da administração de rodear-se de alguns administrativos e chefes, a quem dão algumas migalhas para os manter do lado errado da barricada.

É tempo de acedermos ao convite, de comer uma febra no pão e comer um copo. E como nos soube bem este almoço, regado de solidariedade! Como compreendemos tão bem que a sociedade não está dividida entre homens e mulheres, entre pretos e brancos, mas sim entre explorados e exploradores!

## Justo e realista

Mas, afinal, o que exigem os trabalhadores, que leva a administração a obrigá-los à greve? Exigem negociar um caderno reivindicativo; aumento de salário de 5,5 por cento ou 6500 escudos/mês para cada trabalhador; diuturnidades de 3 contos, de 3 em 3 anos; subsídio de alimentação de 600 para mil escudos/dia; subsídio de transporte; 25 dias de férias úteis.

Não são estas reivindicações justas, para quem recebe pouco mais de cem contos por mês? Claro que são: justas e realistas.

Vão chegando mais trabalhadores. Às 16 horas é altura do segundo turno. Vão fazer um plenário na rua. A luta vai continuar.

Despedimo-nos com a garantia de lá voltarmos e a promessa de que fomos escrever umas notas para o Avante!, aconselhando unidade dos trabalhadores, desejando êxitos para a luta que estão a travar e reafirmando que podem contar sempre com o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português.

Guterres questionado pela CGTP-IN

# Saúde adiada

A ministra não cumpre as promessas de diálogo, enquanto avança com medidas legislativas, deixa por aplicar outras já aprovadas e não satisfaz reivindicações legítimas.

A CGTP escreveu na semana passada ao primeiro-ministro, solicitando uma reunião urgente, uma vez que «a situação da Saúde é inegavelmente grave» e estão a agudizar-se «conflitos laborais no sector e mesmo manifestações de descontentamento entre os utentes», quadro que se agrava com «a manifestação desvalorização do diálogo social por parte da senhora ministra».

Representantes da central reuniram com Manuela Arcanjo a 25 de Outubro e, nessa altura, «ficou prometido realizar-se, daí a dois meses, um novo encontro para dar continuidade à discussão havida, nomeadamente sobre o Programa de Acesso e a Lei de Bases da Saúde». Na missiva a Guterres, a Intersindical Nacional refere que, em 21 de Fevereiro, ao ver correr o tempo sem que se concretizasse a prometida reunião, solicitou à ministra a sua marcação; a audiência

foi agendada para 10 de Abril, depois adiada para 3 de Maio e, desta vez, os responsáveis do Ministério passaram-na para 11 de Maio.

Este novo adiamento levou a que a Inter decidisse interpelar o primeiro-ministro, considerando «inteiramente legítima» a preocupação de António

## Os valores das participações nas próteses mantêm-se há 22 anos

Guterres relativamente a esta área prioritária, que «mexe com o acesso da população aos cuidados de saúde e com a sua qualidade», e onde

«existe um vasto sector privado, que se alimenta e prolifera à custa do Estado, enquanto se desperdiçam os meios instalados nas instituições públicas».

## Mal ou parado

Medidas que vão sendo adoptadas pelo Ministério, como a alteração do Estatuto Jurídico dos Hospitais ou o Programa de Acesso, no quadro de complexidade

que o sector vive, exigiam da ministra «uma relação assídua» com a CGTP.

Mas, sem ouvir a central ou os profissionais da Saúde, o Governo anunciou a intenção de apresentar um projecto de Lei de Bases, tomou medidas em relação à comparticipação dos medicamentos dos doentes psiquiátricos e «ainda não deu qualquer resposta às legítimas reivindicações» da central para que sejam actualizadas as comparticipações das próteses e ortóteses, que não são revistas há 22 anos – matéria sobre a qual a CGTP entregou há um ano um abaixo-assinado com mais de 30 mil assinaturas. «Não é aceitável que, em 2001, se continue a receber 500 escudos por um par de óculos, 2 mil escudos por uma prótese fixa (dentadura), 4500 escudos por um aparelho para a surdez ou 4700 por uma cadeira de rodas», referia uma resolução aprovada no Porto, numa concentração de activistas sindicais e reformados, dia 19 de Abril.

Por outro lado, protesta a central, «medidas legislativas já aprovadas não estão a ser aplicadas», como sucede com os sistemas locais de Saúde e as agências de contratualização.

# Transferências na PT para forçar rescisões

Face à intenção, manifestada pela administração da Portugal Telecom Comunicações, de transferir compulsivamente 26 trabalhadores – «do Algarve para o Porto, do Porto para Abrantes e Bragança, de Mirandela para Braga, etc.», violando a lei e o acordo de empresa –, a CGTP requereu a intervenção urgente da Inspecção do Trabalho e pediu para ser recebida, também com urgência, pelo secretário de Estado do Trabalho.

Para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audio-visual, as transferências anunciadas «são o mesmo que rescisões forçadas». O Sinttav/CGTP, em informação aos trabalhadores, acusa mesmo a Direcção de Recursos Humanos da PT-C de ter a rescisão de contratos como objectivo, mas afirma que vai opor-se aos intentos da administração e bater-se pela legalidade.

De acordo com o sindicato, a DRH comunicou em Março a seis trabalhadores do Algarve que, ao fim de 60 dias, teriam que se apresentar no Porto. Duas dezenas de funcionários do Porto receberam cartas a comunicar-lhes transferências para Bragança ou Abrantes, o que foi considerado «uma represália inadmissível», pois estes trabalhadores tinham conseguido a sua reintegração na empresa após processo judicial apoiado pelo sindicato.

# Outras soluções para o Metro do Porto

A integração das linhas Porto-Trofa e Porto-Póvoa na rede do Metro do Porto «pode vir a ser um erro inaceitável», alertou a União dos Sindicatos do Porto, preocupada com os prejuízos que opções erradas trarão aos utentes, nomeadamente aos trabalhadores com menos possibilidades para encontrarem soluções alternativas.

«O que propomos é que as linhas se mantenham ao serviço da CP, e que sejam alvo de investimento capa-

zes de fornecer comodidade e rapidez aos milhares de utentes», afirmou a direcção da USP/CGTP-IN, em conferência de imprensa dada dia 3, na Estação da Senhora da Hora. O comboio é uma boa solução, para a ligação entre esta estação e as de Trofa e Póvoa, «desde que sejam reduzidos os tempos de viagem, que se mantêm como há 40 anos».

Para a rede do Metro deverá passar o troço compreendido entre a Senhora

da Hora e a Trindade, havendo, por isso, que criar, na Senhora da Hora, um interface para os vários tipos de transporte.

A USP, sendo «a maior organização social do distrito», não se conforma com os inconvenientes que a realização das obras causa aos utentes e apresentou uma solução para os atenuar. Para tratar estes problemas, a União vai solicitar uma reunião urgente ao ministro dos Transportes.



## IRS

De ontem até amanhã, estão em greve os trabalhadores dos centros educativos e equipas do Instituto de Reinserção Social, em luta pela regulamentação do suplemento de risco, que lhes é devido há mais de 10 anos, pela revisão das carreiras profissionais, contra a gritante falta de pessoal e as deficientes condições de segurança e, no caso dos centros educativos, contra o inaceitável regime de horários que lhes pretendem impor.

## Identificação

Com mais de 98 por cento de adesão, os trabalhadores da Direcção de Serviços de Identificação Civil cumpriram segunda-feira o último dia de uma série de greves. Segundo a FNSFP/CGTP, nas três delegações da DSIC (Lisboa, Porto e Coimbra) apenas 4 trabalhadores não aderiram à paralisação, num universo de 200. Mais de metade dos funcionários em greve concentraram-se frente ao Ministério da Justiça, onde «de forma surpreendente» se realizou uma reunião com o ministro e o secretário de Estado da Justiça. «Não foram encontradas soluções» para integração na carreira de registos e notariado e para a integração nos quadros de trabalhadores com vínculo precário despedidos recentemente, mas algumas possibilidades vão ser analisadas dia 23, em nova reunião. A federação e os sindicatos ficaram mandatados pelos trabalhadores para convocarem novas paralisações em Junho, caso a situação se mantenha.

## Carta a Caldas

Há quase ano e meio que o ministro da Defesa arrasta sem cumprimento as promessas que fez ao STEFFAs/CGTP acerca da revisão do sistema retributivo e de carreiras, entre outros problemas dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército. Para ontem à tarde foi convocado um plenário dos órgãos representativos dos trabalhadores das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, da Manutenção Militar e do Laboratório Militar, para aprovar e enviar a Castro Caldas uma carta-aberta.

## «Big Zero»

A TVI não aumentou os salários de alguns trabalhadores, num procedimento «arbitrário e discricionário» que a Televisão Independente apelidou de «aumento zero». O Sindicato dos Jornalistas realça que entre os que ficaram excluídos há trabalhadores que não vêem o seu salário devidamente corrigido desde o início da actividade da estação, há 8 anos. Houve ainda outros aumentos salariais «muito abaixo da inflação», refere o sindicato, apontando o contraste entre esta contenção e «um aumento de receitas soberbamente divulgados nos órgãos de informação».

## Participação popular é sinal de descontentamento

# Maio com mais de 100 mil

Para além dos manifestantes que se integraram nos desfiles, concentrações e comícios da CGTP, em 54 localidades, havia ainda dezenas de milhares de pessoas a assistir e a aplaudir os manifestantes.

«As iniciativas e acções promovidas pelas estruturas sindicais da CGTP-IN em torno do 1.º de Maio saldaram-se numa participação invulgar de trabalhadores, jovens e reformados, constituindo uma grande afirmação da força do sindicalismo», afirma a central.

Num comunicado de imprensa distribuído no dia 2, a central salienta que o Dia

do Trabalhador foi assinalado, este ano, em 54 cidades e vilas do Continente e Regiões

### Há condições para uma grande jornada nacional no dia 7 de Junho

Autónomas, estimando a participação global em mais de 100 mil pessoas. «Em Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Aveiro e Guimarães, as ruas transformaram-se em autênticos rios de gente, cujas margens estavam apinhadas de milhares e milhares de cidadãos, que aplaudi-

am e lançavam palavras de incentivo e apoio aos objectivos reivindicativos proclamados pelos participantes nos desfiles», congratula-se a Inter.

A participação nas comemorações do Dia do Trabalhador – que também incluíram iniciativas desportivas, culturais e recreativas (só na corrida internacional, em Lisboa, terão participado cerca de 5 mil atletas) – constituiu, desta forma, «expressão do justo descontentamento dos trabalhadores face à sua situação socio-laboral e aos caminhos que o País está a seguir», salienta a CGTP, confiando que haverá assim «mais combatividade e mobilização dos traba-

lhadores pelos seus direitos, por um crescimento significativo dos salários e pelo aumento intercalar do salário mínimo nacional, pelas 35 horas semanais, por 25 dias úteis de férias, pela aplicação da legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, por melhores pensões de reforma e serviços de Saúde». A forte participação no 1.º de Maio é «garantia de que a jornada nacional de luta, convocada para dia 7 de Junho, se traduzirá numa grandiosa acção reivindicativa» e «num peremptório desmentido» dos que insistem na moderação salarial e numa revisão da legislação laboral facilitadora dos despedimentos.



No Porto as comemorações culminaram com um grande comício sindical, na Praça Humberto Delgado

## Na Parque Expo 80 passam a efectivos

Após intervenção do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, em acção conjugada com a USL/CGTP, a Parque Expo passou a efectivos 80 trabalhadores auxiliares que estavam contratados a termo incerto.

A actuação das estruturas sindicais e a mobilização dos funcionários, a par de negociações com a empresa e com as câmaras de Lisboa e Loures, já tinha obrigado a que 21 destes trabalhadores, que já estavam despedidos, tivessem sido readmitidos em Janeiro do ano passado.

A direcção do CESP, afirmando que vai continuar a promover a organização e a acção sindical na empresa, recorda que se realizaram reuniões, correram abaixo-assinados e chegou a ser marcada uma greve, entretanto desmarcada por ter havido um compromisso satisfatório por parte da administração. A batalha passou depois à fase da celebração de um acordo de empresa, mas a administração tentou antecipar-se a essa negociação, actualizando os

salários em 4 por cento desde o início deste ano.

### Marks & Spencer

A multinacional inglesa Marks & Spencer, que desde há cerca de um ano explora directamente duas lojas em Portugal (depois de um processo de falências de várias outras casas, que funcionavam em regime de *franchising*), comunicou aos seus 121 trabalhadores que os quer despedir todos.

O CESP, ao denunciar a situação e exigir a intervenção do Governo, salienta que apenas 21 daqueles trabalhadores têm vínculo efectivo.

Foi escolhida uma comissão que, em conjunto com o sindicato, vai bater-se pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores portugueses, conjugando a acção com os seus camaradas de outros países, em particular os de Espanha e França. Esta iniciativa levou a que fosse decidida a deslocação a Portugal da responsável dos Recursos Humanos, a nível da Península Ibérica.

## Greve obtém compromissos

O secretário de Estado adjunto da Presidência do Conselho de Ministros e o secretário de Estado da Administração Local comprometeram-se a facultar ao STAL o anteprojecto de diploma sobre carreiras profissionais nos transportes colectivos urbanos municipais.

Os compromissos foram obtidos no primeiro dia da greve de 48 horas no sector, que registou níveis de adesão muito elevados (o sindicato destacou Aveiro, Barreiro, Braga e Coimbra). De manhã

teve lugar uma concentração junto à sede do Conselho de Ministros. De tarde, os trabalhadores deslocaram-se para junto da Secretaria de Estado, no Parque das Nações.

Apontando os compromissos obtidos como resultado da luta, o sindicato considerou que as garantias dadas não foram suficientes, recordando que compromissos anteriores não foram assumidos. Por isso, decidiu manter a greve no dia 4, também com forte adesão, e aguarda agora que seja marcada uma reunião com o Governo, até dia 26.



O projecto que não se vê «existe» desde 29 de Março, segundo disse o secretário da Administração Local

## À porta

A administração da Santos Barosa não autorizou a comissão de trabalhadores da vidreira a reunir no interior das instalações com deputados que se deslocaram à Marinha Grande, pelo que a reunião com os representantes do BE foi marcada para a entrada principal da empresa. A informação faz parte de um «imenso rol de arbitrariedades, discriminações e violações de direitos» que o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira e a CT denunciaram na semana passada à comunicação social. O comunicado evidencia ainda, de entre os casos registados, os castigos aplicados a um membro da CT, que agiu para prevenir acidentes de trabalho graves, e a um delegado sindical, que exerceu um direito que lhe assiste, contrariando o incumprimento da contratação colectiva pela administração. Uma trabalhadora injustamente despedida foi readmitida por imposição judicial, enquanto um delegado sindical já conta três processos disciplinares e três dias de castigo, por «não deixar que o impeçam de defender os seus direitos individuais e os do colectivo dos trabalhadores», referem o sindicato e a CT. Reunidas dia 2, a direcção do STIV e a CT acusaram a empresa de, com este tipo de acções, procurar «devastar as estruturas representativas dos trabalhadores, com o objectivo de violar, reprimir e aplicar sem qualquer oposição a sua própria lei».

## Censuras

No Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, assinalado a 2 de Maio, o Sindicato dos Jornalistas emitiu um comunicado em que expressa «profunda solidariedade para com os profissionais que, em todo o Mundo, sofrem

constrangimentos e mesmo impedimentos judiciais e políticos no exercício da sua actividade». Manifesta também «fraterna compreensão para com o sofrimento das famílias de quantos pagaram com a morte o preço da liberdade». O sindicato chamou ainda a atenção para «os sérios constrangimentos à liberdade de expressão, decorrentes do agravamento da globalização, das concentrações de órgãos de informação, da subordinação da informação à lógica mercantil, da exploração de trabalho mal remunerado e mesmo escravo» e para o desrespeito pelos direitos dos jornalistas. O SJ reafirmou «a urgência imperiosa de uma lei que regule os direitos de autor» dos profissionais da informação, considerada «um instrumento essencial para a preservação da qualidade do jornalismo e para a consequente responsabilização ética e deontológica dos seus profissionais perante as fontes, as pessoas e entidades que são objecto do seu trabalho e o público em geral». O sindicato afirma que «no limite, está em causa a própria democracia, de que a liberdade de expressão é fundadora».

# Reactivar a defesa da Segurança Social

• Lino de Carvalho

**E**m Fevereiro passado entrou em vigor a nova Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e Segurança Social. Está agora a decorrer o prazo de 180 dias para o Governo aprovar as normas necessárias à sua execução. É um período tão decisivo como o foi o da aprovação da Lei de Bases que exige a maior vigilância e intervenção activa tanto do movimento sindical como de quem contribuiu de forma decisiva para a respectiva viabilização, o PCP.

Como o PCP assinalou na altura, o resultado então conseguido representou “um resultado globalmente positivo para os interesses do Sistema Público de Segurança Social” tendo evitado “o escancarar de portas aos interesses financeiros” e aos propósitos privatizadores. Aliás, a reacção da direita foi e é, porventura, o melhor atestado passado aos resultados então conseguidos. Ainda recentemente o presidente do PSD sublinhava, em tom solene, que “um dos primeiros actos oficiais de um governo social-democrata é revogar a Lei de Bases da Segurança Social”.

Mas agora estamos na fase da sua regulamentação. E os interesses financeiros e neoliberais que não entraram pela porta querem agora entrar pela janela.

Vejamos algumas das principais questões que estão em cima da mesa. Do ponto de vista da organização do sistema, a criação do Conselho Nacional de Solidariedade e Segurança Social e, em especial, da sua Comissão Executiva, proposta pelo PCP, de composição tripartida e que tem, entre outras, a função relevantíssima de emitir parecer obrigatório para efeitos da aplicação, no futuro, de eventuais “limites aos valores considerados como base de incidência contributiva” (o célebre *plafonamento*). O parecer assume, na prática, um valor vinculativo porque tem de ser necessariamente positivo para a medida entrar em vigor e a respectiva proposta do Governo terá de ser acompanhada “de relatório demonstrativo” de que a medida reforça “a sustentabilidade financeira do sistema público”. Ora, o anteprojecto de Decreto-Lei que se conhece tem uma composição, ao nível do Conselho Nacional e da Comissão Executiva, que pode desequilibrar a relação de forças a favor dos interesses privatizadores.

A outra questão tem a ver com o financiamento do Sistema. Tendo sido demonstrado que as teses catastrofistas sobre a falência iminente do Sistema Público não tinham sustentação é, contudo, necessário garantir o seu futuro e isso passa, inevitavelmente, pela diversificação das fontes de financiamento. A definição de um sistema misto que combine a tributação sobre o trabalho com a tributação sobre o valor acrescentado criado pelas empresas e a tributação de mais-valias obtidas em bolsa em certas operações de capital são, entre outras, soluções necessárias, propostas

pelo PCP e que a Lei de Bases não rejeita. Também a polémica recentemente vinda a público sobre a gestão do Fundo de Capitalização da Segurança Social se insere directamente no combate, que continua, entre os defensores do Sistema Público e os defensores das teses das seguradoras. O Fundo de Capitalização tem uma função decisiva para os trabalhadores e os reformados e pensionistas. Em termos simples, assegurar, através da gestão em regime de capitalização dos excedentes do Sistema, o pagamento actual e futuro das prestações sociais, em particular das pensões de reforma. Esses excedentes são formados, no essencial, pelos descontos sobre os salários dos trabalhadores. A Lei de Bases prevê, inclusivamente que, no futuro, 2 a 4 pontos percentuais das cotizações dos trabalhadores revertam para um fundo de reserva a ser gerido em regime de capitalização que garanta “a cobertura das despesas com pensões por um período mínimo de dois anos”.

Actualmente, o Fundo de Estabilização tem um activo já de mais de 600 milhões de contos e prevê-se que, proximamente, chegue aos dois mil milhões. O bolo é muito apetecível. Neste quadro não é aceitável, por um lado, que o Instituto que tem a seu cargo a gestão dos Fundos de Capitalização queira entregar a privados a gestão de 20% dos excedentes quando é ele próprio a demonstrar que a gestão que o Estado tem feito desses activos tem obtido margens de remuneração superiores às dos Fundos de Pensões. Por outro lado, não se pode permitir que a sua aplicação seja feita não em títulos de remuneração segura, designadamente em títulos de Dívida Pública – que não tem necessariamente de ser da Dívida Pública portuguesa mas sim de quem oferecer melhores remunerações – mas na especulação bolsista, como defendem alguns dos membros do Conselho Consultivo do Instituto, que chegam inclusivamente ao ponto de defender o fim do Fundo de Capitalização e a gestão livre dos excedentes.

Por último, o aumento garantido na lei, dos limites mínimos das pensões e a nova forma de cálculo. A recente entrevista do ministro do Trabalho ao DN deve merecer a maior das atenções e vigilâncias. O que diz a Lei de Bases é que, com salvaguarda dos direitos adquiridos e em formação, de modo gradual e progressivo e tendo por base os rendimentos de trabalhos, revalorizados, deve-se caminhar para integrar no cálculo das pensões toda a carreira contributiva. É isto que tem de ser rigorosamente salvaguardado. São três questões decisivas, entre outras, que estão em cima da mesa e que por se encontrarem a ser debatidas no silêncio alcatifado dos gabinetes ministeriais e dos *especialistas*, podem passar despercebidas aos olhos e à vigilância dos trabalhadores. Por isso, o PCP chamou o ministro do Trabalho à Assembleia da República. Mas a vigilância e intervenção geral neste processo deve ser urgentemente reactivada.

PCP critica atrasos do Governo e campanhas contra o empreendimento

## O Alqueva é para cumprir

O Alqueva tem um valor estratégico para o Alentejo e para o País. Enquanto instrumento de desenvolvimento, nele estão depositadas as maiores expectativas. Travá-lo ou desvirtuá-lo seria comprometer o futuro da região.

Esta foi em traços largos a ideia central reiterada pela bancada comunista em declaração política sobre o tema proferida no Parlamento. Pela voz de Lino de Carvalho, o PCP demonstrou a inconsistência dos vários argumentos que têm sido aduzidos contra a construção do empreendimento e criticou o Governo pela sua falta de empenhamento em vencer alguns atrasos relacionados com o projecto.

### Alavanca de progresso

Mas as suas primeiras palavras foram para sublinhar as razões que sempre levaram o PCP a defender a construção deste empreendimento de fins múltiplos. Visto como um «sonho secular» - o de armazenar a água do grande rio do Sul -, capaz de constituir-se como alavanca de desenvolvimento e de criação de emprego, o Alqueva, segundo Lino de Carvalho, «reúne todas as condições para dar corpo a uma nova coesão e a um novo reequilíbrio no ordenamento territorial do País, para fazer diminuir os processos migratórios, internos e externos, e com isto para, inclusivamente, diminuir a pressão demográfica sobre as grandes áreas metropolitanas, designadamente a Área Metropolitana de Lisboa».

Pode, acima de tudo, com a sua reserva estratégica de água, contribuir de forma decisiva para «retirar o Alentejo de uma situação de progressiva desvitalização e

envelhecimento, apesar do esforço do poder local e de outras instituições regionais».

### Argumentos falsos

É por isso que se torna difícil compreender as sucessivas posições de quantos têm procurado criar obstáculos à realização de Alqueva. O deputado Lino de Carvalho falou mesmo em «campanhas». A todas aludiu, criticamente, como, por exemplo, às campanhas

### O Governo tem de abandonar uma postura que revela falta de empenhamento e de coordenação no empreendimento

animadas pelos grandes agrários nos anos 50 contra o Plano de Rega do Alentejo. Mas foi sobre as campanhas mais recentes que se deteve de modo particular. Para demonstrar como são frágeis os argumentos dos que defendem a suficiência de uma rede de pequenas barragens ou de quantos consideraram a dada altura que não haveria água para encher tão grande albufeira. E que depois colocaram a questão da qualidade da água proveniente de Espanha. E depois ainda o problema do desaparecimento de certas espécies da fauna e da flora alentejana. E mais tarde a campanha contra o corte de árvores. A que se sucedeu a questão da quota. E por fim as gravuras rupestres.

Sobre as quotas, concretamente sobre a defesa de uma quota ao nível 139, como pretendem certas organizações, Lino de Carvalho foi taxativo: «ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, reduzir a obra da quota de 152 para a quota 139 não é só reduzir em

13 metros a altura da parede da barragem». É reduzir a zona de maior capacidade de armazenagem (o cimo da taça), o que significaria, alertou, diminuir em mais de 45 por cento a capacidade de armazenagem de água, diminuir a metade a área de rega, diminuir em 25 por cento a valia eléctrica. «O Alqueva transformar-se-ia num Alquevinha e perdia-se a sua função estratégica. Seria quase mais uma albufeira a juntar às já existentes», advertiu o deputado comunista.

### Gravuras sim, atrasos não

Posição clara e inequívoca tem ainda o PCP no que se refere à questão das gravuras rupestres do período neolítico. Como assinalou Lino de Carvalho, importa prosseguir o importante trabalho de identificação e recuperação do património arqueológico. O que quer dizer, no caso das gravuras, proceder rapidamente ao seu levantamento e encontrar soluções técnicas que permitam a sua salvaguarda, como o decalque. «Mas sem suspender, atrasar ou, por maioria de razão, travar o empreendimento», realçou o parlamentar do PCP.

Objecto de análise, noutro plano, foi a atitude do Governo relativamente ao desenrolar do processo. Para Lino de Carvalho, tem existido da parte do Executivo uma «postura de falta de empenhamento, de vontade e de coordenação». Isso traduz-se, concretamente, em vários atrasos, como, por exemplo, ao nível da elaboração do Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente da Albufeira ou no domínio da magna questão da estrutura fundiária. Daí o desafio por si deixado ao Governo e ao PS: «Afrontem as questões e juntem-se a nós na necessária reflexão e na apresentação de soluções alternativas.»



O Alqueva constitui um instrumento ímpar para o desenvolvimento do Alentejo

PCP lança debate sobre Conceito Estratégico de Defesa Nacional

# O primado do interesse nacional

**O PCP vai entregar no Parlamento uma proposta sobre as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. É o seu contributo para um debate nacional que deseja amplo e participado.**

O anúncio foi feito no passado dia 2 pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa. Na mesma semana, mais exactamente na véspera, em que esteve em debate na Assembleia da República o artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas respeitante ao regime de direitos dos militares.

O entendimento de que o actual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)

«não projecta, como deveria, as garantias de uma estratégia assente no primado da defesa dos interesses nacionais» constitui uma das razões que presidiu à decisão do PCP de apresentar um documento próprio capaz de suscitar um largo debate em torno das Grandes Opções neste domínio. Em sua opinião, como fez questão de realçar o dirigente comunista, «Portugal tem interesses próprios a defender», não coincidentes na maior parte dos casos com o que tem sido a política de defesa nacional desenvolvida pelos governos do PS e do PSD.

## Não à militarização

Lembrada a este propósito foi, por exemplo, a inversão das prioridades das Forças Armadas, envolvendo-as em acções militares no exterior, em articulação com a Política Europeia Comum de Segurança e Defesa. Uma política que, para o PCP, mais não é do que um instrumento da «acelerada militarização da União Euro-

peia», visando a «criação de um exército europeu para, sob orientação da NATO, intervir onde esta considere necessário», mesmo que isso signifique a violação do direito internacional e as normas constitucionais portuguesas.

## Uma estratégia global do Estado em matéria de Defesa tem de privilegiar os interesses nacionais

«A política de militarização da União Europeia e o novo Conceito Estratégico da NATO são contrários a uma política de paz e segurança, questionam a independência e soberania nacionais e

põem em causa o papel activo que Portugal deverá desempenhar, em todas as situações, no processo de desarmamento e no reforço dos mecanismos internacionais de segurança colectiva», sublinhou Carlos Carvalhas, dirigindo-se aos jornalistas, ladeado por Rui Fernandes, membro do Secretariado do CC, e pelo deputado João Amaral.

E acrescentou: «Em alguns aspectos centrais, a estratégia aparece cada vez mais espartilhada pelos compromissos externos, nomeadamente, nos casos já citados, do novo Conceito Estratégico da Nato e no processo de constituição da nova força de intervenção militar europeia, mas também no que respeita às medidas de carácter político-militar que vêm sendo tomadas no âmbito da União Europeia.»

## Por um novo rumo

Destacado pelo líder comunista foi, noutra plano, o que afirmou serem elementos que «comprometem o desenvolvi-

mento de Portugal» e a «manutenção da reserva mínima de soberania» que lhe permita afirmar-se como país soberano num mundo em constante mutação. Referiu-se Carlos Carvalhas, entre outros aspectos, à «crescente dependência, vulnerabilidade e destruição progressiva do tecido produtivo nacional», à «política de privatizações, incluindo de sectores estratégicos», a par da «não adopção de medidas objectivas no que respeita à promoção da cultura e da língua portuguesa», bem como ao «distanciamento crescente entre a situação dos trabalhadores portugueses e a dos outros países da União Europeia».

E daí as propostas elaboradas pelo PCP e agora divulgadas sobre as GOCEDN, as quais, do seu ponto de vista, configuram uma estratégia global do Estado assente, esta sim, no pressuposto da salvaguarda dos interesses nacionais (ver caixa).

O que passa, no entender do PCP, por uma correcta adequação das perspectivas e prioridades em matéria de reequipamento, através da Lei de Programação Militar. E que justificou o alerta de Carlos Carvalhas para que, no momento em que está em preparação uma nova lei, esta não seja elaborada «com base numa irrealista noção da realidade económica-financeira que vivemos e desligada de uma visão estratégica para Portugal». E que considere como uma prioridade, exortou, «face a quaisquer outros compromissos externos, as reais necessidades do País, nomeadamente na área da busca e salvamento».



Os governos têm invertido as prioridades das nossas Forças Armadas

## Por uma estratégia de paz e progresso

Enunciados pela voz do seu Secretário-Geral foram alguns dos traços essenciais que, na perspectiva do PCP, devem conformar a estratégia global do Estado em matéria das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Trata-se de uma estratégia que tem na defesa dos interesses nacionais o seu primado e a sua característica fundamental. Realçados por Carlos Carvalhas foram, entre outros, os seguintes aspectos: uma estratégia de matriz nacional, privilegiando os interesses nacionais e os meios nacionais de os prosseguir; uma estratégia de coesão e solidariedade que privilegie o fortalecimento da vontade popular, por uma maior justiça social e um

maior empenhamento cultural; uma estratégia de progresso, afirmando Portugal no Mundo como uma Nação em desenvolvimento económico e com voz própria nos grandes processos estruturais tendentes à criação de uma Nova Ordem Económica Internacional; uma estratégia de amizade, paz e cooperação com todos os povos, privilegiando a solução negociada de conflitos, o diálogo, a acção nas instâncias internacionais, o respeito pelo direito internacional e a dissolução dos blocos militares; uma estratégia, democrática, que empenhe todos os portugueses na defesa de Portugal, da sua soberania e independência perante qualquer ameaça externa.

## Restrições aos direitos cívicos dos militares Um abcesso na democracia

O reforço dos direitos cívicos dos militares esteve em debate na Assembleia da República. Propostas nesse sentido foram apresentadas pelo Governo, PSD, CDS/PP e PCP. Nem todas, porém, apontam de forma consequente para o reconhecimento de mais direitos, como reivindicam desde há muito os membros das Forças Armadas. Textos há onde se materializa o contrário do que se anuncia. Estão neste caso algumas das alterações preconizadas pelo PSD. E por isso foram objecto de acesa crítica por parte do PCP. João Amaral não teve dúvidas em classificá-los de «altamente limitativos, retrógrados e esvaziadores dos direitos» que os seus autores dizem «querer consagrar».

Em causa está a revisão do artigo 31.º da Lei de Defesa Nacional, alteração pela qual o Grupo Parlamentar do PCP se bate há mais de oito anos, colocando o assunto na ordem do dia por via da apresentação de iniciativas legis-

lativas. E, hoje como ontem, para a bancada comunista, tal revisão só ganha sentido se consagrar o princípio do reconhecimento dos direitos, liberdades e garantias dos militares, conferindo aos respectivos limites «um carácter excepcional e de estrita medida».

É que «para pior já basta assim», como lembrou João Amaral, citando a canção, numa alusão ao texto actual, em vigor há perto de 19 anos, o qual, em sua opinião, constitui «um abcesso na vida democrática, que envergonha Portugal».

Dá que em relação à revisão da Lei, que considera um imperativo, o PCP tenha um projecto claro, no qual se afirma «em relação a cada direito o princípio de que ele assiste aos militares», e em que a redução dos seus limites se faz de acordo com os termos constitucionais.

Como sublinhou o deputado comunista, caracterizando em síntese o espírito que presidiu ao projecto da sua ban-

cada, o PCP «entende os militares como cidadãos, entende que os direitos fundamentais fazem parte da essência da democracia e se devem estender a todas as instituições, considera que os militares portugueses são patriotas com um alto sentido do dever e das suas responsabilidades, confia no seu sentido ético e de coesão e de disciplina, e entende assim que as limitações de direitos não podem ser um voto de desconfiança, devendo ser circunscritos ao indispensável».

Significa isto, por exemplo, no que se refere ao direito de associação, que o Grupo comunista defende o expresso reconhecimento na lei do direito de constituição de associações profissionais de militares. De parte fica o «sindicalismo militar», não por que isso seja «tabu», na perspectiva do PCP, mas porque não corresponde aos sentimentos do País sobre a questão, nem está na ordem do dia das preocupações dos

próprios, e menos ainda constitui factor necessário para a prossecução de interesses socioprofissionais.

Quanto à liberdade de expressão, como assinalou João Amaral, os limites devem estar nos princípios gerais (isenção político-partidária) e no sigilo decorrente da classificação de documentos para garantia dos interesses de Defesa Nacional. «Limitar mais do que isto é entrar no campo do arbítrio e da restrição desproporcionada e violadora do princípio da necessidade», sustentou o deputado comunista, para quem, também neste capítulo, são notórias as diferenças entre o que defende o PSD e o Governo. Este, «com claras marcas de progresso»; aquele, «restritivo e retrógrado».

No que respeita à capacidade eleitoral passiva - outras questões mais afloradas -, o PCP advoga a necessidade de «restituir aos militares» esse direito, acabando com a sua excessiva restrição e inviabilizando os abusos.

## Contratos a prazo Não à precariedade

A Assembleia da República aprovou, em votação final global, com a abstenção dos deputados comunistas, bloquistas e «verdes» um texto de substituição aos projectos do PCP, BE e PS que altera o regime jurídico do contrato de trabalho a termo.

Esta é uma matéria que foi introduzida na agenda parlamentar pela bancada comunista. Inscrito nos seus objectivos, ontem como hoje, estava o combate à precariedade no emprego. Foi essa luta persistente dos comunistas que forçou o PS, num segundo agendamento, a apresentar o seu próprio projecto de lei. Um texto marcado, como sublinhou o deputado comunista Vicente Merendas em declaração de voto, por um conjunto de aspectos negativos em relação aos quais a bancada socialista se mostrou inflexível e que, por isso, foram mantidos no texto final agora aprovado.

Foi possível, não obstante, introduzir no documento algumas alterações que representam melhorias em relação à legislação actual. Como é o caso, entre várias outras, da consagração do princípio de que o «trabalhador adquire o direito à qualidade de trabalhador permanente da empresa nos casos de nulidade da estipulação baseada na celebração do contrato com fundamento diverso do estipulado na lei ou com o fim de iludir as disposições que regulam os contratos sem termo».

Apesar da sua discordância quanto a algumas alterações, que considera negativas, foram estes avanços positivos, «embora tímidos», como observou Vicente Merendas, que justificaram a abstenção da bancada do PCP.

Comunistas do distrito de Aveiro alertam para retrocessos e aberrações civilizacionais

# Ganhar mais trabalhadores para a luta

Um comício-festa com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e de cerca de duas centenas de militantes e simpatizantes do PCP e da JCP, culminou na sexta-feira, no Teatro São Pedro, em Espinho, as comemorações do 80.º Aniversário do PCP, no distrito de Aveiro.

Antes de Rui Abrantes, da Comissão Concelhia de Espinho, ter chamado para a mesa Carlos Carvalhas e representantes das principais organizações concelhias do Norte do Distrito, da JCP, da DORAV, para dar início às intervenções políticas, os participantes puderam assistir à projecção de vídeos documentais alusivos à história do PCP e à actuação do grupo musical «Convinha Tradicional».

Fausto Neves, responsável pela Organização Concelhia anfítria e primeiro orador, depois de saudar os presentes, sublinhou o orgulho com que os comunistas da região têm vindo a celebrar os oitenta anos do Partido, nomeadamente o «de sabermos que pesadas responsabilidades pesam sobre nós, como depositários do que de mais nobre e elevado herdamos do humanismo, numa época em que graves

retrocessos e aberrações civilizacionais se nos deparam no dia-a-dia».

Fausto Neves evocou, depois, o nome de muitos que, em Espinho, elevaram bem alto a bandeira do PCP, antes e depois do 25 de Abril, e abordando as eleições autárquicas deste ano, anunciou a intenção de a CDU apresentar lista em todas as freguesias do Concelho e pretender atingir o duplo objectivo de recuperar o lugar na vereação municipal e de retirar a maioria absoluta ao PS, «para devolver a Espinho uma política autárquica transparente e eficaz».

Cristina Fernandes, por sua vez, em nome da Comissão Coordenadora Distrital da JCP, começou por afirmar que «o futuro vai continuar a exigir muito de nós», cabendo também à JCP demonstrar que o PCP é, de facto, «o partido para a juventude» e, denunciando

as políticas antijuvenis dos últimos governos, apelou à organização, mobilização e esclarecimento da juventude, como bases fundamentais para alcançar «as mudanças a que os jovens têm direito».

## Mais votos na CDU

Coube, em seguida, a João Frazão, responsável pela Comissão Executiva da DORAV, proceder ao balanço das comemorações dos 80 anos do PCP que, no distrito, «decorreram num ambiente de confiança e combatividade», com a participação de mais de 1000 camaradas e amigos.

Recordando que os comunistas «estiveram sempre ao lado dos trabalhadores e do povo, sempre contra os exploradores, sempre a favor dos explorados», João Frazão enunciou uma série de lutas (em separado) que tiveram a solidariedade activa dos comunistas.

Mas também as eleições autárquicas de Dezembro mereceram a atenção do dirigente comunista que, sublinhando a necessidade de, «no interesse das populações, eleger mais e em mais concelhos, homens e



## Carlos Carvalhas denuncia Desencanto aumenta

Na sua intervenção, o secretário-geral do PCP começou por constatar a diminuição da confiança no Governo que em geral se verifica. «Há um desencanto e descontentamento crescente» disse, invocando o aumento visível do protesto e da indignação dos portugueses face às injustiças de que diariamente são vítimas.

Simultaneamente, os aumentos de preços de bens e serviços essenciais e o aumento de preços em geral está a degradar os aumentos nominais dos salários e as pensões e reformas mais baixos, sem que o Governo avance com medidas de compensação.

Esta situação, para além de outros factores, «deve-se à permanência e agravamento de fundo da sociedade portuguesa», diz Carlos Carvalhas, destacando «as fragilidades estruturais da economia nacional», para si evidentes na quebra da produção nacional, nos défices da Balança Comercial e serviços e no domínio crescente da economia portuguesa pela estrangeira. Por outro lado,

denuncia, são «as dificuldades causadas a muitos portugueses por uma injusta repartição do Rendimento Nacional, traduzida nos baixos salários, nas pensões e reformas e na acentuada alta de preços dos bens e serviços essenciais; o agravamento das questões de saúde e ensino; a política de compadrio e nepotismo» de que a política de *jobs for the boys* é a prova mais clara.

É certo, diz Carlos Carvalhas, que o PS, após o Congresso, «pode fazer uma remodelação ministerial». Pode, até, «lançar uma nova campanha de marketing político» ou pode dizer que «o Governo vai entrar num novo ciclo, numa nova etapa...», mas o Governo sabe, também, que «o prolongamento no tempo só acentuará a erosão» e, por isso, «congemina eleições antecipadas», procurando «passar os custos para a oposição, nomeadamente para o PCP». Porém, garante o secretário-geral do PCP, «se mantiver a mesma política, é certo e sabido que os problemas se vão agravar».

## Ao lado dos explorados

Evocando a luta dos trabalhadores e do povo do distrito, João Frazão referiu as dos trabalhadores da indústria corticeira, por mais segurança e melhor salário; da têxtil António Pereira Vidal, pela manutenção dos postos de trabalho; da Vista Alegre, pelo aumento digno dos salários; da Iasaki Saltano, pela conclusão do acordo de empresa e, ainda, da Corfi, da Viúva de Sá, da Fosforeira, dos pequenos e médios agricultores e dos pescadores da pesca artesanal, ao lado de quem o PCP sempre tem estado. Aliás, essa postura corresponde à «sua natureza de Partido da classe operária e de todos os trabalhadores» e que o leva também a reclamar um futuro certo para os trabalhadores da Oliva, da Clarck's, da Confersil, da Pavone, da fábrica de papel do Caima.

Referindo, depois, alguns problemas das populações do distrito - uma das regiões onde

«são mais acentuadas as injustiças e as desigualdades entre uma população trabalhadora, numerosa e esforçada e uma minoria que não respeita direitos» e onde mais se verifica o «alheamento» dos sucessivos governos e a «inércia» das autarquias - João Frazão apontou como exemplos o caso de Castelo de Paiva e o «crescimento anárquico, desordenado, profundamente lesivo do ambiente e de qualidade de vida das populações».

Para o responsável da DORAV, estas situações resultam de uma política de direita que concentra a riqueza nas mãos de uns poucos, conduzindo ao abandono e desertificação do interior e à ruína a pequena agricultura.

Por isso, anunciou, a DORAV vai lançar uma nova campanha de contacto com os trabalhadores reclamando mais segurança no emprego e o fim da precariedade.

mulheres da CDU», apelou ao a todos os «defendem para as suas terras um projecto autárquico de defesa intransigente dos interesses populares», para que «caminhem connosco na CDU».

Por fim, e antes de passar a palavra ao secretário-geral do Partido (ver extractos em separado), João Frazão citou

como exemplos das lutas travadas aos longo dos 80 anos de vida e luta do PCP a greve dos sapateiros em S. J. Madeira, a resistência ao corte das videiras que o fascismo tentou impor e a mais recente luta das trabalhadoras da Corfi pela aplicação correcta da lei das 40 horas, em que «foram essenciais a dedicação, o esforço, o

sacrifício» dos comunistas, razão por que cabe «a cada um de nós a responsabilidade» de ganhar colegas de trabalho, amigos, «todos os que se revoltam com as profundas injustiças a que o capitalismo condena a humanidade» e «querem transformar o mundo», para lhes dizer que «o seu lugar é aqui, connosco, no PCP».

# festa

Avante!

25  
anos  
1976 > 2001

7,8 e 9 Set.  
Atalaia, Amora, Seixal

## Porto homenageia «assalto aos céus»

O Partido Comunista Português comemorou, no Porto, no passado dia 3 de Maio, o 130.º Aniversário da Comuna de Paris.

Com a presença de cerca de uma centena de pessoas, realizou-se, no Centro de Trabalho da Boavista, um colóquio subordinado à efeméride, com a participação de Hernâni Resende, e inaugurou-se uma Exposição de Arte e uma Mostra Documental dedicados à Comuna, que conta com a contribuição intelectual de Alberto Vilaça, Costa Feijão, Carlos Silva e

Francis Brosseron (membro da Association des Amis de la Commune de Paris).

No colóquio salientou-se a importância histórica da Comuna de Paris no contexto de uma Revolução Industrial que degradou miseravelmente o nível de vida do operariado e de outros sectores sociais e que, com a acentuação das desigualdades, colocou a nu a contradição da grande burguesia que, vendo ameaçados os seus privilégios de classe, não hesitou em recorrer ao inimigo alemão para preservar a sua condição e

esmagar, com uma brutalidade reveladora, a revolta dos communards parisienses.

A Exposição de Arte, que decorrerá até final de Junho, conta com a participação, entre outros, de Acácio Carvalho, Alfredo Martins, António Fernando, Armando Alves, Carlos Trindade, Fernando Oliveira, Isabel e Rodrigo Cabral, José Emídio, José Rodrigues, Lopes Cardoso, Júlia Pintão, Manuela Bronze, Maria Eduarda Castro, Nuno Canelas, Paulo Hernâni e Roberto Machado.

## FESTA DO AVANTE Convívio de construtores

Uma grande jornada de confraternização vai permitir juntar, no dia 27 de Maio, na Quinta da Atalaia, todos os que têm contribuído para erigir desde 1976, quando na FIL, até aos dias de hoje, na Atalaia, a Festa do Avante.

Evento cultural único em Portugal, a realização, ao longo dos anos, da Festa do Avante só tem sido possível graças à acção empenhada e grande dedicação dos militantes e simpatizantes do PCP que, no próximo dia 27, vão recordar a história da festa e as suas próprias memórias, através de fotografias (com indicação de data) que cada um possua e traga para este convívio, para integrarem a exposição que aí se fará. A iniciativa, consta de uma manhã desportiva e cultural, a seguir à qual haverá lugar a um almoço que terminará com um convívio e uma intervenção de carácter político.

As inscrições para o almoço (1500\$00/pessoa) podem ser feitas até ao dia 18 de Maio, por telefone 21 222 4000, fax (21 227 2516) ou email (festavante@mail.telepac.pt).

## CAMPO MAIOR Presidente nervoso

O presidente da Câmara de Campo Maior e responsável máximo do PS, João Burriça, está «perturbado, inseguro e nervoso», pelo que tece comentários onde confunde siglas e forças políticas, diz a Comissão Concelhia de Campo Maior do PCP, a propósito da afirmação de João Burriça sobre um comunicado do PCP - cuja responsabilidade atribui à CDU - que, segundo ele, «é um conjunto infundado de inverdades».

Para além da confusão, o PCP afirma ao presidente da Câmara que, queira ele ou não, as «inverdades são verdades» e lembra-lhe o facto de o Auditório da Biblioteca Nacional ter sido o espaço onde o eng. Guterres, na altura secretário-geral do PS, ter tido uma recepção, onde o Movimento pelo Sim à Regionalização realizou uma sessão e onde o PCP promoveu um debate sobre a Saúde.

## PONTE DE SOR PS ignora 25 de Abril

«Com a Revolução dos Cravos, o povo português reencontrou não só o direito à liberdade mas também o de ser feliz» e só a extrema-direita tem «a ousadia» de criticar publicamente o 25 de Abril e os acontecimentos de 27 anos de vida democrática institucionalizada, diz a Comissão Concelhia de Ponte de Sor, indignada com o facto de as autarquias do PS terem deixado passar esta data sem qualquer comemoração.

É certo que alguns direitos consagrados na Constituição continuam por cumprir, que a saúde, o ensino, o trabalho, a habitação ou as reformas continuam a constituir «sérias preocupações para um número muito elevado de portugueses», mas já «ninguém se atreve a responsabilizar a Revolução de Abril» por tais problemas, existindo em todo o lado um espírito de festa nesta data.

Assim, o PCP saúda os milhares de pessoas que, nas autarquias CDU, comemoraram o Dia da Liberdade e critica a Câmara Municipal, ainda de maioria PS/PSD, que, alheando-se do sentimento das populações, ignorou a data, assim como os responsáveis do PS nas Juntas de Freguesia de Ponte de Sor e de Tramagal por terem também deixado passar a data sem uma comemoração digna.

# Democratizar a justiça

«**O** que se passa na saúde é uma vergonha.» A frase, da ministra Manuela Arcanjo, verdadeira bomba ao retardador para o seu futuro político e para a saúde política do Governo, bem poderia ser aplicada à situação da Justiça no nosso país.



José Neto  
Membro  
da Comissão  
Política

O ministro António Costa, mais cauteloso(?), prefere ficar-se pela consideração mais abrangente, mas não menos demolidora, de que: «... o mal-estar existente se deve a que o Governo não dá sinais de dinamismo na concretização do seu Programa».

O sentimento generalizado, e não apenas entre aqueles que precisam de recorrer à justiça e aos tribunais, é efectivamente de mal-estar, mas é sobretudo de descrédito e indignação. Pese embora as boas intenções anunciadas e medidas pontuais de sentido positivo, o que é facto é que o aparelho judicial continua a não estar preparado para responder, quer ao aumento da litigiosidade, que coloca os tribunais em situação de quase ruptura, quer aos novos tipos de criminalidade mais complexa.

## Os Julgados de Paz podem assegurar uma justiça rápida e não onerosa

«O saldo (da política de justiça) é particularmente desastroso: justiça insuportavelmente cara; tribunais cada vez mais afastados das populações; crescente ineficácia no funcionamento da máquina judiciária; ausência de um significativo sistema de acesso ao direito. Os mesmos excessos burocráticos e processuais de sempre. Cada reforma que se anuncia deixa tudo como dantes, quando não pior. (...) Julgamo-nos autorizados a garantir aos portugueses uma profunda reforma que

reconduza o direito à realização da justiça e a máquina judiciária à eficácia. (...) O aperfeiçoamento do Estado de Direito é uma tarefa inadiável e urgente.»

O parágrafo anterior não é da nossa autoria. É retirado do Programa com que o PS se apresentou ao eleitorado em 1991, criticando a gestão de mais de 11 anos do PSD na área da justiça.

Seguramente que as reformas não se fazem em meses, mas... lendo e olhando bem, o que mudou no sistema judicial, sobretudo do ponto de vista estrutural? Nada, verdadeiramente.

É sabido que para a crise da justiça contribuem causas e problemas sociais que, reconhecidamente, conduzem à litigiosidade que põe em autêntica sobrecarga o sistema judicial, como, de resto, as polícias ou o sistema prisional. A crise da

justiça é, assim, um dos sintomas, dos mais graves, da profunda crise em que vive a sociedade, marcada pelas desigualdades, pela exclusão social, pelos (des)valores do individualismo e da competição sem princípios, pela desumanização.

Mas esta constatação, inegável, não nos convoca apenas para a premência da intensificação da luta por profundas transformações democráticas - económicas, sociais e políticas - sem as quais também os problemas da justiça não terão soluções consistentes e duradouras.

### Caminhos a seguir

Ela implica a responsabilidade, a que não temos fugido, de apontar as medidas, as reformas e os caminhos que conduzam,

não apenas a uma maior eficácia do sistema mas, acima de tudo, a uma justiça efectiva, isto é, que assegure a igualdade dos cidadãos perante a lei e no acesso de todos aos tribunais e o direito a uma decisão judicial em prazo razoável, todos princípios consagrados na Constituição da República.

São urgentes, e temo-lo defendido com insistência, medidas de alcance diverso, como são, entre outras, o incremento de estruturas e formas extrajudiciais de conflitos; a simplificação processual e a redução do excesso de formalismo; a atribuição de meios e condições indispensáveis ao M. Público e aos órgãos de polícia criminal, para uma maior eficácia na prevenção e investigação criminal; a drástica limitação da manipulação dilatória da investigação e julgamento da alta criminalidade; a criação do Instituto público de acesso ao direito, que garanta aos cidadãos de menos recursos uma justiça de melhor qualidade.

E, muito importante, a rápida implementação no terreno, dos Julgados de Paz, um modelo alternativo de tribunais, que assegure uma justiça próxima, simples, rápida e não onerosa para os cidadãos.

São propostas que contam com o apoio de todos aqueles que estão interessados em mudar a sério as coisas na justiça.

São propostas que, a concretizarem-se, constituiriam factor de motivação acrescida para todos quantos, empenhadamente, trabalham nos nossos tribunais.

Elas constituem um contributo sério para ultrapassar a crise e atingir o objectivo estratégico da democratização da justiça.

A sua concretização e a sua prática constituiria um passo para acabar com a vergonha na justiça portuguesa e que se traduz na acentuação de uma política de classe, discriminatória e desigual. Uma justiça que deixa impunes os senhores do dinheiro e do poder, cujos megaprocessos se têm arrastado invariavelmente para o arquivamento, a prescrição ou a absolvição, ao mesmo tempo que actua com eficácia e com dureza perante o jovem delincente e o pequeno crime, que continuam a encher as nossas sobrelotadas prisões.



Critérios televisivos continuam a discriminar as iniciativas do PCP

## Silenciamento inaceitável

O Gabinete de Imprensa do PCP está indignado com o «ostensivo silenciamento» da RTP e da SIC relativamente ao Encontro Nacional sobre o poder local e as eleições autárquicas que o PCP realizou no sábado passado.

Em comunicado, emitido na segunda-feira, o PCP protesta, assim, veementemente contra a atitude discriminatória destes dois canais de televisão e considera «não ser possível tolerar ou aceitar» que

uma iniciativa de tão «inegável importância política, que reuniu mais de 800 participantes, tinha por objecto a definição da orientação de um dos principais partidos nacionais sobre as eleições autárquicas e que contava com a intervenção do Secretário-geral do PCP, tenha sido, enquanto tal, realmente ignorada na RTP/I e na SIC».

Sendo certo, diz, que a RTP «fez deslocar uma equipa de reportagem à iniciativa» e inseriu no Telejornal,

sobre o Congresso do PS, uma afirmação do secretário-geral do PCP em resposta a afirmações de António Guterres», a verdade é que o fez «sem qualquer referência ao Encontro Nacional do PCP ou à sua temática».

Para o Gabinete de Imprensa do PCP, «isto significa, sem margem para dúvidas, que os responsáveis da estação que devia ser de serviço público entenderam reduzir absurdamente aquela importante iniciativa do PCP a um mero extracto de discurso, foram colher um comentário ao Congresso do PS, com total desinteresse pela identificação da iniciativa e do seu conteúdo próprio e com deliberado silenciamento das afirmações do secretá-

rio-geral do PCP relativas à intervenção do PCP nas próximas eleições autárquicas».

Entretanto, «o ostensivo silenciamento» por estes dois canais de televisão do Encontro Nacional do PCP sobre as próximas eleições autárquicas «torna-se ainda mais chocante e revelador de uma inadmissível discriminação se se tiver em conta que se trata de estações de televisão que têm assegurado uma generosa e intensa cobertura de actividades dos candidatos de direita à Câmara Municipal de Lisboa, como se a campanha eleitoral autárquica já tivesse começado».

Por fim, o PCP garante «não contestar», antes compreender, «o relevo noticioso atribuído ao Congresso do PS», mas «lembrando que o Encontro Nacional do PCP já estava marcado quando foi conhecido o adiamento do Congresso do PS para 4, 5 e 6 de Maio», sublinha que esse natural relevo noticioso «não pode servir para justificar critérios que - em rasura da rea-

lidade, em ofensa da verdade e em lesão do direito dos cidadãos à informação - correspondem a inculcar a ideia de que, no plano político e no passado sábado, nada mais aconteceu no País».

### Critérios...

Entretanto, no domingo, o Gabinete de Imprensa do PCP enviou também uma carta às direcções de informação da RTP e TVI, onde chamava a atenção para o facto de nos respectivos serviços noticiosos das 20 horas, desse dia, terem sido referidas as opiniões da oposição ao discurso de António Guterres no encerramento do Congresso do PS mas apenas tenham sido sucessivamente passadas declarações de Isaltino Morais, Telmo Correia e Miguel Portas.

A este propósito, o PCP lembrou o facto de Vítor Dias, da Comissão Política, ter também prestado declarações a todos os órgãos de comunicação social que o solicitaram.



## Partido da Esquerda da Suécia visita Portugal

Deslocou-se a Portugal, de 2 a 6 de Maio, a convite do PCP, uma delegação do Partido da Esquerda da Suécia integrada por Mats Einarsson, membro do Comité Central do P.E. da Suécia e Deputado no Parlamento Sueco, e Ann-Marie Ogalde, Secretária das Relações Internacionais desse Partido.

À chegada a Portugal, a delegação foi recebida no CT Soeiro Pereira Gomes por uma delegação do PCP, dirigida pelo camarada Carlos Carvalhas, com a qual reuniu abordando diversas questões de âmbito nacional e internacional.

No segundo dia da visita, os camaradas suecos foram recebidos por uma delegação da DORL, no CT Vitória; pelo presidente do Grupo Parlamentar, na Assembleia da República, e pela direcção da JCP na sua Sede Nacional.

O terceiro dia de visita foi preenchido com uma visita de estudo ao distrito de Santarém. Uma delegação da DORSA recebeu a delegação sueca no CT de Santarém. Após este encontro, os camaradas suecos deslocaram-se aos concelhos de Coruche e de Benavente onde foram recebidos pelos presidentes das Câmaras destas duas autarquias e por diversos autarcas e dirigentes das estruturas locais do Partido.

No sábado de manhã, a delegação do P.E. da Suécia acompanhou parte dos trabalhos do Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Autárquicas.

Durante a sua estadia a delegação sueca teve ainda oportunidade de conhecer aspectos da intervenção e organização do Partido junto dos trabalhadores e de abordar com a direcção do PCP diversos aspectos da situação internacional e da cooperação entre os dois partidos.

Esta visita contribuiu para o desenvolvimento dos laços de amizade e cooperação entre os dois partidos, tendo os camaradas suecos sublinhado a sua importância para um melhor conhecimento do PCP e da sua intervenção.

Se ainda não tens o cartão de militante dirige-te à tua organização

CARTEÃO NOVO QUOTA NOVA

MAIS PARTICIPAÇÃO UM PCP MAIS FORTE

## Luta nas embaixadas e consulados PCP solidário

Uma delegação do PCP, composta por Rui Fernandes, do Secretariado do CC, e João Armandó, da Direcção da Organização na Emigração, recebeu no CT da Soeiro Pereira Gomes uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas no Estrangeiro (STCDE), composta por Jorge Veludo, Secretário Geral, Carlos Gonçalves e José Campos, da Comissão Executiva.

No decurso do encontro, Rui Fernandes aproveitou para reafirmar o total apoio do PCP à luta destes trabalhadores pela implementação do Estatuto Profissional (aprovado há mais de um

ano), com vista à dignificação da actividade profissional que exercem em todo o Mundo.

Aprovado em Novembro de 1999, o diploma que consagra o «Estatuto Profissional do Pessoal dos Serviços Externos do MNE» tem estado dependente da publicação de diplomas e regulamentação da responsabilidade do Governo, nomeadamente de uma Portaria que actualiza os índices 100 para cálculo dos vencimentos, facto que havia levado o Sindicato a convocar, para hoje, uma greve de um dia.

Entretanto, face à assinatura desta Portaria, no princípio da semana, pelo Ministério

das Finanças, o Sindicato suspendeu a greve, «pelo menos até uma nova análise da situação».

### Um ano para o BI

O atraso na aprovação desta Portaria tem, contudo, vindo a bloquear, há mais de um ano, o avanço de outros procedimentos tendentes ao integral cumprimento do Estatuto Profissional destes trabalhadores e a levar à deterioração da situação. Assim, centenas de trabalhadores não estão cobertos pela segurança social enquanto outros correm o risco de perder a cobertura

na assistência à saúde; as normas para os concursos de promoção e ingresso nas carreiras estão por definir; contrata-se, ao arrepio da lei, trabalhadores a termo certo e sem garantia dos seus direitos; não é dado andamento aos pedidos de inscrição na Caixa Geral de Aposentações e para contagem de tempo de serviço; é exigida a abertura de conta na CGD e certificados de robustez física passados pela delegação de saúde.

A mesma degradação se verifica no atendimento ao público nos postos consulares - só entre 1998 e 2000 os actos aumentaram em 42% -, provocando manifestações de descontentamento entre as comunidades portuguesas, como no Luxemburgo, onde circula um abaixo-assinado a exigir a melhoria dos serviços; em Genebra, onde as enormes filas levam a que, muitas vezes, não sejam atendidas pessoas que habitam a centenas de quilómetros; em Londres, onde a falta de pessoal é cada vez maior; ou no Rio de Janeiro, onde já se passam senhas para se tratar do Bilhete de Identidade daqui... a um ano!

Daf que o STCMD considere que a suspensão das formas de luta agora decidida não signifique «que este processo esteja já resolvido».

### VICAMARADAS FALECIDOS

#### António Lourenço Poeira

Com 72 anos de idade, faleceu, no passado dia 15 de Abril, o camarada António Lourenço Poeira, destacado militante, convicto e sempre dedicado às lutas em prol da liberdade, da justiça e do bem-estar do povo.

#### Júlio da Silva Leitão

Faleceu o camarada Júlio da Silva Leitão, de 75 anos. Foi membro da célula dos TLP (Secção de Almada). Esteve ligado às iniciativas de Fundos e Imprensa do Partido, tarefas que desempenhou praticamente até aos últimos dias da sua vida, apesar da doença que o atingiu há quatro anos. Estava actualmente organizado na freguesia do Pragal.

#### Manuel da Costa Geraldês Aires

Faleceu, no passado dia 12 de Abril, o camarada Manuel da Costa Geraldês Aires, de 65 anos de idade, reformado. Comunista de sempre, estava organizado na célula da Companhia de Seguros Tranquilidade, da organização de Seguros de Lisboa, tendo a sua militância diminuído nos últimos tempos, devido ao seu estado de saúde. Nos tempos do fascismo, a sua casa serviu muitas vezes para acolher camaradas que viviam na clandestinidade.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



**O** Encontro foi aberto pela intervenção do camarada Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política

e responsável pela área do Poder Local.

A encerrar, tomou a palavra Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. Estas duas

intervensões são publicadas na íntegra a seguir.

O Encontro aprovou ainda, por unanimidade, uma Resolução Política. Este documento será publicado integralmente na próxima edição.

Intervenção de Jorge Cordeiro

## Um serviço ao povo

Camaradas e amigos, a realização deste Encontro Nacional assinala por si a importância que atribuímos às eleições autárquicas e marca de modo distinto o modo de as prepararmos. Privilegiando o debate e a reflexão colectiva, procurando na participação alargada e na troca de experiências as melhores orientações e o acerto da nossa actividade futura, não reduzindo a preparação de eleições aos limites deste ou daquele objectivo eleitoral mas associando-lhe a legítima preocupação de definir conteúdos,

E proceder a uma reflexão mais atenta sobre o conteúdo e as formas de participação popular, indispensáveis a uma gestão democrática e que marcam de modo distintivo a nossa acção autárquica e explicam a diferença que justamente é reconhecida à intervenção dos eleitos do PCP e da CDU nas autarquias.

Não despertámos agora para os valores da democracia participativa. Realizamo-la de há muito e fazemos dela, nas muitas e diversas formas de a concretizar, um modo de conduta natural de exercício do poder indispensável à definição das melhores soluções e ao acerto de decisão.

Esta iniciativa não é em si um ponto de chegada ou de partida. Essencialmente é um momento de avaliação do trabalho que há muito está lançado e da sua projecção para o futuro num quadro mais exigente e intenso.

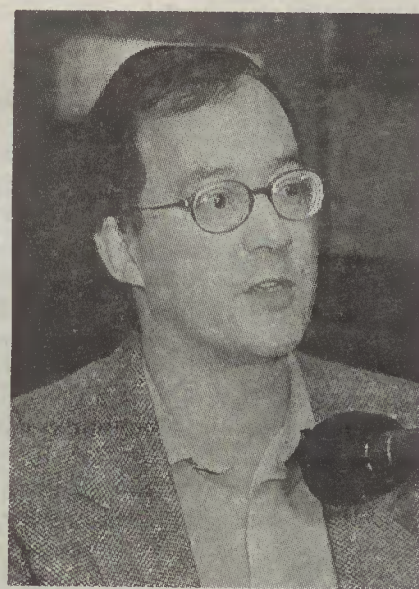
### Um efectivo espaço de participação

É possível afirmar que o trabalho decorre num ambiente de confiança, de confirmação das possibilidades de avançar e crescer, de bom acolhimento, apoio e simpatia às nossas iniciativas. A definição das candidaturas está a avançar em bom ritmo. Contamos já com cerca de metade das candidaturas municipais definidas, oitenta das quais já apresentadas ou com data agendada. Num processo sem alaridos, longe das lógicas de disputas pessoais e das lutas pelo poder, distante da gula noticiosa dos que privilegiam o espectáculo e a polémica fratricida como fonte de interesse informativo.

Mas com base num trabalho tranquilo e sério, de envolvimento democrático e responsável das organizações do Partido, de articulação entre o valor e a contribuição de cada candidato e a valia colectiva das listas a apresentar e das equipas a eleger, de definição das soluções e propostas que melhor garantam o prosseguimento do nosso projecto autárquico.

Um processo de construção de listas e definição dos candidatos onde prevalece o critério de conhecimento dos problemas, de proximidade às populações e de mérito autárquico em alternativa à mera notoriedade e brilho mediático.

Há que manter o esforço para que a construção



soluções e projectos que contribuam para uma gestão diferente e melhor. E fazendo-o à nossa maneira: estimulando a opinião franca; admitindo as nossas próprias deficiências e dificuldades como condição para as corrigir; confrontando experiências diferentes; criando com toda a naturalidade espaço e condições para que a par dos militantes do partido dezenas de convidados independentes aqui presentes partilhem e participem na nossa reflexão como diariamente, e de sempre, o fazem no quadro do trabalho da CDU.

Para eles e para os nossos amigos do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Intervenção Democrática aqui presentes, que connosco dão corpo a este projecto comum que é a CDU, uma palavra de saudação. No decorrer deste Encontro, e em particular no trabalho das secções, procuraremos encontrar as melhores respostas par uma intervenção eleitoral dinâmica e eficaz capaz de concretizar e confirmar os nossos objectivos, bem como debater e identificar as principais linhas de acção autárquica para o próximo mandato.

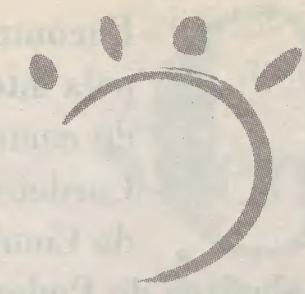


## ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS SOBRE O PODER LOCAL E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

**PCP** 

LISBOA • 5 MAIO 2001 • 10H30 • HOTEL ALTIS





ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS SOBRE O PODER LOCAL E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS



LISBOA • 5 MAIO 2001 • 10H30 • HOTEL ALTS

das listas reflecta a ligação ao movimento e organizações representativas locais e a crescente participação de jovens e de mulheres na sua composição.

Confirma-se também um desenvolvimento favorável do trabalho de dinamização da CDU, de criação das suas estruturas locais, de efectivo alargamento e participação unitária. A realização do ciclo de «Debates Poder Local 2001» pode constituir um elemento mobilizador de opiniões, capaz de atrair à reflexão novos apoios e de assegurar uma procura alargada de soluções e propostas para o mandato.

É necessário prosseguir este esforço e procurar ir mais longe confirmando a CDU como um efectivo espaço de participação democrática e de envolvimento de milhares de independentes na acção concreta pela melhoria das condições de vida e a resolução dos problemas.

E assim demonstrar, como o atesta os mais de 30% de candidatos independentes apresentados em 1997, que a CDU é hoje, e de há muito, um espaço disponível para a participação de muitos milhares de cidadãos e cidadãs sem partido.



Vamos para estas eleições para crescer e avançar, para confirmar e reforçar as nossas posições em maioria, alargar a nossa presença em minoria, conquistar novas posições.

Conscientes da exigência da batalha, dos meios que os outros dispõem mas também das nossas possibilidades e razões para confiarmos num bom resultado.

Contasse apenas no juízo eleitoral e na formação da opinião a avaliação do mérito autárquico, o valor das propostas em presença, a qualidade dos candidatos e seguramente que as possibilidades eleitorais se ampliariam.

Sabemos que assim não é. Teremos as dramatizações do costume,

civis de cheque na mão, canalização de investimento público de acordo com a estratégia do PS, directores regionais que o são por serem candidatos do PS, instrumentalização dos fundos comunitários, inquéritos e sindicâncias decididas por medida e encomenda cirurgicamente dirigidas para câmaras da oposição.

Pelo nosso lado temos a favor aquilo com que outros não podem contar. Um percurso de trabalho realizado, uma obra que não teme comparações, uma comprovada e reconhecida honestidade e competência.

A verdade é que a CDU se pode apresentar como força que deu prova de uma intervenção distintiva nas autarquias que, ancorada na proximidade às populações, deu solução aos problemas básicos, lançou e concretizou as bases de planeamento e desenvolvimento sustentável, equipou e animou socioculturalmente os concelhos e assegurou uma gestão que atenuou desigualdades.

Um trabalho e uma gestão a que presidem, como orientação, critérios de unidade para a resolução dos problemas, de isenção e de participação, de respeito pelos trabalhadores das autarquias e dos seus direitos.

As autarquias geridas pela CDU são as que apresentam as mais elevadas taxas de atendimento e cobertura de infra-estruturas básicas. Aquelas onde é mais expressivo a participação e envolvimento populares e o apoio e estímulo às inúmeras expressões do associativismo.

As que deram os primeiros passos no domínio do planeamento e ordenamento do território e que hoje apresentam os mais avançados planos estratégicos de desenvolvimento gerais ou sectoriais.

As falsas bipolarizações para desanimar as verdadeiras alternativas, o uso e abuso do aparelho de Estado. Pela mãos do PS estão recuperadas todas aquelas ilegítimas atitudes que antes condenava ao governo do PSD. Já nem há o pudor de o disfarçar. É o vale tudo e quanto mais, maior é o prémio.

Não será por acaso que Armando Vara transite do escândalo da Fundação para coordenador da campanha do PS ou que Paulo Pedroso notabilizado enquanto secretário de Estado por ter utilizado escandalosamente uma reunião de responsáveis da administração central em reunião de estratégia eleitoral tenha sido premiado com nomeação a ministro. O resto é o que se sabe: governadores

### Resultados à vista

Os resultados estão à vista. Ainda hoje, passados mais de 25 anos, é possível confrontar os índices de cobertura plena garantidas de há muito nas autarquias geridas pela CDU designadamente no Alentejo e Baixo Ribatejo com valores deploráveis que subsistem em algumas regiões do Norte e do Centro do País. Factos são factos. Dados de fontes oficiais referentes a 1999 revelam que 58 municípios do Continente continuam a apresentar índices de população servida por abastecimento público de água abaixo dos 50%. E que 35 municípios apresentam índices de drenagem de esgotos inferiores a 20%.

Entre eles não é possível encontrar um único município gerido pela CDU. É comparar a ausência de uma política de fomento desportivo nacional mais preocupada em dispender um milhão de contos para promover uma prova de circuito de ténis profissional com a política de democratização da prática desportiva e de envolvimento regular de milhares de jovens praticantes, de que os jogos do Alentejo, as Seixaladas ou os jogos de Lisboa são exemplo.

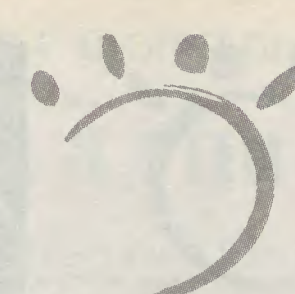
É olhar para o trabalho de requalificação e de reabilitação urbanas realizadas com as populações e para as populações que nos bairros de génese ilegal quer nos bairros e centros históricos.

É comparar a atenção dada à valorização ambiental, à construção de espaços verdes e parques urbanos, à preservação do património cultural e à sua valorização e fruição de que são exemplo Almada, Loures, Moita entre outros.

É observar a política e as opções de uso do solo orientada, não para favorecer a apropriação especulativa de investimentos públicos, mas sim para fixar e construir equipamentos e zonas de uso público em áreas nobres e bem localizadas.

Foi nas autarquias da CDU que se elaboraram os primeiros planos directores municipais e os primeiros planos de desenvolvimento regionais. E é uma autarquia da CDU, Évora, a primeira a dispor de um plano estratégico de desenvolvimento cultural.

Foi em autarquias da CDU que se deram os passos mais consistentes de apoio ao teatro, que se criou a primeira e única companhia teatral de serviço público – a Amascultura – agora liquidada pela acção dos socialistas, que o teatro amador se revela mais pujante.



ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS SOBRE O PODER LOCAL E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS



LISBOA • 5 MAIO 2001 • 10H30 • HOTEL ALTS

## Intervenção de Carlos Carvalhas Avançar e crescer

É em autarquias da CDU que se podem encontrar os primeiros projectos de difusão do ensino da música e da dança assente numa política de equipamentos e em projectos como o da alfabetização musical no Seixal.

É nas autarquias da CDU que se constrói uma nova relação com a escola e da sua ligação ao meio, uma nova fruição da leitura, do livro do audiovisual. Mas a presença da CDU é não apenas um factor de valia na condução da gestão e na realização de obra. A vida tem demonstrado, muitas das vezes pela amarga experiência da sua ausência, que a CDU é uma voz indispensável na defesa dos interesses das populações, uma presença indelegável para dar corpo a causas e aspirações locais e assegurar uma presença crítica, exigente e construtiva para garantir uma gestão transparente e eficaz.

Não nos consideramos isentos de erros. Procuramos identificar os principais problemas e manter viva uma atitude crítica de avaliação do nosso próprio trabalho.

Até porque conhecemos que os erros e as deficiências em nós são olhadas com uma grau de exigência e de penalização maior do que relativamente a outros.

Mas continuamos convictos e com fundadas razões que temos uma obra que não teme comparações e um trabalho comprovada e reconhecidamente superior. Vamos procurar, com a mesma determinação e o mesmo empenhamento, dar continuidade a esse trabalho e a encontrar como sempre novas respostas e melhores soluções para os novos problemas.

Vamos continuar a aprofundar a realização dos nossos princípios fundamentais, a exercer de modo distintivo o poder assumindo-o não como um privilégio mas a tomá-lo como um serviço ao povo, a recusar benefícios pessoais pelo exercício dos cargos públicos.

Até Dezembro há muito trabalho a fazer. Vamos agora entrar numa fase mais exigente.

Vamos para este combate fortes na nossa unidade, certos da nossa razão, confiantes na possibilidade de em Dezembro realizarmos os nossos objectivos, mantermos as actuais alianças da CDU e a maioria em Lisboa Directores Municipais e os primeiros Planos de Desenvolvimento Regional e que Évora foi o primeiro município a dispor de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural.

Isto não significa que aqui e ali não haja insuficiências ou correcções a fazer ou

Camaradas e amigos, quero saudar todos os que, com a sua presença, com a sua opinião e com a sua intervenção, contribuíram para o debate e a reflexão colectiva procurando, como aqui foi sublinhado pelo camarada Jorge Cordeiro, «na participação alargada e na troca de experiências as melhores orientações e o acerto da nossa actividade futura, não reduzindo a preparação das eleições aos limites deste ou daquele objectivo eleitoral mas associando-lhe a legítima preocupação de definir conteúdos, soluções e projectos que contribuam para uma gestão diferente e melhor...»

Quero também saudar de forma particular todos os que conosco dão vida, conteúdo e concretização à Coligação Democrática Unitária: o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática e os muitos e muitos independentes que em conjunto e interligação lutam e trabalham neste grande espaço de liberdade, participação e criatividade que é de facto a CDU.

Não realizámos este Encontro como uma rotina, nem como um acontecimento para a glorificação do nosso trabalho autárquico que é reconhecido por largas camadas da população e por votantes dos mais diversos quadrantes políticos.

Realizámo-lo porque atribuímos às eleições autárquicas uma grande importância, nomeadamente para a resolução de muitos dos problemas que afectam as populações e para o aprofundamento da democracia nas suas diversas vertentes. Porque sabemos que é através do debate, da troca de experiências, dos contributos de militantes e independentes e do reconhecimento com naturalidade das nossas deficiências e insuficiências como condição para as corrigir, que encontraremos os melhores caminhos para prosseguirmos e enriquecermos o prestigiado projecto autárquico da CDU.

### Confiança no trabalho realizado

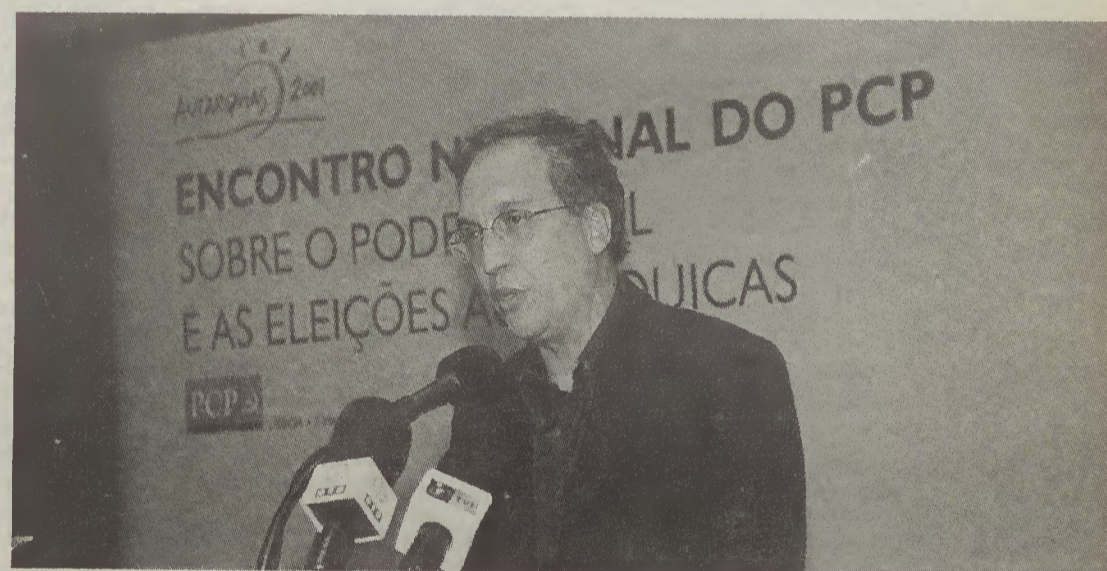
O ambiente que aqui se respirou neste Encontro foi o de confiança. O de confiança pelo trabalho realizado, por justamente nos podermos reivindicar dos atributos de trabalho, muito trabalho, honestidade, competência e experiência. Por irmos à frente nos principais domínios da intervenção autárquica. Relembro, a título de exemplo, que foi nas autarquias CDU que se elaboraram os primeiros Planos Directores Municipais e os primeiros Planos de Desenvolvimento Regional e que Évora foi o primeiro município a dispor de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural.

Isto não significa que aqui e ali não haja insuficiências ou correcções a fazer ou

orientações definidas que necessitam de ser levadas à prática mais sistematicamente e com mais vigor, mas porque globalmente há uma imensa obra realizada na melhoria das condições de vida, embelezamento, qualificação urbanística, defesa ambiental e enriquecimento cultural que não tem comparações. Uma intervenção tanto em maioria como em minoria de grande entrega, e empenhamento na defesa das justas aspirações populares.

E isto porque na nossa intervenção projecto damos também grande relevo à gestão participada e à democracia de proximidade que são traços distintivos do nosso projecto. A participação e intervenção popular são assumidas como condições essenciais para uma gestão identificada com as principais aspirações e interesses das populações. Uma concepção de participação assumida

Seixaladas, nos Jogos de Lisboa, o envolvimento das populações das escolas e da juventude na preservação, defesa e promoção do património ambiental e cultural como são exemplos entre outros, os concelhos de Mértola, Almada, Loures, Moita e tantos outros; a dimensão massiva da alfabetização musical como aconteceu, por exemplo, no Seixal e em Almada e tantos e tantos outros exemplos que poderíamos dar. Gestão participada que se concretiza na elaboração em processos de alargada participação nos Planos de Actividade, na prestação de contas, na elaboração dos programas, na motivação e valorização da intervenção das populações e dos trabalhadores da autarquia, na concretização de objectivos e linhas programáticas. E como seu complemento a democracia de proximidade, que se traduz



não apenas como um direito das populações, mas como dever de um poder autárquico democrático, como forma de fazer mais e melhor, como meio para mobilizar e elevar a consciência cívica das populações. E é também esta participação das populações e o seu envolvimento nas decisões e realizações colectivas que permitem a concretização de grandes e pequenas iniciativas de outro modo tinham custos elevadíssimos. São muitos os exemplos que poderíamos referir na concretização de realizações sociais, cívicas e culturais feitas benevolamente e com o envolvimento das populações.

Mesmo agora, na Primavera, é de salientar pelo seu significado cívico e de empenhamento colectivo, as campanhas de limpeza, de caiação e pintura de muros de edifícios privados e públicos, de embelezamento e construção de espaços públicos... O envolvimento de milhares de jovens dos mais diversos estratos sociais na prática desportiva regular como se verifica por exemplo, nos Jogos do Alentejo, nas

no atendimento público e descentralizado, no conhecimento dos problemas, nas visitas e encontros com a população, na desburocratização, na realização das pequenas obras que muitas vezes são de grande significado para um conjunto de moradores ou para tal ou tal grupo etário da população...

Democracia de proximidade na informação, na transparência, na explicação com verdade do que se está a fazer, do que se quer fazer, de tal ou tal atraso, das razões de tal ou tal opção; nas visitas aos locais, na informação atempada às Juntas de Freguesia e ao seu envolvimento no trabalho global, no esclarecimento dos cidadãos e em ganhá-los para a intervenção e participação cívica. Gestão participada e democracia de proximidade, que naturalmente continuarão a ser grandes linhas orientadoras para os próximos mandatos e que constituem o rico património da CDU e distinguem a acção e exercício do poder dos eleitos da CDU e que se realizarão no domínio do Ordenamento do Território

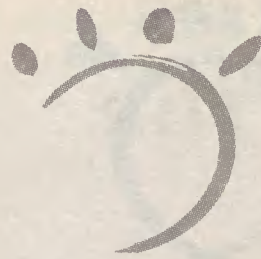


Um espaço com rosto público, projecto conhecido e responsabilidade comprovada.

### Conquistar novas posições

Preparamo-nos para concorrer a todos os órgãos municipais no quadro da CDU e em Lisboa no âmbito da coligação «Mais Lisboa». Propomo-nos ultrapassar o universo de freguesias a que concorremos em 1997, confirmando a CDU como uma grande força autárquica nacional, com uma presença insubstituível em todo o País na acção de esclarecimento e mobilização cívica e eleitoral. Conhecemos o esforço que este objectivo envolve, designadamente nas zonas de menor influência, e sublinhamos a sua importância.





ENCONTRO NACIONAL  
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
SOBRE O PODER LOCAL  
E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

PCP

LSBOA • 5 MAIO 2001 • 10H30 • HOTEL ALTIS



e do Planeamento, na prática integrada de abordagem do desenvolvimento; no domínio da gestão urbanística, conciliando o belo com a funcionalidade e garantindo operacionalidade e eficácia às opções estratégicas, à requalificação da imagem urbana, ao estímulo à convivência e vida comunitária; no domínio dos equipamentos colectivos; na área da habitação; no domínio do desempenho ambiental, no cuidado dos espaços verdes, nos grandes e pequenos espaços, nas pequenas operações de jardinagem e arborização que mudam muitas vezes radicalmente a imagem com soluções baratas e imaginativas; na intervenção e no domínio do desenvolvimento económico regional e local; na área da educação e da música, do desporto e lazer; na protecção civil e na segurança das populações, dando especial atenção à ocupação dos tempos livres da juventude, à integração social dos imigrantes; ao combate aos guetos urbanísticos, ao funcionamento dos serviços municipais de Protecção Civil, na criação dos Conselhos Municipais de Segurança e na reivindicação ao poder central para a concretização da polícia e das políticas de proximidade.

### Aparelho de Estado ao serviço do PS

Camaradas, vamos para estas eleições com o objectivo realista de avançar e de crescer com a convicção de que quem mais ganha com o avanço da CDU são as populações. Mas também sabemos que nas eleições autárquicas não está somente em jogo o mérito do projecto e do trabalho autárquico realizado nas suas diversas dimensões.

Não nos podendo vencer globalmente neste domínio, o partido do poder usa todos os meios e todas as práticas cavaquistas que condenava quando estava na oposição. O que se passou em Évora com o tal membro do Governo que pensando que estava somente entre os seus afirmou «podemos falar claro camaradas», e ali mesmo começou a delinear como se poderiam utilizar os programas ocupacionais de emprego para influenciar o eleitorado, é só por si exemplar. Como exemplar é a manutenção do reputado e reconhecido urbanista economista e especialista em planeamento, presidente da CCR do Alentejo que já depois de ter sido indicado como candidato ainda se mantém para dupla função de vereador e de presidente da direcção da CCR.

Como exemplares são os casos das nomeações para adjuntos de governadores civis ou directores de Centros de Emprego ou de lugares destacados da Administração Pública, logo seguidas da indicação de candidatos do PS a tal ou tal município, como são os casos, entre outros, de Grândola e Chamusca; como exemplar é o facto da única inspecção ao PER na área metropolitana, por indicação do ministro das Finanças, ter sido a Loures, quando, por exemplo, é conhecida a inacção da Inspecção Geral de Finanças para intervir na base de denúncias concretas invocando falta de pessoal em relação

à Amadora e a Bragança, o que legitima a preocupação de uma nova fase de instrumentalização, tal como em 1997, dos inquéritos e das inspecções. Como exemplar é o caso do Governador Civil que, já apresentado como candidato a um município de Braga, se mantém nas suas funções para melhor agir eleitoralmente...

Como exemplar é a tentativa de estrangulamento financeiro a Loures e as dificuldades artificialmente criadas aos municípios de Loures e Odivelas, congelando o processo de partilhas; como exemplares são os cheques dados às colectividades ou a tal ou tal instituição com o dinheiro de todos nós por tal ou tal Governador Civil ou por tal ou tal membro do governo que ultimamente parecem borboletas à volta dos municípios desfazendo-se em promessas e mais promessas...

Como exemplar é ainda a difusão da ideia de que se o município for da mesma cor do Governo este será favorecido, quando o que vemos é que os municípios PS se comportam como verdadeiras correias de transmissão do Governo, sempre prontos a calar, a não levantar a voz, a não reivindicar, a não mobilizarem as populações na exigência desta ou daquela esquadra de polícia, da pavimentação desta ou daquela estrada, na concretização desta ou daquela biblioteca ou ginásio ou escola. Sempre prontos a desculpar, a justificar e a encobrir as mazelas de uma política da administração central voltada para a concentração de riqueza e para a satisfação dos grandes interesses da finança e da oligarquia.

Sabemos que não vamos ter uma batalha fácil, com o PS a usar o aparelho do Estado e a transformá-lo em aparelho eleitoral do PS. Não sendo mesmo de descartar que o PS utilize um qualquer pretexto ou o Orçamento de Estado para criar um clima de dramatização e de crise procurando fazer-se de vítima e avançar para eleições antecipadas. Não é uma hipótese académica. Vários têm sido os ministros e dirigentes do PS que publicamente têm mostrado directa ou indirectamente esse desejo.

### Avançam as desigualdades

O PS sabe que o seu Governo está desgastado que a sua política de concentração de riqueza já não se disfarça com demagogia ou pseudopolítica de diálogo, nem com uma ou outra medida avulsa de cariz mais social. E sabe também que uma remodelação ministerial pode iludir alguns por algum tempo, mas que a prazo, mantendo a mesma política, está também condenada.

É por isso, que o PS admite e prepara o cenário das eleições antecipadas. E é também por isso, que após cinco anos e meio de Governo descobriu agora que deveria fazer passar o seu Orçamento com a esquerda. Mas mantém a mesma política. Se o Governo continuar com a mesma política global e com a mesma orientação e conteúdo orçamental, então fica claro que o PS se prepara para avançar com eleições antecipadas e tenta passar a factura à esquerda no caso do Orçamento ser reprovado.

Hoje mesmo, num matutino, um ministro afirma que «é preciso responsabilizar o PCP pelo Orçamento». É uma afirmação que tem a vantagem de tornar as coisas claras.

É uma manobra que não é nova. Aqueles que comprometem o País em espartilhos na União Europeia, aceitando as penalizações do Pacto de Estabilidade, a ditadura monetarista e financeira do BCE – não eleito – uma política agrícola e de pescas ruinosa; aqueles que se vangloriam de terem privatizado mais que o PSD entregando alavancas fundamentais da economia ao estrangeiro; aqueles que

com as suas opções têm submetido cada vez mais o poder político ao poder económico aparecem depois a dizer que com os constrangimentos que têm – isto é, que criaram – não têm margem de manobra, que não podem com o seu orçamento afrontar os grandes interesses, pedindo assim um voto de cruz.

Como o PS sabe também o Orçamento não se resume apenas aos reflexos de uma reforma fiscal e muito menos a uma reforma fiscal sobre o rendimento que só agora está a ser regulamentado e muitas vezes mal.

O Orçamento são as receitas, são as despesas, os investimentos, as compras da Administração Pública, a saúde, os medicamentos, o ensino, a habitação, as acessibilidades, a racionalidade das despesas, e a política salarial e não os *jobs for the boys*...

O PS sabe-o bem. O que pretende agora é sacudir as suas responsabilidades. Mas é também conhecido como já afirmámos que vários são os dirigentes do PS que defendem como saída, não a mudança de política, mas a remodelação do governo e depois as eleições antecipadas, com o cálculo de que em Dezembro o grau de descontentamento ainda não será o da hecatombe para o PS, que ainda poderão nessa altura iludir o eleitorado e forjar culpados à esquerda.

E isto não é contraditório com as palavras hoje proferidas pelo Secretário-Geral do PS de que não quer crises artificiais. Tanto mais que mais à frente, no seu discurso lá foi dizendo, por outras palavras, que «entre a espada e a parede não escolherá sempre a fatia de queijo Limiano!»

O Primeiro-Ministro exortou hoje os partidos a contribuírem para a estabilidade. Nós daqui exortamos o PS a que mude de política. Exortamos o PS para que se convença que não com o *marketing* eleitoral, que não é com a retórica social, que não é com as palavras e o verbalismo que dá resposta às justas aspirações e fundadas preocupações dos portugueses.

A questão está na mudança de política, na mudança do conteúdo e não em tal ou tal remodelação governamental ou em tal ou tal campanha propagandística.

Todos os orçamentos dos Governos PS foram aprovados, como se sabe, com os votos da direita e o último com um deputado da direita e com eles o Governo prosseguiu uma política de acentuação de desigualdades. Portugal como é sabido tem as maiores taxas de precariedade de emprego, tem o mais baixo salário mínimo e o mais baixo salário médio, tem o maior fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, tem dos mais elevados níveis de pobreza mas tem também dos mais elevados índices de lucros do capital financeiro da União Europeia. Depois de no ano passado terem ganho 177 milhões de contos de lucro, as três maiores instituições financeiras privadas aumentaram agora 21,5% os seus lucros no primeiro trimestre deste ano! Para estes não há moderação dos lucros! Moderação é só para os salários e para as pensões dos reformados.

É também significativo que as quatro empresas mais lucrativas cotadas na Bolsa (BCP, PT, EDP, BES), tenham apresentado de lucros neste primeiro trimestre mais de 90 milhões de contos!

É assim a gestão socialista. Retórica social, moderação salarial, dificuldades para os trabalhadores e para os reformados e cinto largo para os grandes senhores da finança. A taxa de inflação vai correndo e anulando os aumentos das pensões e reformas. O Governo agiu de forma premeditada ao apresentar uma taxa de inflação para as negociações salariais que sabia de antemão

que era virtual tal como nós afirmámos e demonstrámos no debate orçamental. Agora, perante a evidência o Governo recusa-se a tomar medidas de compensação nomeadamente, para os salários e pensões mais baixos, que são também os que constituem e alimentam as bolsas de pobreza. Fica também claro o que significa na prática o *slogan* governamental de que «governa com grande consciência social».

### Marcar a diferença

O PS tem graves responsabilidades sobre a degradação da situação social e económica. A entrega de alavancas fundamentais da economia portuguesa ao estrangeiro, a negativa política agrícola e das pescas, a não defesa e valorização do aparelho produtivo nacional tem a tradução num elevadíssimo e perigosos défice comercial, que já não é coberto pelas remessas dos emigrantes, pelas receitas do turismo e pelos fundos comunitários.

As exportações portuguesas têm vindo ano após ano a perder quota de mercado. No ano passado essa quebra foi de 5%. É crescente também a substituição da produção nacional pela estrangeira. O que significa que o País se vai endividando crescentemente ao estrangeiro, aumentando a sua dependência e vulnerabilidade. É necessário uma nova política e não a continuação das velhas receitas neoliberais, assentes em mais precarização, mais flexibilidade, mais moderação salarial e mais protecção às actividades especulativas.

Esta política tem levado ao desencanto dos que foram iludidos pelo PS e a um descontentamento geral com a política que vem sendo seguida. E são sobretudo aqueles que confiaram no PS depois de já terem confiado no PSD que alimentam a falsa ideia de que os «partidos são todos iguais, que a política é isto e aquilo, que os políticos o que querem é poleiro...». Os partidos não são todos iguais. Honramo-nos de marcar a diferença. Mas é uma evidência que tanto o PS como o PSD, com as suas promessas não cumpridas, com a sua política neoliberal, com a sua política classista, com a sua política clientelar e demagógica, têm dado uma grande ajuda ao descrédito da política e à abstenção dos cidadãos.

É neste quadro e com certos meios a promoverem a bipolarização que iremos disputar as eleições autárquicas. Pela nossa parte continuaremos a colocar a política no lugar em que ela deve estar: ao serviço das populações, ao serviço dos trabalhadores, ao serviço do país.

Esta batalha, que deve ser encarada como uma batalha de todo o Partido é inseparável da nossa intervenção geral e da atenção cuidada no trabalho autárquico às correcções onde se mostrem necessárias, à capacidade de resposta aos problemas, ao trabalho de divulgação e valorização sem demagogias da obra realizada, do aprofundamento de contactos com as populações e as organizações populares. A dinamização da CDU, a determinação para enfrentar os próximos combates, quer nos locais em que estamos em minoria quer em maioria vai ser da máxima importância para o resultado em Dezembro.

Com confiança, com uma intervenção empenhada de todas as componentes da CDU e de todos os eleitos, está ao nosso alcance reforçar e ampliar a nossa influência autárquica o que será bom para as populações e para o País, abrindo também perspectivas para uma viragem da política no plano nacional.

## Contra o Governo e com o apoio dos pais e professores Secundário saiu ontem à rua

Ontem foi dia de luta para os alunos do ensino secundário. Em todo o País, saíram à rua em manifestações e greves para fazer ouvir a sua voz. Paulo Marques, da Delegação Nacional de AEs, fala das reivindicações.

Os estudantes do secundário voltaram ontem a sair à rua. As reivindicações são conhecidas: a suspensão da revisão curricular, a alteração do sistema de acesso ao ensino superior, a melhoria das condições materiais e humanas das escolas e a implementação da educa-

ção sexual nas instituições de ensino.

Um pouco por todo o País houve manifestações e greve às aulas, depois de avaliadas as condições concretas em cada localidade.

Paulo Marques, da Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário, sublinha que têm os pais e

suspensa.» E acrescenta: «Temos muito orgulho do apoio dos professores. Sentimos que não estamos sozinhos, mas os estudantes é que são a grande força para a suspensão da revisão curricular. Nas escolas, sentimos um grande apoio dos conselhos executivos, uma grande

«Sentimos um grande apoio dos conselhos executivos», diz.  
Paulo Marques

Lutar é a única forma de mostrar o nosso descontentamento. No entanto, a situação hoje é diferente de há um ano. Hoje temos toda a gente connosco. O que o Governo está a fazer é resistir, resistir, resistir... «Água mole em pedra dura tanto bate até que fura», como diz o provérbio. Os estudantes têm razão e quem tem razão vence sempre», afirma Paulo Marques, em declarações ao Avante!.

O processo de implementação da reforma curricular continua a ser contestada pelas associações de estudantes, bem como a forma como o Ministério da Educação tem ignorado os protestos.

«Esta é uma reforma autista, elitista, que não resolve os problemas. O Governo está a demonstrar como é: não é o Governo do diálogo, é o Governo contra a democracia e a participação dos estudantes», defende o dirigente estudantil. «O que os incomoda é a organização estudantil, o facto de haver uma opinião comum ao todos os estudantes do País, o facto de querermos participar.»

### Governo de preconceitos

A revisão curricular é a reivindicação mais mediaticizada, mas as outras exigências também não têm tido

resposta por parte do Governo. «O que transparece é uma abertura, ideias de humanização, de diálogo, mas no concreto não se vê nada.»

Por exemplo, há cerca de cinco meses, foi proposto na Assembleia da República um apoio para a formação de professores e para a colocação de máquinas de preservativos nas escolas. O PS chumbou. «É um Governo de preconceitos», comenta Paulo Marques.

Quanto às condições materiais e humanas, Paulo diz que «há melhoria quando há luta». «Na minha escola, por exemplo, no ano passado protestámos porque não havia cadeiras nas salas e o refeitório estava em péssimas condições. Fechámos a escola, fizemos debates, foi apresentada uma petição na Assembleia da República. Hoje temos um refeitório e vieram as cadeiras, mas se não tivéssemos lutado não se resolvia nada.»

«A nossa luta é uma luta forte, de unidade.» Paulo acredita que a mobilização será grande e que a jornada de luta envolverá mais pessoas das regiões que menos têm participado. «Queremos uma mudança na educação, mas não mudar por mudar nem mudar para pior. Queremos mudar para construir», afirma.

## Superior de Lisboa JCP defende ambiente de esquerda

A Assembleia da Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP, reunida no sábado, defende a criação de um espaço crescente de participação quotidiana, «imprimindo um cunho e um ambiente de esquerda em toda a Academia».

Esta foi uma das conclusões da iniciativa, realizada no Centro de Trabalho Vitória, que elegeu uma nova direcção, composta por 27 membros.

Os participantes destacaram o cada vez mais notório fracasso da política de direita seguida pelo Governo e a actual convergência de professores, pessoal não docente, estudantes, sindicatos e conselhos nacionais na crítica ao Ministério da Educação.

«Esta é uma política de subfinanciamento, de pressão sobre as instituições, os agregados familiares e os estudantes, que coloca em causa a universalidade e a democratização do acesso, frequência e conclusão dos cursos do ensino superior e que recusa elevar a prioridade a educação e formação do povo português», acusa a JCP.

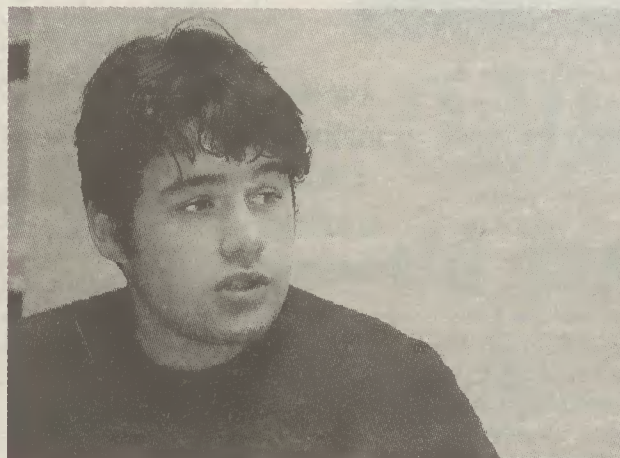
Nos documentos aprovados reafirma-se que o Estado deve assumir a educação como uma prioridade, com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural do País. Mas, para que tal aconteça, a autonomia universitária é fundamental, de forma a garantir a liberdade e a independência de ensinar e aprender.

«Mas, a autonomia nunca poderá servir para justificar qualquer tipo de desresponsabilização do Estado perante as universidades, nomeadamente ao nível do financiamento adequado que estas necessitam para o próprio desenvolvimento das suas actividades e prossecução dos seus objectivos», lê-se.

Nesse sentido, a assembleia defende a revogação da lei de financiamento e o aumento do investimento na Acção Social Escolar, classificada como manifestamente insuficiente para as necessidades dos alunos. Uma das propostas da OESL é a diferenciação das bolsas de estudo de acordo com os gastos dos alunos.

Um aspecto considerado fundamental é o reforço da intervenção própria dos colectivos, transformando-os numa presença constante e incontornável na vida da escola. Para isso é vital a diversificação das iniciativas, não só com a distribuição de propaganda e a realização frequente de bancas, mas também com a apresentação de exposições e outras actividades recreativas que possam estimular o debate e divulgar as posições da JCP.

Foram ainda apontados como batalhas políticas próximas as eleições autárquicas, a despenalização da IVG, a toxicod dependência e a despenalização do consumo de drogas, as discriminações realizadas com base em raça, género e opção sexual, o ambiente e a denúncia da política governamental de emprego, segurança social e legislação laboral.



Paulo Marques

professores do seu lado: «Nós, que éramos acusados de não conhecer a revisão curricular, temos agora um grande apoio da comunidade educativa. São os pais, a Fenprof, o Concelho Nacional de Educação, todos os partidos políticos, à excepção do PS. Nós acreditamos que, se continuarmos a lutar, a revisão curricular é

abertura para a nossa luta.»

### Água mole...

Apesar da revisão curricular ter sido aprovada no Parlamento, os estudantes não baixam os braços. «Primeiro queremos mostrar que não desistimos e que, se lutarmos, vamos a algum lado.



Os estudantes prometem não baixar os braços até as suas reivindicações serem respondidas (foto de jornada de Fevereiro)

## Coimbra «queima» política educativa

A Queima das Fitas de Coimbra, que teve lugar na semana passada, foi marcada pela contestação à política educativa, com diversas iniciativas de protesto organizadas pela Associação Académica.

«Deixem-se de fitas e não queimem a educação» foi a frase que deu mote às várias formas encontradas para mostrar que nem em tempo de

feita os estudantes se esquecem dos problemas do ensino superior público, nomeadamente da lei de financiamento, da ineficácia da Acção Social Escolar e da falta de saídas profissionais.

«Estas medidas reflectem a vontade e a preocupação crescente por parte dos estudantes de tentarem transmitir à opinião pública os problemas

sentidos todos os dias na Universidade de Coimbra», afirmou, à Lusa, João Ferreira, da Associação Académica.

Todas as oportunidades foram aproveitadas para mostrar o descontentamento. No parque onde decorrem os concertos, nas cantinas e em todos os recintos da Universidade de Coimbra foram afixadas faixas. Nos intervalos

entre os espectáculos passaram vídeos com imagens das infra-estruturas das faculdades, com carências evidentes. As tunas e as fanfarras dedicaram algumas das suas canções ao superior. No Cortejo dos Quartanistas foi promovido um concurso para eleger o carro alegórico com a frase mais original sobre os problemas vividos pelos estudantes.

## Faleceu Alexandre Silva

Faleceu António Alexandre Silva, de 22 anos, na madrugada de segunda-feira, em Lisboa. Alexandre Silva foi membro da Direcção Nacional da JCP, da Direcção Central do Ensino Superior da JCP e da Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa. Actualmente estava organizado no Ensino Superior de Lisboa.

Aos familiares e amigos do jovem camarada, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.



## Em defesa do Alqueva

A evocação da repressão que se abateu sobre os Sem Terra e outros sectores da população brasileira quando, havia precisamente um ano, no âmbito das comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil, o Presidente da República Portuguesa se encontrava em Porto Seguro com Fernando Henrique Cardoso, foi o pano de fundo para a adesão do Encontro de Democratas de Setúbal ao movimento «Por Alqueva - alavanca para o desenvolvimento do Alentejo», cuja expressão passa neste momento por uma ampla recolha de assinaturas.

A iniciativa comemorativa do 27.º aniversário do 25 de Abril, promovida por Carlos Lopes, Fernando Casaca, Francisco Lobo, Henrique Salgado, Orlando Curto, Rita Sales e Valdemar Santos, teve lugar na noite de 24 e reuniu no Restaurante «O Quintal» mais de 200 participantes. O espírito que preside à campanha pelo Alqueva, cujas reclamações alargadas aos planos industrial, turístico, ambiental, do ordenamento do território e da descentralização têm como base, segundo o texto divulgado, as medidas de reestruturação fundiária previstas nos artigos 81.º, 93.º e 94.º da Constituição da República Portuguesa, foi assimilado ao da luta pela Reforma Agrária no Brasil enquanto definida pelos Sem Terra como uma luta pela aplicação da própria Lei Fundamental da República Brasileira.

O Encontro de Democratas de Setúbal foi ainda, como era de esperar, momento de uma outra evocação, a do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça.

## Reencontro de emigrantes

No passado dia 28 de Abril realizou-se a Assembleia Geral da Associação de Reencontro dos Emigrantes (ARE), em que foram eleitos os novos Corpos Sociais e discutidas as perspectivas futuras para o trabalho da associação.

No decorrer dos trabalhos foi ainda aprovada uma Moção, em que é referida a exigência de adopção de medidas por parte do Governo, no que respeita ao ensino da língua portuguesa e ao funcionamento dos consulados.

A Moção manifesta a sua solidariedade para com os trabalhadores consulares e professores de Português no estrangeiro, bem como com todos os emigrantes que lutam por direitos, desde logo pelo direito a terem serviços consulares ao serviço dos emigrantes.

## Ambiente e Cultura de costas

A deputada de «Os Verdes», Isabel Castro, deslocou-se esta terça-feira à Quinta do Bulhaco, Vila Franca de Xira, para visitar o local onde, por incompetência do Ministério da Cultura, um troço de auto-estrada entre Bucelas e Carregado poderá destruir um conjunto patrimonial classificado pelo IPPAR há anos. Uma visita com que se pretendeu alertar a opinião pública e travar este processo.

Também em relação às notícias sobre o aparecimento de um conjunto de gravuras rupestres na margem esquerda do Guadiana, «Os Verdes» requerem ao Governo uma série de informações e questionam, em particular, que medidas vai o Governo tomar para estudar, identificar e classificar o património cultural em causa.

## Fórum sobre educação

«Educação / Desenvolvimento Local» foi o tema do fórum que decorreu no início desta semana no auditório da Universidade de Évora. Uma iniciativa da Câmara e do Departamento de Pedagogia da Universidade, com o apoio da Comissão Municipal de Educação.

Um dos objectivos deste fórum foi discutir questões essenciais da educação, com a comunidade educativa, num novo cenário de transferência de competências do poder central para as autarquias. Esta iniciativa visava ainda a elaboração, num futuro próximo, das grandes directrizes para a concepção de um plano estratégico de educação para o concelho de Évora e de uma carta escolar concelhia.

Professores protestam frente ao ME

# «Preces e ladainhas» contra a instabilidade

Os professores estão em luta. Por todo o mês de Maio irão realizar-se concentrações frente ao Ministério da Educação. Contra a implementação forçada da reforma curricular. Em defesa de um ensino de qualidade.

«Preces e ladainhas» para ver se há Santos (Silva) que ouçam. Esta a ideia simbólica que reuniu ontem, frente ao Ministério da Educação (ME), em Lisboa, os professores em luta contra a instabilidade na profissão. Porque, «a brincar, a brincar...» se dizem muitas verdades.

Na acção implementada esta quarta-feira, por iniciativa da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), esteve em causa a exigência de estabilidade na profissão docente que, a ser alcançada, trará «benefícios óbvios para o funcionamento das escolas e o sucesso dos alunos».

Os números, mais uma vez divulgados, falam por si. Ascendem actualmente a 30.000 os docentes desempregados, dos quais mais de 18.000 são profissionalizados. Os contratados a prazo são mais de 10.000. Mesmo entre os considerados «efectivos nos quadros das escolas», o ME considera haver já 6.000 «professores a mais»,

ou seja, docentes com «horário zero».

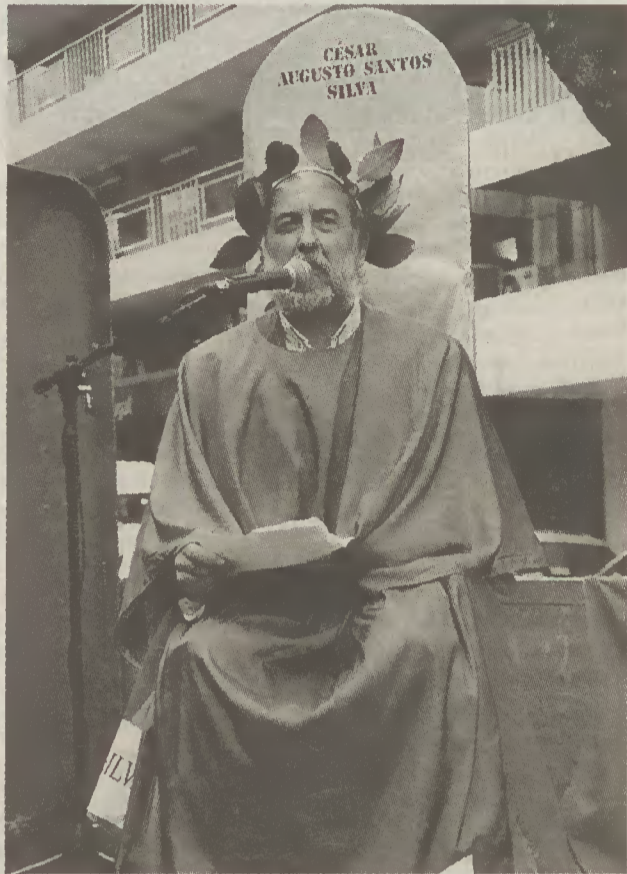
Neste quadro é de prever — como afirma a Fenprof em comunicado — «um dos maiores despedimentos colectivos do País», em 31 de Agosto próximo.

Ascendem  
actualmente  
a 30 000  
os docentes  
desempregados

A semana passada, a concentração de professores frente ao ME, teve como tema fundamental o protesto contra o modo

precipitado como o Ministério pretende fazer a generalização da revisão curricular / reforma educativa. A generalização, já em Setembro, da revisão curricular, é contestada pelos professores, antes do mais por não estarem criadas as condições nas Escolas.

A Fenprof denuncia a opção do ME de impor unilateralmente uma revisão curricular e questiona, quer a ausência de uma série de diplomas regulamentares (nomeadamente os que incidem sobre a avaliação dos alunos, horário da componente lectiva dos professores, alunos com necessidades educativas espe-



Manifestação contra a implementação forçada da reforma curricular

ciais,...), quer o facto de não ter sido feita formação específica dos docentes para as novas áreas não disciplinares.

Nada se sabe, ainda, sobre as condições de financiamento e de equipamento das escolas, nem quanto às condições que irão ser dadas às escolas para organizar o novo ano lectivo.

Por tudo isto, a Fenprof propõe o lançamento de um ano experimental, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação da reforma e a realização de «uma ampla reflexão e debate, em todas as escolas, com a participação de todos os membros da comunidade educativa».

## Assembleia de Baldios

Mais de 100 representantes das entidades gestoras dos baldios participaram na VII Assembleia dos Povos dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, realizada, dia 29 de Abril, em Vila Pouca de Aguiar.

A Assembleia denunciou as políticas que têm vindo a ser seguidas nesta área e defendeu que o que é verdadeiramente preciso «é apoiar o desenvolvimento dos baldios».

Neste quadro, os Conselhos Directivos dos Baldios exigem a participação dos representantes das comunidades locais nos diversos órgãos de decisão, a cessação da actual forma de co-gestão do regime conjunto entre os compartos e o Estado, não aceitar qualquer espécie de medidas discriminatórias no Quadro Comunitário de Apoio III. Decidiram ainda desenvolver acções de esclarecimento e sensibilização junto dos povos dos baldios e começar a trabalhar para a realização da IV Conferência Nacional dos Baldios, «com vista à discussão de uma estratégia condizente com a actual problemática deste sector e as respostas a dar ao actual quadro».

## Cenas da minha aldeia

• Mário Abrantes

Chego a casa e dou com um vizinho matulão e invejoso, entrado à socapa, a forçar-me os armários e as gavetas à procura dos meus segredos domésticos para me humilhar ou chantagear no futuro. Apanho-o com a boca na botija e ele, precipitando-se na fuga, atira-me o valioso jarrão chinês ao chão e deixa esquecidos atrás os apetrechos com que arrombou a entrada.

No dia seguinte, para meu espanto, apresenta-se-me à porta a exigir a devolução imediata dos apetrechos esquecidos. Eu, ciente da sua estatura, sabendo que, sozinho, não lhe consigo partir a cara, nem tendo polícia nem lei que dele me defenda, limito-me a exigir-lhe, em troca, um pedido de desculpas (para salvar a face). A resposta vem seca: «Não te devo desculpas e quero já as gazuas de volta!»

Nesta minha aldeia (dita global), esse vizinho, que também é rico e poderoso, é quem mais esterco deixa no caminho e à porta da casa dos outros, é quem mais fumos expela para o ar, mais água e energia consome e mais saqueia os quintais de cada um (mas, justiça seja feita, também é quem me leva os filhos a trabalhar para o seu quintal, de forma a conseguir indemnizar-me por alguns dos prejuízos sofridos...).

No entanto, numa reunião de emergência entre vizinhos realizada num lugar da aldeia chamado Quioto, negou-se a cumprir um acordo para travar o «efeito de estufa» causado pela excessiva emissão de gases para a atmosfera. Estes gases resultam da queima de carvão, petróleo e derivados, de que ele é o principal responsável, e provocam alterações de clima que ameaçam a nossa sobrevi-

vência no futuro. E sabem qual foi a justificação dele para a recusa? Lá vai: «Porque isso afecta os meus interesses económicos e porque, se os outros vizinhos se obrigarem entre si a reduzir a emissão de gases, eu já não preciso de me preocupar com isso!»

### Mundo real

Ah! Lembrei-me agora. Este tal vizinho que nos leva os filhos de tenra idade para trabalhar no seu quintal, quando eles não se portam bem, mesmo que os pais já tenham falecido e a casa onde nasceram esteja abandonada, manda-os de volta para a dita com um valente pontapé no traseiro!

A primeira cena passou-se recentemente com a captura de um avião-espião que, a mando do governo dos EUA, sobrevoava território chinês.

A segunda foi-nos denunciada, na semana passada num semanário açoriano, pelo anterior líder do PSD/Açores: Costa Neves, sobre o comportamento da administração Bush perante o «Protocolo de Quioto» (assinado por 33 países).

A terceira é a cena do repatriamento. Um crime continuado dos EUA...

Curiosidade de rodapé: quando Costa Neves era o negociador regional do Acordo das Lajes, não falava assim. Entretanto, os PS's, na oposição, barafustavam com o PSD pela sua falta de firmeza perante os EUA, mas agora perderam o pio!

Por que será que a verdade e a razão têm medo do poder? Ou será que é ao contrário?

## Acidente no Quimiparque é um alerta Resíduos voltam a ser notícia

O problema dos resíduos voltou a ser notícia, a semana passada, com a grave explosão ocorrida no Barreiro, num armazém da empresa Prolixo, onde é feito o tratamento e reciclagem de diferentes resíduos. Em Setúbal e Coimbra prosseguem os protestos contra a imposição da co-incineração.

Cinco feridos graves e um morto é o balanço actual, em vítimas humanas, da explosão ocorrida a semana passada no Quimiparque. A gravidade do acidente testemunha da urgência que assume a questão da reciclagem de resíduos industriais e perigosos. Questão que não poderá ser pretensamente resolvida por força de decisões tomadas em gabinetes ministeriais e impostas contra a vontade das populações.

O parque industrial do Barreiro «constitui um verdadeiro barril de pólvora, em pleno aglomerado populacional intensamente povoado», denunciam «Os Verdes», em comunicado de imprensa, exigindo que se

mulação em locais inapropriados».

### Movimento de Cidadãos denuncia falta de independência da Comissão independente

Significativamente o PS tem-se vindo a opor ao agendamento do debate de urgência requerido pelo grupo parlamentar ecologista, sobre o tratamento de resíduos industriais, insistindo na «condução de um processo de co-incineração muito pouco transparente».

### Co-incineração contestada

Em Souselas, e depois do adiamento de uma semana, os exames para apurar o estado de saúde da população deveriam ter início entre ontem e hoje. Sob um fundo de profunda desconfiança e protestos da Facul-

consideração do estudo feito pela Scoreco – consórcio das cimenteiras Cimpor e Sécil – como se de uma avaliação de impacto ambiental se tratasse. E agora, com a própria Comissão encarregada de dar parecer. E o Movimento comenta, em nota de imprensa: «Ao pedir-se um parecer independente a um conjunto de pessoas, sobre o melhor processo de tratamento dos resíduos industriais perigosos (RIP), desde logo estipulando que essas pessoas irão auferir remunerações mensais da ordem das centenas de contos porque elas próprias ficarão encarregadas de controlar e fiscalizar ambientalmente a co-incineração, evidentemente que não seria de esperar que o parecer fosse contrário à adopção do processo de co-incineração.»

Por seu lado, a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC) estranha não ter sido convidada para integrar a comissão técnica responsável pelo estudo à saúde da população de Souselas, no âmbito do processo de co-incineração. Neste âmbito, sugere a suspensão do processo até que haja as «necessárias garantias de protecção e avaliação segura



## O Ministério da insegurança

• José Martins

Ainda não é desta que a área da Administração Interna vai conhecer melhores dias e a serenidade e a eficácia que as populações deste país têm direito e exigem. Em seis anos de governação PS/Guterres, já passaram pela delicada pasta da Administração Interna quatro ministros, com tendências e apetências diversas, mas nenhum revelou empenhado esforço na execução das medidas, programas e reformas de que esta importante área há muito carece e exige.

Do actual titular do MAI, após largos meses de «profunda reflexão», de uma pensada e cautelosa gestão das palavras e de algumas (muito poucas) promessas estratégicas (?) que tardam em ser cumpridas, já muito pouco se espera.

Parece mesmo que o novel inquilino do MAI (por apetências e vocação castrense) estará mais inclinado para favorecer e proteger os poderosíssimos «lobbies» militares que se movimentam nas Forças de Segurança - e que há muito são responsáveis pela gestão ruïnosa dos efectivos policiais e seu afastamento das missões e funções de segurança - do que em estabelecer linhas estratégicas, firmes, transparentes e democráticas, no quadro das políticas de Administração Interna.

Tudo isto encontra confirmação, no conteúdo do Relatório Anual de Segurança Interna, no agravamento preocupante dos factores de insegurança, na evidente crise que perpassa as instituições policiais e na repressão fascizante e vergonhosa que se abate sobre o jovem movimento associativo da GNR.

### Relatório Anual de Segurança Interna

O Relatório, que o MAI pretende suavizar recorrendo ao expediente da filtragem dos relatórios das próprias Forças de Segurança, revela que a realidade é bem diferente - e para pior - da apresentada pelo Governo, onde é agitado um aumento da criminalidade de apenas de 0,4%. Uma observação imediata regista que a soma de seis crimes relevantes no âmbito da criminalidade violenta e grave (homicídio, violação, roubo por esticão, roubo na via pública, extorsão e rapto), no fundo os crimes que são geradores e

responsáveis pelo sentimento de insegurança, tem, em relação a 1999, um aumento de 830 crimes - 6,4%. Mas já em relação a 1998, isto é, em apenas dois anos, o aumento é de 4163 crimes - 36,5%. E só o roubo na via pública (criminalidade violenta) tem um aumento de 1201 crimes - 15,4%. O referido Relatório revela ainda que só 32% das pessoas é que participaram às autoridades os crimes de que são vítimas. Há, assim, cerca de 900 mil pessoas que «fogem» de apresentar queixa às polícias, por motivações que se prendem com a falta de confiança nas forças de segurança e com deficiências e morosidade no funcionamento do sistema judicial. É, pois, através do consulado de um ministro de um governo, com o epíteto de «socialista e dialogante», que vêm os exemplos da descarada mistificação das cifras do Relatório de Segurança Interna, do estranho mutismo em relação à fascizante repressão sobre dirigentes associativos, da inquietante militarização da maior força de segurança do país - a GNR, do permanente e humilhante acocorar perante as piruetas históricas da extrema-direita de mais autoridade, de expulsão dos imigrantes, de crime público e de militarização da segurança pública, das instituições e da sociedade.

Quando um Governo é permanentemente confrontado com o sentimento generalizado de insegurança das populações (suportado por um real aumento da criminalidade grave e violenta em 15,4%), com a notória falta de confiança dos cidadãos nas instituições policiais, com a constável diminuição de agentes em patrulhamento apeado (Lisboa tem em qualquer hora do dia e da noite um agente para cerca de 3000 habitantes), e vem defender a tese da «estabilização da criminalidade» resultante de uma maior proactividade policial (!!!), na verdade que ilação se poderá tirar de tanto despudor? Talvez a de que este Relatório de Segurança Interna e a actuação deste Ministério, porque se sobrepõem à verdade e ao interesse nacional, põem definitivamente em causa este ministro e o próprio Governo.

Desta forma, e infelizmente para a necessária tranquilidade pública e segurança dos portugueses, a área da Administração Interna vai permanecer em crise e sujeita a um Governo sem paixão e sem rumo e a ministros sem causas.



A saúde das populações deveria ser uma preocupação prioritária

apurem as causas e a origem da explosão «num armazém que continha, ao que parece, demasiadas embalagens de resíduos tóxicos com material inflamável, acumuladas, as quais se destinavam a ser, segundo é afirmado, recicladas».

O que agora aconteceu no Barreiro é um alerta e nada garante que se não possa repetir. No Quimiparque ou em qualquer outro lugar. Pelo que «Os Verdes» sublinham, uma vez mais, a necessidade de «dar uma verdadeira prioridade a uma política de reciclagem de resíduos perigosos em Portugal, de modo a que se consiga dar resposta e ter capacidade para reciclar a totalidade de resíduos passíveis dessa intervenção, evitando e impedindo a sua acu-

dade de Medicina de Coimbra. Na Arrábida, o Movimento de Cidadãos divulga um documento em que denuncia a falta de independência da Comissão independente. Protestos que prosseguem num quadro em que todos os partidos da oposição, com excepção do PP, defendem a aplicação do princípio de precaução e consideram que não estão preenchidos os requisitos mínimos para dar luz verde ao processo de co-incineração.

Na denúncia sobre a falta de independência da Comissão Científica Independente, o Movimento de Cidadãos pela Arrábida afirma que «todo este processo está viciado desde o início». Com o compromisso assumido pelo Governo, em Maio de 97, com o sector cimenteiro. Com a

do risco para a comunidade que tal processo envolve».

A FMUC indigitou Massano Cardoso - o único a votar contra o relatório do Grupo de Trabalho Médico favorável à co-incineração - como seu representante em todas as comissões que se pronunciem sobre a matéria. Uma personalidade que é também apoiada pela Associação de Defesa do Ambiente de Souselas.

A FMUC considera que «uma lenta e contínua exposição (mesmo que não ocorram acidentes graves de exposição aguda) pode contribuir para o agravamento e aparecimento de patologias diversas, que vão desde o cancro às perturbações comportamentais, passando pela infertilidade e agravamento de situações patológicas já existentes na comunidade».

## Jornalistas assassinados na Colômbia

O jornalista colombiano Carlos Trespalacios foi assassinado por homens encapuzados na área residencial de Medellín, 430 quilômetros a Noroeste de Bogotá, segundo informou a polícia colombiana, citada pela Lusa na passada semana. O jornalista, que trabalhava para a municipalidade de Medellín após ter sido redactor desportivo em vários jornais da cidade, denunciou recentemente à justiça várias ameaças de morte de que fora alvo.

Um outro jornalista, Flavio Bedoya, foi também assassinado no porto de Tumaco, na Costa do Pacífico, aparentemente por ter denunciado o assassinio de vários camponeses às mãos das milícias de ultradireita, bem como a ineficácia do exército e da polícia para encontrar os criminosos. Segundo fontes sindicais, 103 jornalistas foram assassinados na Colômbia entre 1989 e 2000, 53 foram raptados desde 1998 e uma dezena de outros foram forçados a exilar-se devido a ameaças de morte.

## Eleições na Grã-Bretanha

O primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair, convocou esta terça-feira eleições gerais para o dia 7 de Junho, quando o seu Partido Trabalhista espera conquistar um novo mandato de quatro anos.

Blair fez o anúncio durante uma visita a uma escola do Sul de Londres, duas horas depois de se reunir com a rainha Elizabeth, no Palácio de Buckingham. No seu discurso, Blair enfatizou a importância da educação para o seu programa de governo e previu que o tema será central na campanha eleitoral. Entretanto, a campanha para as eleições legislativas do dia 13, em Itália, está ao «rubro». Silvio Berlusconi e Francesco Rutelli – principais candidatos – estão praticamente empatados nas sondagens.

## Greve dos transportes em França

Os funcionários dos serviços de transportes colectivos na França entraram em greve pela quarta vez em seis semanas, como parte de uma onda de protestos que visam reduzir a idade de reforma. Pelo menos 50 cidades, incluindo Paris, foram afectadas pela nova paralisação, que deixou a população sem autocarros, comboios e metro. A paralisação dos transportes foi programada para coincidir com uma nova ronda de negociações sobre reformas entre os sindicatos dos trabalhadores e o governo. Os sindicatos reivindicam que a idade mínima para a reforma seja diminuída dos actuais 60 anos para 55 anos.

Nova estratégia militar norte-americana confirma intenção de prosseguir uma política externa unilateral

# EUA afastados da Comissão de Direitos Humanos da ONU

**Os EUA foram afastados da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Reagindo à votação, o secretário de Estado da Defesa acusa o mundo de ser «mal agradecido».**

Os EUA perderam os lugares que detinham na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão Internacional de Controlo de Narcóticos. A escolha dos elementos para aqueles dois organismos das Nações Unidas foi feita por voto secreto, na passada quinta-feira, durante a reunião dos 54 membros do Conselho Social e Económico da ONU.

O significado político da votação não podia ser mais claro: a comunidade internacional está a ficar cansada da prepotência norte-americana.

Na opinião de diversos observadores, a exclusão dos EUA das duas comissões reflecte o desagrado internacional, incluindo o de muitos aliados norte-americanos na Europa,

com a decisão de Bush de não subscrever o Protocolo de Quioto sobre a redução de gases poluentes para a atmosfera, bem como a insistência em levar por diante o sistema de defesa antimísseis, entre outras medidas unilaterais.

**Os EUA podem «viver muito bem» num mundo «mal agradecido»**

A reacção de Washington não se fez esperar: alguns legisladores defenderam de imediato a suspensão do pagamento de 582 milhões de dólares devidos à ONU, bem como dos 67 milhões de dólares que os EUA têm de pagar para voltarem a integrar a Unesco (de onde saíram há 17 anos alegando haver excessiva «politização»!!!).

O secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, acusou por seu turno o mundo de ser «mal agradecido». Em

declarações à NCB, Rumsfeld defendeu a tese de que o afastamento da Comissão de Direitos Humanos não se deve à prepotência da política externa norte-americana, mas sim ao facto de ter desaparecido o sentimento de gratidão mundial aos EUA por ter defendido o planeta do comunismo.

«Com o desaparecimento da União Soviética, essa gratidão desapareceu, esse apreço desapareceu», afirmou Rumsfeld. «As pessoas que nunca acreditaram que os EUA tinham o monopólio da sabedoria política, económica ou cultural já não se sentem gratas pelo papel que os EUA desempenharam na guerra fria, e têm todo o direito de expressar as suas opiniões», acrescentou.

### Os polícias do mundo

A «ingratidão» do mundo não afecta o rumo escolhido pelos responsáveis da Casa Branca. A prová-lo está o

facto de os EUA irem apresentar esta semana a sua nova estratégia militar, que segundo *The Washington Post* tem como ponto-chave o abandono da ideia de que o país tem de estar preparado para duas guerras de grande envergadura em simultâneo.

O projecto, a apresentar pelo secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, consagra as linhas definidas por Bush mal chegou à Casa Branca: redução da intervenção das tropas norte-americanas em missões humanitárias e de manutenção de paz, e disponibilidade de meios materiais e humanos para ataques rápidos e devastadores onde e quando os EUA entende-

rem necessário, sem consultas prévias a ninguém. Rumsfeld, que lidera os «falcões» do governo contra os «moderados» do secretário de Estado, Colin Powell, assume com toda a arrogância o desenvolvimento de uma política externa unilateral por parte dos EUA. Os conceitos que vigoraram durante o período de guerra fria são abandonados, o mesmo sucedendo com o tratado ABM (de não proliferação de armas nucleares) assinado com a União Soviética em 1972, enquanto é dada luz verde ao projecto *guerra das estrelas*.

Segundo o secretário da Defesa, os EUA podem «viver muito bem» num mundo «mal agradecido».

## VI Congresso do PRD do México

Realizou-se entre 23 e 28 de Abril, na cidade de Zacatecas, o VI Congresso do Partido da Revolução Democrática, o PRD, importante força de esquerda mexicana. O PCP fez-se representar nesta realização por Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política.

O Congresso decidiu sobre questões essenciais como linha política, declaração de princípios, estatutos e programa do Partido, no quadro de uma situação económica e social difícil em que pesam as consequências resultantes do desenvolvimento do capitalismo ao longo dos anos, agravadas pela opção dos governos do PRI dos últimos vinte anos de rendição às políticas impostas pelos EUA.

Quanto à situação política mexicana, ela está muito marcada pela alteração decorrente da derrota do PRI nas eleições presidenciais de 2 de Julho de 2000, depois de 71 anos no poder. Nesta eleição, as expectativas do PRD não se concretizaram. Venceu a direita. Vicente Fox, candidato do PAN, foi eleito presidente. Este resultado cria uma situação em que o poder está menos concentrado, mas acentua, a partir do governo, uma política de direita e de submissão aos interesses dos EUA. O governo de Fox aprofunda a política de privatizações (estão em discussão, entre outras, a privatização das empresas de aviação, de controlo do tráfego aéreo, dos petróleos, gás e electricidade), pretende aplicar uma taxa de IVA de 15% aos alimentos, transportes e saúde que agora têm taxa zero, ataca conquistas alcançadas pelos trabalhadores, afirma posições de recorte reaccionário com declarações do tipo das que foram proferidas pelo ministro do Trabalho - tais como «as mulheres devam regressar a casa» e «o trabalho masculiniza as mulheres» -, e introduz alterações na política externa, evidenciadas quer pelo apoio do México ao projecto ALCA quer particularmente com uma postura que rompe com a posição tradicional do México de não hostilizar Cuba.

É neste quadro nacional que os comunistas, as forças revolucionárias e de esquerda têm que travar a sua luta em defesa da soberania, do desenvolvimento e do progresso social, enfrentando dificuldades, mas aproveitando também as potencialidades reveladas pela disponibilidade de participação e luta de largos sectores do povo mexicano.

## Macedónia à beira do abismo

O secretário-geral da NATO, George Robertson, deslocou-se esta semana a Skopje para evitar que o governo macedónio declarasse o estado de guerra.

Os independentistas albaneses do chamado Exército de Libertação Nacional, que a NATO apoiou e protegeu no Kosovo, escaparam aparentemente ao controlo dos aliados, propondo-se repetir na Macedónia a «receita» que tão bem os serviu na província sérvia.

O problema é que desta vez não há nenhum governo sérvio para diabolizar e o «inimigo» dos independentistas é um aliado do Ocidente, o que deixa a NATO numa situação incómoda.

O secretário-geral da NATO, George Robertson, e o representante da União Europeia (UE), Javier Solana, estiveram em Skopje no exercício difícil de tentar conciliar o inconciliável. Por um lado, evitar que o governo macedónio declarasse o estado de guerra, apesar de reconhecerem que o país está «à beira do abismo», em riscos de uma guerra generalizada; por outro lado, insistindo na necessidade de encontrar uma solução pacífica para o problema criado

pelos seus protegidos independentistas albaneses do Kosovo, agora classificados como «um bando de gangsters assassinos».

Robertson reconheceu mesmo que o Exército de Libertação Nacional tem «como objectivo destruir a democracia da Macedónia», servindo-se para tal «dos civis como escudos humanos», com o objectivo de provocar «outro banho de sangue nos Balcãs». Face a esta realidade, tanto a NATO como a UE propõem «uma resposta moderada» das autoridades de Skopje, alegadamente para evitar a generalização da «guerra civil».

### Os conselhos da NATO

Do pacote de «soluções» apresentadas a Skopje não consta nenhuma acção para conter os independentistas, que continuam a atacar o norte do território com o objectivo claro de uni-lo ao Kosovo, onde têm o seu quartel-general, debaixo do nariz da NATO e da ONU.

As pressões internacionais resultaram entretanto na formação de um governo de

unidade nacional, anunciado anteontem pelos dirigentes dos principais partidos políticos da Macedónia.

Os partidos, incluindo grupos da oposição, representam a maioria eslava e os albaneses étnicos.

O novo executivo inclui o Partido dos Social-Democratas, na oposição, bem como o Partido Albanês para a Prosperidade Democrática.

De acordo com o primeiro-ministro Ljubco Georgievski, o novo governo permitirá isolar os grupos radicais da minoria étnica albanesa.

As autoridades de Skopje seguiram assim os conselhos de Robertson, cuja mensagem foi «a de que é preciso fazer marcha atrás antes de que um desastre atinja o país». Segundo a Lusa, o secretário-geral da NATO afirmou expressamente que devia «haver um apoio a uma coligação alargada e uma frente unida contra a violência», aconselhando os responsáveis macedónios a escolherem «o diálogo e não a confrontação».

Desconhece-se que advertências ou conselhos estarão a ser feitos aos independentistas. O que se sabe é que os combates continuam, a cerca de 40 quilómetros da capital.

EUA

# 223 mil despedimentos no mês de Abril

A taxa de desemprego nos EUA atingiu, em Abril, o nível mais alto dos últimos dois anos e meio, revela Departamento de Trabalho norte-americano.

De acordo com um relatório oficial divulgado sexta-feira, no mês passado, e sem contar com o sector agrícola, foram despedidos, nos EUA, 223 mil trabalhadores, o que representa a mais elevada perda de emprego registada num único mês desde Fevereiro de 1991.

Em relação a Março último, mês em que foram eliminados 53 000 postos de trabalho, a taxa de desemprego subiu 0,2 por cento, passando de 4,3 para 4,5 por cento.

De acordo com o Departamento de Trabalho, o desemprego em Abril foi o mais alto desde Outubro de 1998.

As perspectivas para o futuro imediato estão longe de ser optimistas.

«Esses números dizem-me claramente que não chegámos ainda ao fundo do poço», afirmou Anthony Chan, economista-chefe do Banc One, à CNN. Segundo Chan, a economia norte-americana deverá apresentar resultados ainda mais baixos no segundo trimestre deste ano, o que na sua opinião tornará inevitável uma baixa de juros de pelo menos meio ponto percentual. «Esses dados indicam que a economia está a desacelerar rapidamente e que pode, na verdade, já estar em recessão», concluiu.

Os dados agora revelados contrariam as previsões antes avançadas por analistas de Wall Street em entrevista à Briefing.com, citados pela CNN, segundo as quais se esperava a criação de 25 000 postos de trabalho no mês passado, o que resultaria numa taxa de desemprego de 4,4 por cento.

Face à actual situação, os especialistas acreditam que o Federal Reserve (Fed), o banco

central norte-americano, deverá baixar as taxas de juros, pela quinta vez este ano, quando a respectiva direcção se reunir, no próximo dia 15. A medida, dizem, será uma forma de tentar impulsionar o crescimento da economia e de procurar impedir que os EUA mergulhem na recessão.

**Desde 1996 que não havia tanto pedido de subsídio de desemprego**

Idêntica posição é defendida por Steven Wood, do Financial Oxygen, que acredita mesmo na necessidade de se proceder no ano em curso a uma sexta redução das taxas de juro.

**Pedidos de subsídios aumentam em flecha**

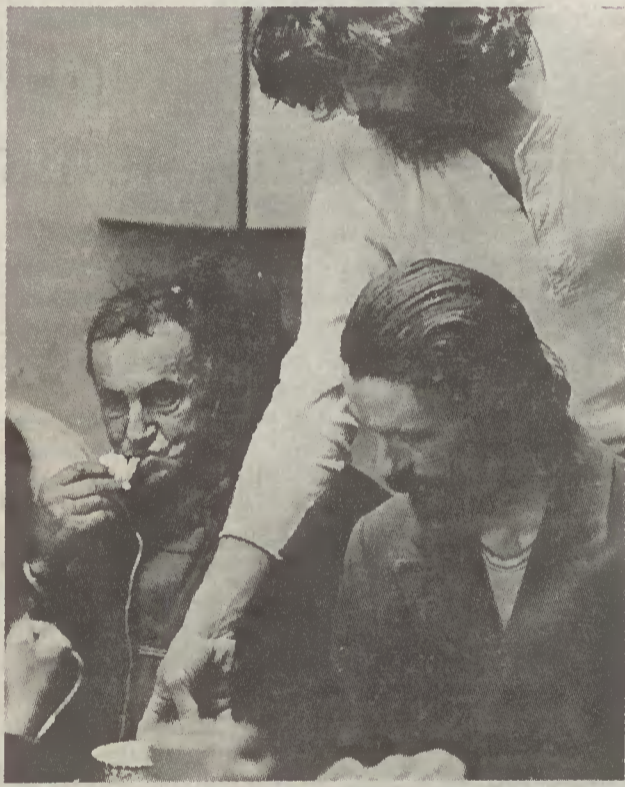
A gravidade da situação económica e social que se vive nos

EUA reflecte-se no aumento do número de pedidos de subsídio de desemprego, que segundo o Departamento do Trabalho norte-americano atingiram na semana passada o maior valor registado desde há cinco anos.

De acordo com os dados oficiais, os pedidos aumentaram de 412 mil para 421 mil, contra os 390 mil previstos. Estes valores já não eram vistos desde Março de 1996.

Além da continuação da subida em flecha dos despedimentos, os especialistas de Wall Street admitem que também os salários sejam atingidos, ou seja, sofram reduções. Todos estes factores, alertam, terão influência nos rendimentos das famílias, que frearão o consumo e limitarão o desenvolvimento económico.

Os dados sobre os pedidos de subsídio de desemprego contrastam, no entanto, com as recentes informações sobre as encomendas do sector industrial, produção de manufacturas e até mesmo do Produto



Os despedimentos em massa nos EUA estão a provocar uma grave crise social

## Empresas «pontocom» batem recorde

Os despedimentos nas empresas de Internet bateram todos os recordes em Abril. Segundo um estudo da Challenger, Gray & Christmas, 17,5 mil funcionários das «pontocom» e dos sectores de Internet das empresas nos EUA perderam o emprego o mês passado, o que representa um aumento de 80 por cento em relação a Março (9,5 mil despedimentos).

Desde Janeiro de 2000 já foram despedidos mais de 93 mil funcionários das empresas «pontocom».

De acordo com a Challenger, o maior número de despedimentos durante o mês de Abril ocorreu no sector dos serviços financeiros online: 2,3 mil (contra 302 em Março).

Entretanto, a empresa alemã Siemens anunciou mais 3500 despedimentos, elevando para 6100 o total de despedimentos só neste ano.

Do total de postos de trabalho que vão ser suprimidos, 1400 situam-se na Alemanha e os restantes nas unidades fabris internacionais. O sector dos telemóveis será o mais afectado (menos 2600 postos de trabalho).

Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre do ano, todos com resultados positivos, o que segundo alguns especialistas significa que «o pior momento económico» foi ultrapassado.

O facto de o mercado de trabalho não reflectir esta tese optimista não surpreende o economista Ian Shepherdson, da consultoria High Frequency Economics Ltd.

«O ritmo nos pedidos de subsídio de desemprego nos últimos meses é muito similar ao dos anos 90: uma alta lenta e longa, seguida de uma aceleração por causa dos despedimentos que se acentuaram», diz Shepherdson, sublinhando que «todos estes resultados sugerem que a reacção do mercado de trabalho, com criação de novos postos de trabalho, é muito lenta em relação aos sinais recentes de recuperação da actividade produtiva».

# Inflexão estratégica no 1.º de Maio cubano

• Miguel Urbano Rodrigues

O Primeiro de Maio cubano expressou bem a rejeição pelos povos da América Latina da globalização neoliberal e particularmente daquilo que lhes está a ser exigido pelo governo Bush: a integração na ALCA que significaria o domínio total das suas economias pelos EUA. Em Havana, um milhão de pessoas, numa gigantesca concentração, fizeram do Dia do Trabalhador uma jornada revolucionária que aponta para uma nova estratégia. O desfile, que terminou na Oficina de Interesses dos EUA, confirmou o que fora dito nos discursos. À arrogância e à agressividade do imperialismo, Cuba responde com um apelo continental à globalização da solidariedade.

Tudo começou com a leitura da Declaração aprovada na véspera pela Central Cubana de Trabalhadores, um documento que condensa a disponibilidade para a luta da gente de Martí.

A palavra revolucionária tocava mais a multidão porque o comércio e a festa formavam um todo inseparável. Na tribuna, homens e mulheres de múltiplas organizações populares, movimentando faixas, projectavam um espectáculo inédito. A música conferia uma estranha força aquele festival de desenhos vermelhos, amarelos, roxos, pretos, azuis, laranjas, verdes. Do alto desciam pelas escadarias laterais destacamentos da Marinha, do Exército, da Milícia, da Polícia Revolucionária, filhos do povo em armas.

Na manhã serena subiam para o céu poemas de Guillen, canções de Silvio Rodríguez, Pablo Milanés, Carlos Manuel.

As saudações das delegações estrangeiras foram uma resposta à agressividade e à insolência imperiais. A escolha dos oradores foi simbólica. Falaram representantes da Argentina, do Uruguai, da Espanha e do Canadá.

Os governos dos três primeiros destacaram-se ultimamente pela sua total subserviência às exigências da política anticubana dos EUA. Quanto ao Canadá, foi um dos patrocinadores do projecto checo contra Cuba imposto por Washington em Genebra na Comissão dos Direitos do Homem da ONU.

Fidel falou durante uma hora. Como de costume deu a volta ao mundo num discurso de recorte humanista. Mas o seu discurso foi antes de mais uma advertência às nações irmãs do enorme perigo que a ALCA constitui para a América Latina.

Para o dirigente cubano o objectivo é «liquidar a soberania, impedir a integração, devorar os recursos e frustrar o destino de um conjunto de povos que somam, sem incluir os

anglófonos, mais de 500 milhões de habitantes de línguas latinas e cultura e história comuns».

Fidel sublinhou que «nenhum governo pode vender uma nação nas costas do povo. Não pode haver anexação se houver plebiscito. Semeamos consciência do perigo e do que significa a ALCA».

**O desafio**

O dirigente revolucionário tem consciência de que a sua resposta ao ambicioso e desafio da Administração Bush é por sua vez um desafio que implica uma estratégia ofensiva. Ao conchamar os povos da América Latina a rejeitarem a falsa integração comercial que teria o significado de uma recolonização total e lutarem pela única integração que lhes interessa, inspirada nos ideais bolivarianos, Fidel denunciou com muita dureza os governantes de países que se submetem hoje a todas as exigências de Washington, actuando como dóceis títeres da Casa Branca. Nas últimas semanas, numa demonstração incomum de diplomacia aberta e transparente – como a de Lenine, num contexto muito diferente, após a Revolução de Outubro – não hesitou mesmo em tornar públicas através da televisão cartas, notas e outros documentos (e o conteúdo de conversas) trocados entre ele, o Ministério dos Estrangeiros cubano e governantes latino-americanos. Correspondência que projecta, obviamente, a verdadeira e sórdida imagem de políticos como o argentino De La Rúa.

É cedo para se avaliar as muitas implicações desta complexa inflexão estratégica que suscita naturalmente reacções agressivas dos governos que se sentem desmascarados. Fidel acha que a causa justifica o risco assumido. «Que ninguém alimente a ilusão de que os povos vão cruzar os braços e permitir que os vendam como escravos em leilão!»

Mais uma vez Cuba toma a iniciativa num combate continental. O seu desafio traduz a convicção de que a ALCA configura uma ameaça mortal para a América Latina. Na luta que começa aparece na vanguarda, comandando a batalha. Não será um combate isolado.

Pelo mundo afora cresce o clamor dos povos contra as políticas neoliberais. Está a acontecer o que os comunistas previram. Como as causas da exploração do homem não foram removidas e a injustiça social se amplia, volta a subir a maré da contestação popular, fonte de revoluções que mudaram o rumo da história.



# A UE e as privatizações

• Fátima Garcia

**N**ão há qualquer dúvida que, em todos os países da União Europeia, o sector público tem vindo a ser alvo de uma política privatizadora conduzida, quer por governos social-democratas, quer por governos democrata-cristãos que desta forma não só entregam ao capital privado sectores importantes da economia como aproveitam para contrabalançar os orçamentos nacionais, fazendo assim face às imposições do pacto de estabilidade, que eles próprios aprovaram. É evidente que esta orientação se traduz depois a nível comunitário, com os mesmos governos a aprovarem políticas e directivas que visam traçar orientações gerais e marcar prazos que tendem ao aceleramento deste processo tentando argumentar que a abertura destes mercados, criando concorrência entre vários operadores, favorece o consumidor pois provoca uma melhoria na qualidade e redução dos preços. Acreditar na possibilidade da inversão completa desta política enquanto no poder se mantiverem as mesmas forças é um pouco como sonhar com o Pai Natal. No entanto este processo não tem vindo a decorrer tão bem como eles pretendiam.

No Parlamento Europeu também se tem feito sentir a pressão que os trabalhadores têm feito aumentar. E é este o forte argumento que tem servido de apoio à actuação das forças de esquerda, e em primeira linha ao Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, que assim escudados têm contribuído para a aprovação de algumas posições que claramente vão em contra corrente com as posições do Conselho e da Comissão embora, verdade seja dita, isso nem sempre aconteça (não nos podemos esquecer que a maioria dos deputados pertence aos partidos dos respectivos governos).

E também, certamente devido à forte movimentação dos trabalhadores dos diferentes sectores, alguns governos têm servido de tampão a algumas das pretensões dos mais fundamentalistas nesta matéria. Vejamos alguns exemplos. No que respeita as redes europeias de transporte de mercadorias, o Parlamento Europeu pretendia ir mais além do Conselho, e foi o governo francês que se opôs firmemente a algumas das propostas do PE. Em relação à abertura dos mercados nacionais dos transportes ferroviários de passageiros e de

mercadorias, o Conselho limitou-se agora a registar a intenção da Comissão de apresentar um segundo pacote de medidas até Dezembro 2001, e não aprovou qualquer data para a sua aprovação. Sobre os serviços postais, a proposta da Comissão Europeia para uma nova etapa no processo de privatização ultrapassava em muito o que estava previsto na Directiva anterior. O PE decidiu pela necessidade de um processo mais lento e controlado e verificamos que o Conselho não conseguiu chegar ainda a um acordo sobre este dossier

que pretendiam fechar em 2000. Em Estocolmo, «instou-se» à finalização deste dossier até ao final de 2001. Relativamente aos sectores do gás e electricidade, e contrariamente à proposta da Comissão Europeia que com alguns estados-membros pretendia definir uma data para a liberalização, nada ficou estabelecido em definitivo a não ser o «convite» ao exame da proposta apresentada. Todas estas acções dos trabalhadores não foram ainda suficientemente fortes para fazer inverter esta orientação, pois isso só será possível com a opção de políticas alternativas, que não constam nos projectos dos governos actuais. Mas, na verdade, elas têm servido para lançar algumas pedras na engrenagem. Qualquer atraso neste processo de liberalização corresponde a uma vantagem para os trabalhadores. Impõe-se pois continuar a lutar contra estas medidas e é nesse sentido que continuaremos a intervir no Parlamento Europeu.



## Vale a pena lutar

Em quase todos os estados-membros, principalmente naqueles em que as privatizações estão menos avançadas, os trabalhadores e os consumidores têm-se mobilizado em conjunto contra esta política. Todos têm presente os despedimentos provocados pelas privatizações, a precarização e a degradação das condições de trabalho. E também não são esquecidos os acidentes ferroviários no Reino Unido, os apagões na Califórnia, as cegonhas em Portugal e a falta de postos de correio na Suécia. E assim nos deparamos com a luta dos trabalhadores traduzida em acções firmes de defesa dos caminhos-de-ferro, em defesa dos serviços postais universais, em defesa do serviço público de gás, electricidade e telecomunicações e as movimentações que se começam a desenvolver em torno do serviço de transporte de passageiros.

PE insiste na moderação salarial para atingir equilíbrio orçamental

## Mais do mesmo

**Um relatório aprovado na passada semana no Parlamento Europeu incita os estados-membros a continuarem as reformas estruturais destinadas a aumentar a flexibilidade e a competitividade.**

O documento constata que apenas dez estados-membros concretizaram o objectivo de obter orçamentos equilibrados ou excedentários e que a dívida pública continua a ser «inaceitavelmente» elevada em certos países.

Embora consciente do abrandamento das taxas de crescimento (após os 3,3% em 2000, a previsão para o corrente ano é de 2 a 2,5%, em vez dos 2,5 a 3% inicialmente esperados), o relator não preconiza alterações nas orientações económicas, preferindo, como notou a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, «apelar a mais do mesmo». Ou seja, «prosseguir e acelerar a consolidação fiscal, sobretudo a redução da despesa pública e a moderação salarial como forma de garantir o objectivo da estabilidade de preços».

No entender de Ilda Figueiredo, o relator, o socialista grego Giorgos Katiforis, segue de perto esta filosofia à qual a União Europeia subordina todas as suas orientações económicas e políticas sociais. Por isso, explica, «não é de estranhar que apele à moderação salarial e ligue o estabelecimento de políticas salariais apropriadas às reduções fiscais, que concorde com as mudanças estruturais tendentes a aumentar a flexibilidade e competitividade em todos os mercados factoriais, de produção e de trabalho».

No entanto, apesar de terem votado contra este relatório, os deputados do PCP salientam como aspecto positivo a tónica colocada pelo relator na importância do investimento público, algo que «foi completamente

esquecido pela Comissão Europeia».

De facto, o documento aprovado pelo PE considera ser necessário afectar mais fundos para os investimentos públicos, especialmente em domínios como a educação e a formação, ou as tecnologias do futuro. E sublinha mesmo que os objectivos ambiciosos em matéria de redes transeuropeias de tecnologia, telecomunicações e transporte, essenciais para que a economia europeia se torne competitiva, dinâmica e baseada no conhecimento, conforme o objectivo definido no Conselho Europeu de Lisboa, exigem o recurso tanto ao investimento público como ao investimento privado.

Finalmente, recomenda a criação, sempre que possível, de fundos especiais destinados a amortecer o impacto demográfico nos sistemas públicos de pensões e insiste em que os desafios demográficos sejam avaliados e tidos em conta nos programas relativos à estabilidade e à convergência.

## Livre circulação condicionada

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia concluíram no domingo uma reunião de dois dias sobre o alargamento ao leste da Europa, na qual participaram pela primeira vez os 13 países candidatos.

A questão da livre circulação de trabalhadores voltou a dividir as opiniões, nomeadamente no que respeita ao projecto apresentado pela Comissão Europeia, em Abril último, que preconiza um período flexível de transição, condicionando por um período entre cinco a sete anos a entrada de mão-de-obra originária dos novos membros de Leste. Tanto a Alemanha como a Áustria deixaram claro o desejo de que essa moratória dure sete anos, enquanto que a Espanha se

opõe ao projecto por não julgar necessária uma proibição.

No entanto, na reunião do fim-de-semana, realizada na cidade sueca de Nyköping, a Espanha mostrou-se disposta a ceder na sua posição em troca da manutenção dos fundos de coesão e regionais após 2006. O Governo espanhol mostrou-se determinado a não permitir o alargamento da UE, caso este implique uma perda das ajudas comunitárias, avaliadas actualmente em cerca de um milhão de milhões de pesetas (1,2 mil milhões de contos).

Por seu lado, o chefe da diplomacia polaca, Wladyslaw Bartoszewski, citado pela Agência Lusa, considerou «draconianas» as condições exigidas pela Alemanha para o livre acesso dos trabajado-

res do leste, sustentando que «não serão possíveis», além de não julgar realistas os receios alemães de uma avalanche de emigrantes quando se concretizar a adesão.

Apesar disso, a ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia, país que detém a presidência da UE, Anna Lindh, declarou-se «optimista» em chegar a um acordo sobre este tema nas próximas semanas. Na cimeira, ficou decidido que a UE estaria disposta a acolher a partir de 2003 os países candidatos que estivessem prontos a aderir. Dos treze candidatos (Hungria, Polónia, República Checa, Roménia, Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Chipre e Turquia), só existem negociações com os primeiros doze.

## Federalismo, mas devagar

O chefe do governo alemão, Gerhard Schroeder, aproveitou a abertura do 5.º Congresso do Partido Socialista Europeu (SPE) para insistir nas suas propostas de federalização da União Europeia, já divulgadas num projecto de moção ao Congresso do seu partido (SPS), previsto para Novembro deste ano.

Neste documento, Schroeder advoga a criação de um governo europeu, em substituição da Comissão Europeia, e de uma segunda Câmara do Parlamento Europeu, em lugar do Conselho de Minis-

tros da UE, além da atribuição de mais poderes orçamentais a este hemiciclo.

Perante os 281 delegados do conclave dos socialistas europeus, realizado segunda e terça-feira em Berlim, Schroeder considerou que os processos de decisão e as competências na UE «são pouco claros e compreensíveis para muitos cidadãos da Europa».

O primeiro-ministro português, discursando na qualidade de presidente da Internacional Socialista, afastou-se do radicalismo das pro-

postas do seu homólogo alemão, advogando o caminho de «uma gradual aproximação do desenvolvimento e do aprofundamento do pilar federal». Segundo António Guterres, este método progressivo de aprofundamento da União Europeia permite uma «melhor adaptação à heterogeneidade dos Quinze quando se encontram num processo de alargamento», bem como «autoriza um mais fácil aprofundamento do processo de integração» entre os diferentes estados-membros.

• José Casanova

# Vietname

## No caminho do socialismo

**A** luta heróica do heróico povo vietnamita contra o colonialismo francês e contra o imperialismo norte-americano constituiu um dos momentos mais altos da história da luta de libertação dos povos.

Para várias gerações, essa luta permanece hoje como referência maior de coragem, de dignidade, de determinação, de demonstração concreta da força e dos resultados da resistência e da luta, mesmo face a obstáculos aparentemente intransponíveis. O povo e o Partido Comunista do Vietname mostraram que o colosso imperialista – até então invencível e proclamando a sua invencibilidade como dado adquirido com carácter definitivo – era, afinal, vencível. Dispondo de poderosíssimos recursos bélicos e não hesitando em utilizá-los, recorrendo aos mais bárbaros métodos e práticas, o imperialismo norte-americano quis dar, no Vietname, uma lição de alcance planetário: a da inutilidade da luta dos povos pela sua libertação e independência. Vencida a impertinente resistência vietnamita, acabar-se-iam as veleidades libertadoras de outros povos submetidos ao colonialismo e à opressão imperialista...

Bombardamentos massivos sobre

gono os dados sobre a quantidade e o tipo de bombas lançadas e o número de militares norte-americanos envolvidos na agressão, lhes pediu uma previsão sobre o tempo de duração da guerra, os computadores responderam-lhe que aquela guerra havia terminado há mais de dez anos com a vitória, naturalmente, dos agressores... Obviamente, nos dados considerados pelo Pentágono não figurava a força de um povo determinado a lutar, a sofrer, a morrer pela conquista da independência da sua pátria, pelo direito a decidir o seu próprio destino; nesses dados não figurava, igualmente, o peso e a força do amplo movimento de solidariedade que envolveu milhões de pessoas em todo o mundo e que, nos

próprios Estados Unidos da América, assumiu assinalável e determinante expressão de massas; nesses dados, possivelmente, não figurava, também, o apoio da União Soviética e dos restantes países da comunidade socialista ao povo vietnamita, numa demonstração plena do valor e do significado da solidariedade internacionalista.

atropelando-se na busca desesperada de um lugar nos aviões do regresso desejado; Ho Chi Min, Giap e os milhares de combatentes anónimos cujo exemplo de coragem, de inteligência, de determinação e de criatividade revolucionária constituiu um estímulo à luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo; a confirmação incontestável da importância da luta e da inevitabilidade, mais tarde ou mais cedo, dos seus reflexos positivos.

O Partido Comunista do Vietname foi, desde a sua fundação por Ho Chi Min em 1930, o motor essencial da luta do povo vietnamita pela independência e pelo socialismo. Ele foi a vanguarda da luta revolucionária que conduziria à criação da República Democrática do Vietname, em 1945 e, posteriormente, à derrota do colonialismo francês e do imperialismo norte-americano. Artífice da reunificação do país, coube-lhe a pesada tarefa de criar as condições para dar resposta aos múltiplos, difíceis e complexos problemas que, então, se colocavam à pátria e ao povo vietnamitas.

Em 1975, quando da vitória sobre os Estados Unidos da América, o Vietname era um país devastado e destruído, com uma economia destruída, assolado pela miséria, pela fome, pela doença. Superar esta situação constituía um objectivo cheio de dificuldades – agravadas pela profunda instabilidade existente na região (e cujas consequências mais gravosas recaíam sobre o Vietname) e, mais tarde, pelo desaparecimento da União Soviética. As novas tarefas que se colocavam ao Partido e ao povo vietnamitas, se bem que de tipo diferente das que acabavam de superar com êxito, comportavam dificuldades e desafios de enorme envergadura.

No «Testamento» que escreveu em 1969, pouco tempo antes da sua morte – e que continua a ser, hoje, um referencial para o Partido Comunista do Vietname – Ho Chi Min sublinhava, como preocupação fundamental a ter em conta, o esforço incessante pelo «desenvolvimento da economia e da cultura com

vista à elevação do nível de vida do povo». Nesse texto, de grande beleza e transbordante de confiança no Partido e no Povo, o «Tio Ho» garantia que, depois de «derrotado o imperialismo ianque, nós construiremos o país dez vezes mais belo». E pode dizer-se que, com avanços e recuos, com êxitos e insucessos, com acertos e erros, é nessa perspectiva e com esse objectivo que o Partido e o povo vietnamitas se afirmam e prosseguem o esforço colectivo de assumida edificação do socialismo.

O VI Congresso do PCV, realizado em 1986, definiu um conjunto de linhas de orientação visando o desenvolvimento económico do país e a

superação dos muitos problemas que então se colocavam. O IX Congresso, agora realizado, confirmou, no essencial, essas orientações – apontando a correcção de erros e desvios de percurso entretanto verificados.

A abertura aos investimentos estrangeiros, considerada indispensável na sequência do colapso da URSS e dos países do Leste da Europa, não obstante os evidentes e reais perigos que comporta, tem permitido uma evolução positiva da economia vietnamita. E a verdade é que o esforço de industrialização e modernização do país e o conseqüente crescimento económico são acompanhados a par e passo pelo objectivo de melhorar as condições de vida do povo e são sustentados pela reafirmação constante da orientação socialista do processo em curso e do papel dirigente do Partido cuja base ideológica é o marxismo-leninismo e o pensamento de Ho Chi Min. A preocupação em elevar a consciência política e ideológica dos trabalhadores e, muito particularmente, dos 2,4 milhões de militantes comunistas e dos 4 milhões de membros da União da Juventude Comunista Ho Chi Min está igualmente presente e constitui uma direcção de trabalho de grande relevância (aliás, esta questão, sempre importante, é-o ainda mais num país em que 70% da população tem menos de trinta anos, significando isto que essa esmagadora maioria da população não só não viveu os dias da resistência heróica como nasceu e cresceu num país devastado, cheio de dificuldades e carências).

Quinze anos passados, é inegável que muita coisa mudou para melhor em todo o país e que as perspectivas de prosseguimento e acentuação dessa mudança positiva são uma realidade visível. E este é um dado incontornável e de extraordinária importância.

Olhar para a experiência vietnamita tendo em conta, por um lado, a realidade concreta do Vietname, a sua história, a sua evolução e, por outro lado, o novo contexto internacional existente, a nova ordem mundial dominante é condição indispensável para a compreensão da situação actual naquele país. Se assim fizermos, constataremos a justeza e a actualidade da análise produzida pelo XIV Congresso do PCP sobre esta matéria, não só em relação ao Vietname mas também em relação a outros países em que, segundo orientações e métodos diferenciados, os partidos comunistas no poder se afirmam determinados em defender e prosseguir no caminho do socialismo, com as rectificações que a experiência própria e alheia aconselha. Trata-se, como então sublinhámos, de realidades de grande importância e significado. De realidades às quais – independentemente da sua evolução futura e de diferenças em relação à concepção de socialismo e ao projecto de sociedade socialista que o PCP propõe ao povo português – é necessário prestar activa solidariedade, face às crescentes pressões e ingerências do imperialismo visando a sua desestabilização e a restauração do capitalismo.



idades, vilas e aldeias vietnamitas, provocando a morte de centenas de milhar de pessoas; o napalm e os desfolhantes ceifando vidas humanas e transformando em terra morta vastas áreas do país; centenas de milhar de soldados equipados com os mais modernos armamentos, preparados para destruir e matar, convictos de que a vitória era certa; a barbárie elevada a expressões nunca até aí verificadas – revelaram-se, no entanto, incapazes de quebrar e vencer a capacidade resistente e lutadora do povo vietnamita. Quando, a dado momento, o então secretário de Estado norte-americano, Robert MacNamara, depois de fornecer aos computadores do Pentá-

E, assim sendo, não há computador, por mais sofisticado, capaz de responder com acerto.

Na memória das gerações que, em todo o mundo, viveram a guerra do Vietname, dos muitos para os quais a postura indomável do povo vietnamita constituiu uma referência marcante, permanecem, inapagáveis, imagens, momentos, factos, rostos que fizeram história e que constituem, em vários casos, alguns dos nossos amanhãs que já cá cantam: a derrota humilhante assumida pelo todo-poderoso imperialismo norte-americano; os militares do exército mais forte do mundo (que o cardeal Spelman denominava «soldados de Cristo»), vencidos, aterrorizados,



• Zillah  
Branco

# O poder do atraso

Com o título acima foi publicado um «ensaio de sociologia da história lenta» pelo eminente professor José de Souza Martins (Ed. Hucitec, SP, Brasil, 1999) quando assumiu, como titular, a cátedra Simon Bolívar da Universidade de Cambridge. Do que tenho conhecido, é a mais clara análise da persistência dos traços conservadores da oligarquia através dos 500 anos da história brasileira, que hoje ainda estão em plena vigência sob a capa esfarrapada da democracia e da modernização.

Afirma o autor na introdução ao texto: «Na verdade, estamos muito longe de uma sociedade de cidadãos» (...). «Todas as grandes pressões sociais de fortes possibilidades formadoras, após a Segunda Guerra Mundial, no Brasil se diluíram facilmente em projectos e soluções exactamente opostos aos objectivos das lutas sociais.» E explica ainda: «A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder» (pp. 12 e 13).

Para se ter uma ideia da magnitude do poder herdado do início da colónia, o latifúndio de hoje, contra o qual se move o MST realizando a passo e com sacrifício de vidas a reforma agrária, foi delimitado na sequência das divisões familiares das sesmarias, com todo o rol de ocupações e disputas resolvidas à bala e golpes de faca entre as famílias herdeiras, sob as ordens do coronel - título político atribuído pelos governantes de turno para garantir uma «relação de troca de favores políticos por benefícios económicos, não importando em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não uma relação entre os ricos e os pobres», como esclarece o autor à pág. 29.

Esta dominação de um regime oligárquico ao longo da história amarrou a tradição do coronelismo à modernização. A independência nacional foi obra do Imperador Pedro I (Pedro IV de Portugal), a libertação dos escravos foi autorizada pela pachorrenta figura do Imperador Pedro II e assinada pela Princesa Isabel, a instauração da República provocou confrontos para que os latifundiários vestidos de republicanos fossem substituídos por personagens ligadas à nova burguesia sem vínculos com a velha oligarquia militar e proprietária de terras. Subtilmente os fazendeiros escravocratas foram penetrando os sectores industriais e financeiros que os modernizava. «O novo surge sempre de um desdobração do velho», como escreve J. S. Martins, levando a que «as novas classes prontamente se ajustaram aos mecanismos do clientelismo, tanto a burguesia quanto a classe operária», o que «talvez explique a apatia da burguesia brasileira, que nunca se pôs claramente o problema da sua responsabilidade política como classe dominante» (pág. 31).

## O senado da república em crise

Como não poderia deixar de ser, a partir da cultura oligárquica, que pesa no eleitorado nacional, disputando com uma nascente democracia que fomenta a consciência de cidadania, os órgãos de poder

são o reflexo da sociedade brasileira com seus medos, vícios, perversões, mas também espírito de luta e de defesa de uma efectiva modernidade baseada na ética. O Senado é um exemplo desta luta que já dura cinco séculos, acobertada pela obrigatória finura no trato das «vossas excelências».

Ali foi instalado um complicado sistema informático que permite a votação secreta apontada num painel electrónico. Acreditando na última palavra da tecnologia, os senadores confiaram naquele aparato com a mesma fé que depositam na obra divina.

Um belo dia alguém lembrou que os racker não existem só para invadir o Pentágono e jogar vírus no sistema informático mundial e o líder do governo - senador Arruda - foi pedir a benção ao então presidente do Senado - senador António Carlos Magalhães - para investigar se haveria a possibilidade de invadir o painel e registar os votos voltando novamente a reinstalar o sistema de (pretensa) segurança para que ninguém desconfiasse. Esta foi a historinha contada, com ingenuidade angelical, pelos dois maiores responsáveis pelo Senado e pela segurança do painel: a velha raposa representante da oligarquia e o aprendiz da burguesia neoliberal.

Disseram então que, «para surpresa de ambos», ao ser consultada a directora da empresa responsável pelo painel (e funcionária do Senado), por excesso de zelo esta apressou-se em defraudar o equipamento e entregar a lista sigilosa de votos ao líder do governo. Este, zeloso também, levou o produto da fraude, a lista, ao presidente do Senado pedindo que ele tranquilizasse a funcionária acusando o recebimento, o que foi feito por telefone com o acréscimo paternal de uma frase atenciosa de que «não fique nervosa porque a culpa não é sua». Os três «responsáveis» guardaram para si o segredo, assim como os técnicos que se prestaram como inocentes úteis à execução da violação do painel. Assim reza a historinha contada depois que outro episódio os obrigou a falar verdades, meias que sejam, perante a Comissão de Ética do Senado.

Briga vai, briga vem, como de hábito nas hostes governamentais, o velho oligarca senador vazou a informação de que conhecia o voto de uma senadora da oposição. Usou a velha matreirice do «dizem que ela não votou pela cassação» de um senador reconhecidamente mentiroso e ladrão que foi afastado do Senado exactamente naquele dia em que foi devassado o painel de votação. Um corajoso promotor público, enfrentando os seus colegas, levou uma gravação da conversa a público.

Para resumir, uma investigação feita por peritos da Universidade provou que o velho senador disse mesmo que conhecia a tal lista do painel violado e que o aparelho não mantivera o programa de seguran-



ça no dia da cassação mencionado. A imprensa pergunta, pressiona, os partidos ficam entalados no escuro, a oposição exige esclarecimentos e forma-se uma Comissão de Ética.

Em todas as declarações, tanto o senador oligarca como o aprendiz neoliberal, líder do governo, negam conhecer qualquer lista e terem sequer falado com a funcionária responsável pelo painel comprovadamente violado. Despejam a sua retórica costumeira em defesa da «honra», etc. Ela, desesperada, resolve contar tudo sob juramento. O Senado e todos os brasileiros ouviram estatelados a história rocambolesca em que eram relatados encontros com os dois senadores, autorizações, agradecimentos e até um pedido para que se mantivesse calada «mesmo sob tortura». E continuam as sessões, transmitidas para todo o país, desenrolando uma história que faria inveja a Simenon e Agatha Christie.

O senador aprendiz, desmascarado e despedido pelo presidente da sua função de líder, vai à tribuna e confessa, faz beicinho, pede algumas desculpas. Ao sair, diante da imprensa, retoma o ar de elite arrogante. Os senadores mais ingénuos, ou mais puros, esperavam que ele renunciaria ao reconhecer que desrespeitara o Senado, os colegas, o governo, o povo, dando o pior exemplo a uma juventude que se pretende salvar com «educação» (cabe perguntar, qual?). Mas ele lavou a consciência com as suas próprias lágrimas e está aliviado, disposto a prosseguir a carreira.

O velho oligarca, com 50 anos de mandonismo, reconhece pequenas falhas que terá cometido «a bem da integridade do Senado», nega ter sido o mentor do crime e diz que rasgou a lista e poupou a funcionária que tem qualidades e estava doente. Pensa que, mais uma vez, saiu por cima da rapadura sem mácula. O povo não acredi-

ta em nada do que disse, mas não pode votar pela ética.

## Os que representam o povo

As questões e acusações feitas pelos senadores responsáveis pela apuração do crime e da preservação da credibilidade institucional reflectem as dos eleitores, maioritariamente ofendidos e indignados. Tudo indica que caminham para a cassação dos dois mandatos, basicamente por terem, os acusados, mentido reiteradas vezes, ocultado a prova da falta de segurança do painel, traído a confiança dos colegas, dos respectivos partidos, do Governo e do povo, enfim, cometido um crime que lesou a pátria.

Os senadores que revelam ter uma real consciência de cidadania e noção pessoal de dignidade, são taxativos na condenação. Outros, com o pretexto do respeito pelo sofrimento dos colegas relapsos, tendem a admoestações brandas. Outros ainda permanecem com ar de dúvida sem saber se tal lixiviação ética não vai sobrar para muitos mais.

Neste impasse vemos uma síntese da história de um país colonizado onde se instaurou uma cultura de subordinação à elite, e que está nas mãos de uma oposição aguerrida mas minoritária para poder conquistar para o país a real independência, a qual só existirá quando houver a consciência de cidadãos como o conceito mais alto imposto deste a base popular até os órgãos de governo. Sem esse desfecho, que afirmaria a dignidade do país e abriria o caminho para o verdadeiro desenvolvimento nacional, todas as medidas para modernizar as instituições, aperfeiçoar o sistema judiciário, apetrechar a segurança pública, e acreditar no milagre da educação, passam a letra morta, puro folclore.

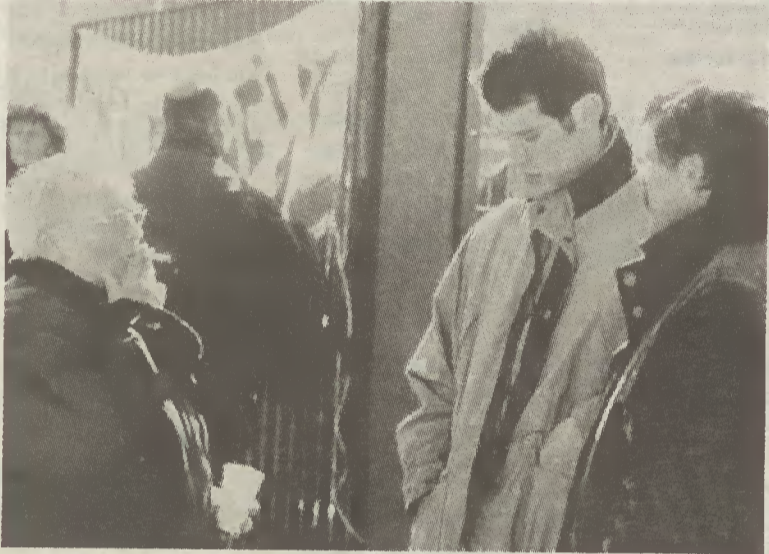
## Cinema

• Rogério Feitor

Um filme que resiste aos grupos de distribuição portugueses, indirecta ou directamente relacionados com o grande capital norte-americano, mesmo os que se dizem independentes. Um filme que, devido à sua coragem e honestidade pedagógica, apenas passa numa sala lisboeta. Um filme que todos devem ver: **Recursos Humanos**, primeira longa metragem de **Laurent Cantel**.

### Educação

Uma pequena sinopse do filme, para começar: «**Recursos Humanos**» trata o assunto de um jovem recém-licenciado que vai fazer o estágio para a mesma



empresa que desde sempre empregou o seu bairro, incluindo o seu pai operário. Depois de uma falsa partida, eis que ele retoma o rumo certo, colocando-se ao lado dos trabalhadores contra uma falsa modernização geradora de despedimentos colectivos e um aproveitamento imoral da semana de 35 horas para exploração dos direitos dos trabalhadores. Apesar de um fim com um conteúdo um tanto vago, o filme é uma severa e justa lição sobre o capitalismo, estereotipando as personagens somente o necessário, de modo a que ninguém se distraia da verdadeira matéria do filme: a luta das classes, algo que os historiadores burgueses sempre tentaram apagar da memória colectiva. Perdoem-me por momentos a intromissão pessoal, mas o caminho trilhado pelo personagem principal é em alguns aspectos tão idêntico ao meu e/ou dos meus colegas que algumas generalizações são necessárias, se não mesmo obrigatórias. Como recém-licenciado, também eu vivi momentos de euforia com o meu primeiro estágio, apesar de consciente da exploração sofrida nestes casos. Rapidamente observei os métodos dos quadros e observei as consequências resultantes da sua gestão com a existência sofrida dos trabalhadores. Notando essa exploração, cedo me lembrei dos ensinamentos sofridos na faculdade, onde nos ensinam uma procura incessante de lucros cada vez maiores e métodos de rentabilização da

## Aos recém-licenciados

# Um filme solitário

produção, através da sobrecarga de funções e desagregamento da classe operária. Vi como, através de uma política estatal apenas preocupada com a redução de custos na Educação, como se esta fosse mais uma empresa, a minha faculdade aposta principalmente em programas de distração colectiva, deixando de lado toda a sua função principal: a formação de quadros superiores preparados para uma gestão onde eficácia apareça indissociavelmente ligada a humanidade, quadros que tenham como principal preocupação uma harmonia social e económica, motor de todo o desenvolvimento humano. E não foi isso que eu vi quando estudei, e não foi isso que eu vi quando comecei a trabalhar, e foi isso que eu vi quando assisti a este filme corajoso.

### Uma classe envergonhada

Mas não é só este aspecto último o mais importante no filme: os pais envergonhados da sua classe operária, os pais impotentes perante as decisões terríveis dos patrões, os pais orgulhosos de os seus filhos pertencerem agora à classe dominante são constituintes de um assunto sobre o qual vale a pena reflectir. Se antes de uma maneira mais brutal, toda a suposta vergonha de uma classe operária é agora exibida de uma maneira mais subtil mas, e por isso mesmo, mais perigosa. Seja através do «**Big Brother**» seja através de outros programas semelhantes, a exaltação de valores primários e contrários ao devido progresso humano são impostos em grande quantidade. Não é preciso estar muito atento para observar à nossa volta anúncios publicitários que reclamam segurança, conforto, despreocupação para todos aqueles que conseguem pagar todas estas propriedades. O dinheiro como móbil de tudo. Assim, e através de uma educação economicamente controlada pelos mais poderosos, a esta classe não é permitida outra situação do que a passagem sacrificada e esforçada de um dos seus descendentes para a classe dominante. Sempre foi assim e sempre será. Engano! Não há que ter vergonha, não há que ter preconceitos, não há que baixar a cabeça perante o capital: a obrigação é a de lutar pelos direitos dos trabalhadores, para que a tal harmonia social e económica seja atingida. E para que se deixe de ouvir um pai a dizer ao filho para desistir de lutar, para renegar toda a sua condição inicial, para obedecer aos parâmetros pré-definidos pelos poderosos da sociedade. Isto é que é uma vergonha! Ou, como Brecht uma vez disse: «*Quem pois ousa dizer nunca? De quem depende que a opressão prossiga? De nós. De quem depende que ela acabe? Também de nós.*» Ou como um filme honesto nos ajuda a levantar todas estas dúvidas que nos conduzem a um efectivo progresso intelectual e humano.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Histórias

#### Bombons

No dia em que Dora fez anos José ofereceu-lhe uma caixa de bombons. Viu-a hesitante e disse: – Olha que foram caros...

– Eu sei, José, eu sei – disse ela. E pousou a caixinha nos joelhos em silêncio.

Casam-se esta manhã e foram felizes para sempre.

#### Azul

Meu pai tinha os olhos azuis. Na família, ninguém alguma vez tivera olhos azuis.

Um azul de brincar.

Não posso dizer que era um azul como isto ou como aquilo o céu, o mar... Não adianta explicar.

Quando uma ave passa rente aos meus olhos digo: É azul como o olhar do meu pai.

O que eu quis dizer nestes versos também tem um azul parecido.

#### Coisas sérias

Quando eu não fui às ilhas Seychelles recusei-me a montar a velha tartaruga.

Um poeta não deve fazer certas coisas sob pena secreta de nunca mais em sua mão vir a pousar um verso.

O poeta é o guardião do Universo.

#### Clandestinidade

Era no tempo em que o camarada do Comité Central (pseudónimo Pedro) foi pernoitar em Jope na casa de Simão o curtidor à beira-mar.

Entre eles tudo era de todos. Ninguém dizia: «É meu.» Cada qual recebia segundo o que precisava.

Assim se realizava a Utopia. Quem quisesse saber o resto, leia os «Actos dos Apóstolos». Bom, aquela do Comité Central é minha. Não me levem a mal.

Tudo o mais é igual.

## Cartoon

• Monginho

O CONGRESSO DO PS  
FOI ... TALVEZ ... COMO DIZER ...  
... POIS ... PESSOALMENTE  
PENSO QUE ... É ... SABE QUE ...  
... BEM ... É ISSO MAS ...  
NO FUNDO PODEMOS DIZER QUE ...

INDISCRITIVEL  
NÃO É ?!



mi-

## Arquitectura

• Manuel Augusto Araújo

Na edição de Outubro da revista «Arquitectura e Vida», o editorial de Rui Barreiros Duarte, intitulado «A actualidade de Vitruvius», centrava-se no incontrolável acréscimo de custos da Casa da Música, que deveria ter sido a obra emblemática do Porto 2001. Referia o editorialista que a obra ainda não tem data prevista para a sua conclusão e poderia ter acrescentado a extraordinária particularidade de se prever contemplar o autor do projecto, Rem Koolhaas, com um prémio adicional de cerca de 200 mil contos, a adicionar aos honorários contratualizados, se cumprir a calendarização da entrega dos projectos. Isto é tão espantoso que convém ser sublinhado para que a estupefacção não bloqueie o facto de se estar a premiar o que não é premiável e que decorre naturalmente do percurso de um projecto. Pelo mesmo critério, quem cumpra o horário de trabalho estabelecido no seu contrato de trabalho teria direito a

## Actualidade de Vitruvius no país da maravilhosa impunidade

ra, e apenas restariam pessoas hábeis que daí fizessem profissão; os particulares não se arruinariam em despesas excessivas, como acontece, e o receio de pena introduzida pela lei levaria os arquitectos a não dissimularem a despesa que eles previam ser necessária; por este meio era possível fazerem-se construções pelo preço que seria proposto, ou pelo menos aproximadamente ao previsto.»

Ora bem, depois de 2100 anos – e mais três semanas sobre o editorial de «Arquitectura e Vida», que relembra com grande oportunidade este texto de Vitruvius – a imprensa publicava um levantamento do estado das obras e dos custos dos estádios de futebol para o Euro 2004.

Nenhum cumpria os custos estimados e que serviram de base para o protocolo que as diversas entidades subscreveram com o Estado português. A correcção das estimativas, só um dos estádios está em obra, atirava para valores que ultrapassam em mais

de 50% os valores inicialmente previstos. Vários subterfúgios são ensaiados, separando os custos dos estádios e das acessibilidades, para justificar o disparo. O primeiro disparo, lá mais para a frente os tiros serão corrigidos sempre para cima e em nome dos grandes desígnios nacionais.

A impunidade é tal que todos esperamos o que acaba por acontecer, seja nestas grandes obras seja em obras de mais pequena dimensão, onde os mesmos não-princípios repetidamente acontecem, seja por incompetência dos projectistas que fazem projectos de execução inadequados, o que na obra se reflecte num contínuo fazer e desfazer, atirando a obra para valores muito superiores ao orçamentado, seja por omitirem custos na estimativa de custos das obras para que estas arranquem num quadro orçamental possível e depois logo se verá.

E isto é feito com grande impunidade por (quase) todos e por ateliers de arquitectura de profissionais, supostamente acima da média.

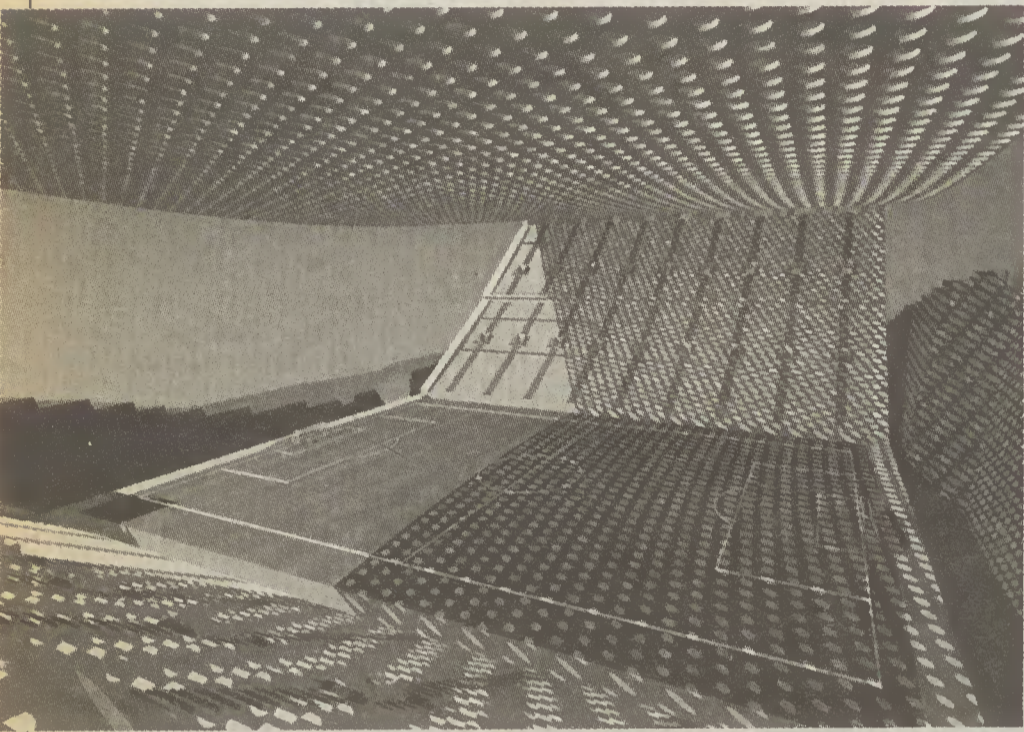
A lição de Vitruvius devia fazer reflectir e ser actualizada, para sanear este clima de falso profissionalismo de muito «boa» gente, a gozar da impunidade dos amiguismos, e do conformismo de (quase) todos nós.

um prémio de 25% dos seus honorários, ou quem cumpra a velocidade máxima numa auto-estrada teria o direito a receber o valor de uma multa por excesso de velocidade acrescida de um bónus de 25%, etc., etc.

A lição de Vitruvius citada, foi escrita 100 a.C.:

«Conta-se que em Éfeso, uma das maiores e mais célebres cidades da Grécia, havia antigamente uma lei muito severa, mas muito justa, pela qual os arquitectos que empreendiam uma obra pública eram obrigados a declarar aquilo que deveria custar, de a fazer pelo preço que tinham declarado, e daí aplicar todos os seus bens. Quando a obra estivesse concluída eles seriam recompensados e honrados publicamente, se a despesa fosse tal como eles tinham previsto pelo trabalho, se ela apenas excedesse até um quarto daquilo que estava previsto pelo trabalho, a demasia era suportada pelos dinheiros públicos; mas quando ela passasse o quarto, o excedente seria reposto pelos próprios arquitectos.

«Seria desejável que os romanos fizessem um regulamento semelhante para as construções, tanto públicas como particulares, isso impediria que uma infinidade de ignorantes se misturassem impunemente na arquitectu-



## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 – Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; fazer engordar; o melhor de qualquer grupo ou série. 2 – Grande quantidade; resplandecer. 3 – Pôr em circulação; reduza a pó; a ti. 4 – Condimento indiano em pó, para tempero da comida; espaço de 24 horas; mesquinho. 5 – A tua pessoa; lugar por onde se entra num navio, ou por onde se tira ou recebe carga; a mim. 6 – Grande massa e extensão de água salgada; declamo. 7 – Deuses protectores do lar e da família, entre os antigos Romanos; voz de algumas aves, especialmente a do mocho. 8 – Dez vezes dez; combro; observei. 9 – Camareiras; centro; apetite sexual dos animais em determinados períodos. 10 – Espécie de albufeira; embrulho com forma cilíndrica; forma internacional de vóltio. 11 – Contr. da prep. de com o art. def. o; um milhar; a si mesmo. 12 – Altar cristão; planta herbácea da família das umbelíferas; dinheiro (fig.). 13 – Mistura de terra e água; apelido; resumido.

**VERTICAIS:** 1 – Ternura; corrente abundante de água. 2 – Nocivo; preceito ou norma de direito moral; além disso. 3 – Sorrir; sugar (o leite) da mãe ou da ama; amercio (s.v.). 4 – Fixar preço de; anuência. 5 – Que é de bronze; monarca; criada de quarto. 6 – O espaço aéreo; título honorífico; coloração da face; a parte mais larga da enxada. 8 – Libertar do cativo; pagando o resgate; trocista. 9 – Notícia anónima que corre publicamente; massa informe. 10 – Época; qualquer instrumento de ataque ou defesa; filho de burro e égua ou de cavalo e burra. 11 – Sétima nota musical; gavinha; batráquio anfíbio aquático, anuro, da família dos ranídeos; virtude. 12 – Tribo formada por um grupo de famílias de origem comum; poeira; basta! (interj.). 13 – Interj. designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; bismuto (s.v.); esfregar com as unhas a parte do corpo onde se sente comichão. 14 – Coisa de difícil compreensão (fam.); curral de ovelhas; medida itinerária chinesa. 15 – Desprezível; letra do alfabeto grego, correspondente ao i.

– Boatos; mole. 10 – Fra. arma; mu. 11 – Sit. clo; rat; berm. 12 – Cla; pó; tá. 13 – Oh; Brg; cogar. 14 – Latim; ovil; fi. 15 – Reles; tola.

**SOLUÇÃO:** 1 – Aht; cevart; escol. 2 – Rort; rebullhar. 3 – Emittit; moart; te. 4 – Carilh; dia; vil. 5 – Il; fut; portado; me. 6 – Mart; oro. 7 – Lares; pio. 8 – Cem; cema- ro; vi. 9 – Alas; focos; cio. 10 – Rar; roto; vola. 11 – Dor; mil; se. 12 – Ar; alpo; metal. 13 – Interj. designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; bismuto (s.v.); esfregar com as unhas a parte do corpo onde se sente comichão.

**SOLUÇÃO:** 1 – Aht; cevart; escol. 2 – Rort; rebullhar. 3 – Emittit; moart; te. 4 – Carilh; dia; vil. 5 – Il; fut; portado; me. 6 – Mart; oro. 7 – Lares; pio. 8 – Cem; cema- ro; vi. 9 – Alas; focos; cio. 10 – Rar; roto; vola. 11 – Dor; mil; se. 12 – Ar; alpo; metal. 13 – Interj. designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; bismuto (s.v.); esfregar com as unhas a parte do corpo onde se sente comichão.

## Pontos Cardeais

### Berlusconi

Segundo as sondagens, Silvio Berlusconi está em vias de regressar ao poder em Itália através das próximas eleições gerais, voltando a ocupar o cargo de primeiro-ministro que desempenhou durante sete meses em 1994. Para quem não se lembre, esse curto consulado do magnata Berlusconi à frente dos destinos da República italiana saldou-se por uma enxurrada de corrupções, ilegalidades e toda a espécie de burlas, ao ponto de ter ficado com uma montanha de processos judiciais em cima que se têm arrastado ao longo destes anos através das manobras dilatórias do seu exército de advogados. Os processos contêm acusações tão graves que, em caso de condenação, o metem directamente na cadeia. A sua fortuna - hoje colossal e que já fez dele o mais rico homem de Itália - foi exponencialmente alargada durante o período em que foi chefe de Governo, falando-se abertamente das suas ligações à Mafia italiana. Domina, entretanto, 75% dos órgãos de comunicação social em Itália (o que inclui três canais de televisão) através de um vasto império de comunicação.

A sua passagem pelo governo da Itália fez-se em aliança com os partidos de extrema-direita e abertamente fascistas. As promessas que agora apresenta ao eleitorado são exactamente as mesmas que fez há sete anos e que não cumpriu, onde avulta «a garantia» de que irá criar «um milhão de novos postos de trabalho».

Pois é este aventureiro, criminoso configurado e defensor declarado do poder autocrático, que, segundo as sondagens, o povo italiano se prepara para fazer regressar ao poder, graças à gigantesca manipulação demagógica

que a propriedade dos órgãos de informação lhe permite.

Para onde vai a Itália?

### Ciclos...

O novo «ciclo» do PS saído do seu Congresso do passado fim-de-semana já foi baptizado nos jornais como «o ciclo do beijo», isto porque António Guterres, ao jeito dos demagogos de todos os matizes, não só decidiu beijar ostensivamente a sua mulher em público como não fosse os jornalistas e as câmaras de televisão estarem distraídos - encarregou os seus assessores de avisar os órgãos de comunicação social para o solene entremez.

Por amor de Deus, senhor Primeiro-Ministro...

### ... e ciclos

Entretanto, neste novo ciclo o primeiro-ministro António Guterres já fez saber que não pretende fazer qualquer remodelação governamental, tendo mesmo obtido o apoio «inequívoco» (por que será que os apoios ao poder são sempre «inequívocos»?) de todo o Congresso não apenas à política que tem seguido como à equipa governamental que lidera.

Isto até à remodelação que se segue, mais uma vez em flagrante contradição com as afirmações agora proferidas...

### Classes

Entrevistado pelo *Diário de Notícias*, o jornalista argentino Horacio Verbitsky afirmou que «a classe dominante na Argentina é parasitária e vive tradicionalmente de rendas, sem qualquer impulso produtivo».

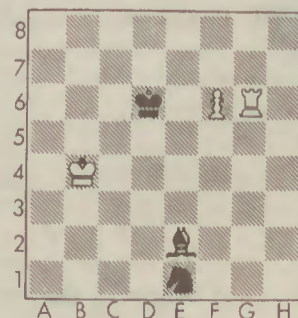
Se fosse só na Argentina que as classes dominantes são assim...

## Xadrez

DCCXCIX - 10 DE MAIO DE 2001  
PROPOSIÇÃO N.º 2001X17

Por: O. Weinberger  
5. Menção Honrosa - «Memorial Y. Zhabinsky», 1950

Pr.: [3]: C61 - B62 - Rd6  
Br.: [3]: Pf6 - Tg6 - Rb4



\*\*\*

SOLUÇÃO [N.º 2001X17 / O.W.]

1. f7+, R67; 2. T66+, Rf8; 3. T68, Rf7; 4. T62, Cd3+; 5. R64, Cf4; 6. Tf2 e g.

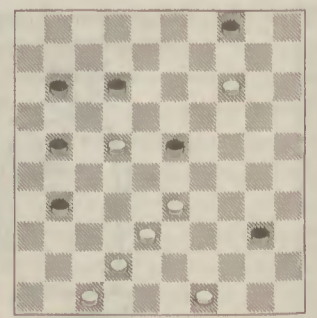
A. de M. M.

## Damas

DCCXCIX - 10 DE MAIO DE 2001  
PROPOSIÇÃO N.º 2001D17

Por: P. ten Brink  
«Damminiaturen», 1977

Pr.: [7]: 4-11-12-21-23-31-40  
Br.: [7]: 14-22-33-38-42-47-49



\*\*\*

SOLUÇÃO [N.º 2001D17 / P. ten B.]

1. 49-44, (40-29=1); 2. 33-29, (40x33); 3. 42-37, (31x42); 4. 47x27 e g.

A. de M. M.

## Debate sobre a Zona Oriental de Lisboa

Promovido pela Direcção da Organização da Zona Oriental de Lisboa, vai realizar-se no próximo sábado, a partir das 14h00, no Colégio D. Maria Pia (à Rua da Madreus), em Lisboa, um debate subordinado ao tema «Zona Oriental em debate II», com a participação de militantes e dirigentes do PCP e, ainda, da vereadora, da CML, Rita Magrinho. Este debate insere-se no ciclo de debates «Poder Local 2001» e pretende discutir as linhas estratégicas de desenvolvimento desta zona da cidade, designadamente as questões de integração das populações já realojadas, a recuperação das zonas históricas degradadas, os problemas resultantes do encerramento das grandes indústrias da Zona Oriental e os impactos urbanísticos das novas infra-estruturas viárias.

### Reuniões e Assembleias

#### Aveiro

– Sábado, 12 de Maio, às 14h30, no CT de Aveiro, reunião da DORAV, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Situação social e política - actividade do Partido/intervenção junto dos trabalhadores; Eleições Autárquicas. Tem a participação de Arminho Miranda, da Comissão Política.

#### Lisboa

– Sábado, 12 de Maio, às 10h30, no CT Vitória, VI Assembleia da Organização do Sector Público da ORL, com a participação de Rosa Rabiais, da Comissão Política.

– Sexta-feira, 18 de Maio, às 21h00, no CT da Ajuda (R. das Mercês, 112), plenário de militantes da freguesia de S. Francisco Xavier para discutir as próximas eleições autárquicas.

#### Odivelas

– Sábado, 12 de Maio, às 15h00, sessão pública para reabertura do Centro de Trabalho de Caneças e entrega de novos cartões, no novo Centro de Trabalho, com a participação de Francisco Pereira.

#### Sintra

– Sábado, 12 de Maio, às 13h00, no CT de Rio de Mouro, almoço de convívio promovido pelo organismo das empresas do concelho de Sintra. A ementa consta de entradas, ensopado de borrego, vinho, pão e café, pelo preço de 1.500\$00. As inscrições deverão ser feitas através do telefone 219142336 ou do telemóvel 919633201 (Custódio).

#### Seixal

– Domingo, 13 de Maio, promovida pela Comissão de freguesia de Fernão Ferro, reunião para entrega de novos cartões e discussão das eleições autárquicas. Ponto de encontro às 9h30, ao pé da Junta de Freguesia de Fernão Ferro.

– Também no domingo, dia 13, às 13h00, promovido pela Comissão Local de Pinhal de Frades, um almoço/convívio no Centro de Solidariedade Social de Pinhal de Frades, com entrega dos novos cartões de militante.

#### Porto

– Sábado, 12 de Maio, às 15h00, reunião de militantes do concelho da Maia, no Fórum da Maia, com a participação de Jorge Sarabando, do Comité Central.

### Outras iniciativas

#### Braga

O deputado Agostinho Lopes encontra-se

– Hoje, 10 de Maio, às 10h00, com a Associação Comercial e Industrial de Barcelos.

– Sexta-feira, dia 11, às 10h00, com a Associação Comercial e Industrial de Braga e, às 11h30, com o Director do Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão 2, Delães, visitando, à tarde, para inteirar-se sobre questões ambientais, a freguesia de Lordelo, no concelho de Guimarães, e o concelho de Vizela. Estará, ainda, às 16h00, junto à velha ponte na freguesia de St.º Adrião e manterá, às 17h00, um encontro com autarcas de Freguesia de S. João, na sede da Junta.

– Sábado, 12 de Maio, participa em iniciativas sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Ave, reunindo às 10h30, com a Junta de Freguesia de Gondomar, visitando às 14h00 as instalações das Termas das Caldas das Taipas e encontrando-se às 15h00, no Salão Nobre dos Bombeiros «Taipas» com os presidentes das Juntas de Freguesia da zona das Taipas.

– Domingo, 13 de Maio, às 10h30, participa num debate sobre o Plano Hidrológico do Ave, na Sede da Junta de Freguesia de Riba d'Ave.

#### Évora

Para contactos com responsáveis autárquicos e ainda com os produtores de tapetes de Arraiolos, o deputado Lino de Carvalho visita o concelho de Arraiolos no dia 11 de Maio, reunindo, às 15h00 com a Câmara Municipal de Arraiolos e às 15h30 com a Associação de Produtores de Tapetes de Arraiolos, terminando a visita com uma conferência de imprensa, às 17h00, na Câmara Municipal.

#### Porto

A deputada ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, acompanhada de uma delegação da Direcção Sub-Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega do PCP, reúne amanhã, 11 de Maio, com a Associação de Municípios do Vale do Sousa (com sede em Lousada) para uma troca de impressões sobre preocupações relativas ao desenvolvimento económico e social destes concelhos, encontrando-se às 12h00, junto à sede da AMVS, com a comunicação social, para dar conta das conclusões da reunião.

### Excursões a Baleizão de homenagem a Catarina Eufémia

– promovida pela Comissão de Freguesia de Amora do PCP  
(Custo: 2.200\$00. Inscrições no CT de Amora)

– promovida pela Comissão de Freguesia da Ajuda  
(Inscrições: CT da Ajuda, tel. 213645566, CT Vitória, CT Alcântara)



## CDU apresenta candidatos

### ODEMIRA

Apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal  
Dia 10, às 18h30, no restaurante «O Tarro»  
(junto às bombas da Shell), com a participação de  
Carlos Carvalhas

### GRÂNDOLA

Jantar de apresentação dos cabeças de lista da CDU  
à Câmara e Assembleia Municipal  
Dia 10, às 20h30, no restaurante «A Coutada», com a participação de  
Carlos Carvalhas

### CALDAS DA RAINHA

Apresentação das candidaturas CDU  
à Câmara e Assembleia Municipal  
Dia 12, às 16h, no Pópulus Bar, Esplanada  
do Parque.

### VILA NOVA DE GAIA

Apresentação dos primeiros candidatos  
da CDU  
à Câmara e Assembleia Municipal  
Dia 12, às 11h, no Hotel Holiday Inn  
(Av. da República).

### VILA REAL

DE SANTO ANTÓNIO  
Apresentação da candidatura de Mário  
Augusto Dias de Sousa  
à presidência da Câmara Municipal.  
Dia 10, às 19h, no salão do Hotel Guadiana.

### VENDA NOVA/Amadora

Apresentação do candidato da CDU  
à presidência da Junta de Freguesia  
Dia 12, às 16h, no Lg. António Feliciano  
de Castilho (Venda Nova).

### AVEIRO

O projecto autárquico da CDU  
- debate com a participação de Jorge  
Cordeiro,  
sexta-feira, 11, às 21h30, no Salão da Junta  
de Freguesia de Vera Cruz.

### LOURES

Sessões-debate CDU em Centros de Dia  
da Terceira Idade do concelho:  
De Sacavém – dia 10, às 14h30, com Carlos Luz,  
de S. João da Talha – dia 11, às 14h30, com  
Mário Rui Pina;  
de Santo Antão do Tojal – dia 14, às 14h30,  
com Anabela Feliciano  
de Santa Iria de Azóia – dia 15, às 14h30,  
com Mário Rui Pina;  
de Santo António dos Cavaleiros – dia 17,  
às 14h30.

### MONTARGIL

Almoço-convívio de apoio à CDU:  
domingo, dia 13, às 13h na Casa do Povo.

### ODIVELAS

Encontro CDU da Pontinha: sexta-feira,  
11, às 21h, na Esc. do Bairro Falcão.  
Jornadas Autárquicas da CDU na  
Pontinha: sábado, 12. Com banca e contactos  
com a população na vila, às 10h; visita à Serra

da Luz e contactos com a sua população,  
às 15h; à Urmeira, às 16h30.

### OEIRAS

Porto Salvo – «CDU presta contas»: dia  
12, na Soc. Instrução Musical de Porto Salvo  
(SIMPS), com a participação de Arnaldo  
Pereira, Joaquim Cotas e eleitos CDU na  
Assembleia de Freguesia e Executivo da JF.

### SETÚBAL

Jantar de apoio de comerciantes à  
candidatura CDU, com a participação de  
Carlos de Sousa e Odete Santos,  
candidatos à CM e AM de Setúbal: sábado, 12,  
às 20h, no restaurante «Solar do Lago».

### SINTRA

Debate sobre urbanismo e ordenamento  
do território  
com a participação de Armando Esteves, Filipe  
Diniz, Jorge Rebeca, José Baptista Alves e  
Lino Paulo.  
No Salão da Junta de Freguesia de Agualva-  
-Cacém, sexta-feira, dia 11, às 21h30.

### TORRES VEDRAS

Visita CDU a zonas da cidade: a partir  
das 9h30.  
Às 16h, reunião da Juventude CDU  
no Centro de Trabalho do PCP.



– Hoje, 10 de Maio, às 21h30, no bar da Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro, «conversas de café» sobre «Educação vs mercado de trabalho», com a participação de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política.

– Sábado, 12 de Maio, às 15h30, no Auditório Municipal de Marco de Canavezes, debate subordinado ao tema «Contra a Pena de Morte», com a participação de Inês Zuber, da Direcção Nacional da JCP, e do Padre Nuno Higino.

### Férias em Palma de Maiorca

com viagem à volta da Ilha  
8 dias – 17 a 24 de Julho. Pensão completa.  
Promovido pela  
Comissão Concelhia de Almada do PCP  
onde estão abertas inscrições  
(Cam. Artur Cabrita,  
tel. 212752777)

### Férias em Ibiza

com viagem à volta da Ilha  
8 dias – 17 a 24 de Julho. Pensão completa.  
Promovido pela  
Comissão de Freguesia da Penha de França  
do PCP  
Inscrições (Cam. Ivone Lima,  
tel. 218138119)

## ATVer

Ana Karenina é mais um dos (bons) filmes que contribuiu para a construção do mito Greta Garbo

### A Promessa

(Quinta-feira, 10 de Maio, RTP-2)

Co-produção europeia realizada em 1996 pelos irmãos **Luc e Jean-Pierre Dardenne** retrata o drama que campeia pela rica Comunidade Europeia, incluindo no nosso país: o da exploração criminoso e repugnante dos emigrantes clandestinos ou indocumentados. Sem retóricas ou rodriguinhos e recorrendo a um elenco quase todo amador (baixo orçamento oblige...), **A Promessa** mostra a crua realidade dos clandestinos na Europa através da tomada de consciência do filho de 15 anos de um engajador sem escrúpulos que, ao procurar cumprir a promessa de tomar conta da mulher e do filho de um africano que morreu a seus pés num acidente de trabalho, entra em rota de colisão com o pai e todo o mundo sórdido do engajamento de clandestinos.

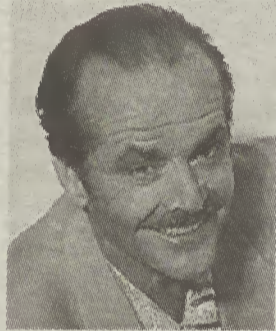
### As Bruxas de Eastwick

(Sexta-feira, 11 de Maio, RTP-1)

**As Bruxas de Eastwick** é, fundamentalmente, uma comédia feita à medida dos quatro principais protagonistas: **Jack Nicholson**, no papel de um literal «diabo em figura de gente» e três atrizes igualmente de peso: a ruiva **Susan Sarandon**, a morena **Cher** e a loira **Michelle Pfeifer**. Neste caso, a especificação da cor do cabelo das atrizes faz sentido, dado que a história apresenta, como num cardápio, um conjunto de três belas e solitárias mulheres que convocam o diabo para encontrarem o amor e obtêm, como retorno, o próprio Lucifer na forma de um irresistível sedutor (papel que assenta como uma luva em Nicholson, com aquele seu ar de perverso a tempo inteiro). As peripécias dão para uns sorrisos, a moral da história desemboca no inevitável «não se brinca com o diabo...», a realização é competente, mas o filme vale mesmo a pena é pela qualidade das interpretações dos supracitados. O talento tem destas coisas - até torna atraente uma história manhosa.



*suspense* de encher as medidas, onde um inquilino inteligente e de falinhas mansas (**Michael Keaton**, soberbo no papel da inquietante personagem) quase leva à loucura um jovem casal em dificuldades económicas (**Melanie Griffith** e **Matthew Modine**) que lhe aluga um quarto da sua mansão. O duelo final é entre a jovem e o sinistro psicopata, que acaba vencido vítima dos mesmos ardis com que perseguiu as suas vítimas. É um filme de **John Schlesinger**, o que já diz bastante.



**As Bruxas de Eastwick** é uma comédia à medida dos seus actores: **Jack Nicholson**, no papel de Diabo em figura de gente a seduzir três solitárias de peso: **Susan Sarandon**, **Cher** e **Michelle Pfeifer**. Nem mais!

### Ana Karenina

(Sexta-feira, 11 de Maio, RTP-2)

Eis outro filme emblemático de **Greta Garbo**, agora dando corpo à trágica personagem de Leon Tolstoi no romance do mesmo nome. A produção tem a marca de **David O. Selznick**, o que significa que a sumptuosidade dos adereços e *décor*s e os efeitos melodramáticos têm a primazia sobre a sutileza e profundidade do drama erguido por Tolstoi glosando a condição feminina na Rússia czarista e medieval do século XIX, através da história de uma mulher que se apaixona perdidamente por um homem que acaba a levá-la à miséria e ao suicídio. Apesar de Selznick, a realização inteligente e sensível de **Clarence Brown** não deixa descambar o melodrama para a lamechice e deixa-nos em filme ainda e sempre notável.

### O Inquilino Misterioso

(Sábado, 12 de Maio, SIC)

Aqui está uma fita de



### Beija-me, Idiota

(Domingo, 13 de Maio, RTP-2)

A censura norte-americana da época (1964) estraçalhou esta notável comédia de **Billy Wilder**, despenhando-a num fracasso de bilheteira que o tempo se encarregaria de vingar: na verdade, **Beija-me, Idiota** (escrito pelo próprio Wilder em parceria com o seu emblemático argumentista **I.A.L. Diamond**) é uma corrosiva sátira às públicas virtudes e vícios privados dessa «instituição» norte-americana que é a «mulher casada» (de honra e virtude acima de toda a suspeita), ao apresentar-nos a subtil sedução levado a cabo por uma mulher sobre um cantor célebre para conseguir que este grave uma canção de que é autor o seu marido, compositor até aí sem sucesso. No elenco, **Dean Martin** e **Kim Novak**.

### Batman

(Quarta-feira, 16 de Maio, RTP-1)

Em 1989, este **Batman** nasceu para vencer: realizado por **Tim Burton** com meios à discrição para produzir um universo urbano à altura da mítica Gotham City e da parafernália deste herói da banda desenhada norte-americana criada por Bob Kane nos anos 30, uma banda sonora inquietante q.b. e um elenco de luxo onde pontifica **Michael Keaton** como Batman, **Kim Basinger** como namorada deste e, sobretudo, **Jack Nicholson** na fabulosa criação de Joker, o mau da fita (tão fabulosa que deixa todos os outros intérpretes em segundo plano, superherói incluído), este **Batman** conseguiu ainda o prodígio de dar verosimilhança e originalidade a um universo de banda desenhada, geralmente tão difícil de transpor para a tela sem cair no ridículo ou, no mínimo, desiludir os admiradores dessa forma de expressão artística.

## Quinta, 10

### VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Mr Beau  
21.45 Elsa  
22.15 Grande Informação  
23.30 Bull  
24.30 Ciclismo: G.P. Vale do Tejo  
24.45 24 Horas  
01.15 «Aconteceu em Chicago» (de Mary Chybalski e J. Tintori, EUA/1997, com Paul Dillon, Michael Ironside, Gillian Anderson. *Comédia Dramática*)

### VRTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 A Madeira e os Descobrimentos  
13.00 A Loja do Cidadão  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Por Outro Lado  
16.00 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.40 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Andamentos  
19.30 Horizon  
20.10 Viver no Campo  
20.40 2010  
21.50 RTP Economia  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Artigo 37  
00.30 «A Promessa» (Luc e J.-Pierre Dardenne, Bélg-Fr-Lux/1996, com Jérémie Renier, Olivier Gourmet, Assita Quedraogo. *Ver Destaque*)

### SIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima

## Sexta, 11

### VRTP 1

**GIUSEPPE VERDI**  
**«Rigolletto» de Verdi: para ver e ouvir segunda à noite**  
07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 «As Bruxas de Eastwick» (de George Miller, EUA/1987, com Jack Nicholson, Cher, Susan Sarandon, Michelle Pfeiffer. *Ver Destaque*)  
23.15 Turnos de Risco  
00.05 Histórias da Noite  
00.35 Top Filme  
01.05 Ciclismo: G.P. Vale do Tejo  
01.15 24 Horas  
01.45 «Coma» (de Michael Crichton, EUA/1978, com Genevieve Bujold, Michael Douglas, Elizabeth Ashley. *Drama*)

### VRTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil

## Sábado, 12

### VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.15 Bandas Fabulosas  
15.40 Sem Filtro  
17.10 Milionários à Força  
18.00 Felicity  
19.00 Telejornal  
20.00 Festival Eurovisão da Canção  
23.00 Sábado à Noite  
23.40 Alves dos Reis  
00.35 Lei Marcial  
01.40 24 Horas  
24.50 Ciclismo: G.P. Jornal de Notícias  
02.00 Máquinas  
01.45 «Outras Nove Semanas e Meia» (de Anne Coursaud, Fr-EUA-R.Unido/1997, com Mickey Rourke, Angie Everhard. *Erótico*)

### VRTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Inicialiva  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.00 «Eternidade» (de Quirino Simões, Portugal/1989, Denis



**Doido por Ti**, que a TVI nunca se esquece de repor...

15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Minha Família é uma Animação  
22.00 Ganância/Porto dos Milagres  
23.30 Noites Marcianas  
02.00 Noites Longas  
04.00 Portugal Radical

### TVI

08.30 Animação  
10.00 Tic Tac Milionário  
11.30 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II Extra  
14.30 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
22.00 Mulheres de A a Zé  
22.30 Crianças SOS  
23.10 Big Brother  
01.15 A Bola É Nossa  
03.00 Última Edição  
03.40 Doido Por Ti  
04.20 Profiler

### SIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Bar da TV  
23.00 Porto dos Milagres  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Jogo Limpo  
04.00 Portugal Radical

### TVI

08.30 Animação  
10.00 Tic Tac Milionário  
11.30 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II Extra  
14.30 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.30 Olhos de Água  
22.30 Mulheres de A a Zé  
23.45 Combate por Uma Causa  
01.15 Última Edição  
02.05 «Branca de Neve» (de Michael Cohn, EUA/1996, com Sigourney Weaver, Sam Neill, Gil Bellows. *Fantástico*)  
04.05 «O Distintivo da Morte» (de Douglas Bar, EUA/1994, com Brian Wimmer, M.Emmet Walsh, Olympia Dukakis. *Thriller*)  
06.05 Doido Por Ti  
05.40 O Vingador



Darkian, Ana Maria Nascimento, Henrique Viana. *Drama*)  
20.45 Horizontes da Memória  
21.20 Bomborlo  
22.00 Jornal África  
22.30 Jornal 2  
23.30 O Lugar da História  
24.30 Britcom («Office Gossip» «So What» «A Família Royle»)  
02.00 «Tetsuo 2-Cyberpunk» (de Shinya Tsukamoto, Japão/1992, com Tomoroh Taguchi, Not Kanaoka. *Ficção Científica*)  
03.30 Prazeres

### SIC

07.00 Zip Zap  
11.15 Dá-lhe Gás  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Mafucos do Riso  
14.30 «Joey, O Canguru» (de Ian Barry, EUA/1997, com Jamie Croft, Alex McKenna. *Aventura*)  
16.30 «Academia de Polícia 6 - Cidade Sitiada» (de Peter Bonerz, EUA/1989, com Bubba Smith, David Graf. *Comédia*)  
18.40 Mundo Vip  
19.00 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Mafucos do Riso  
23.00 Herman Sic  
01.30 «O Inquilino Misterioso» (de John Schlesinger, EUA/1990, com Michael Keaton, Melanie Griffith, Matthew Modine. *Ver Destaque*)  
03.30 Portugal Radical

### TVI

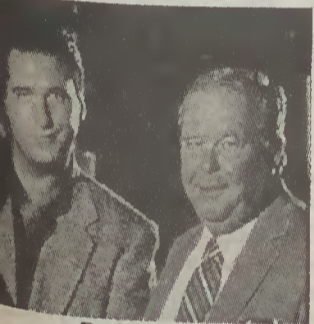
08.00 Animação  
11.15 Top Rock  
12.00 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
13.45 Contra-Ataque  
14.45 4º a Fundo  
15.00 Caras Lindas  
17.00 «Eu e o Meu Clone» (de Manny Coto, EUA/2000, com Andrew Lawrence, Lori Hallier. *Comédia*)  
18.00 Big Brother II  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
23.00 Mulheres de A a Zé  
00.30 Procissão das Velas  
01.00 Lux  
02.00 «Verdade Oculta» (de Bobby Roth, EUA/1994, com Rossana Arquette, Scott Bakula. *Thriller*)  
04.00 «Morte e Loucura» (de Danny Huston, EUA/1994, com Burt Reynolds, Angie Dickinson, Brian Wimmer. *Terror*)  
06.00 Grandes Esperanças

Domingo, 13

**▼ RTP 1**  
07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Made in Portugal  
15.15 Jag - Em Nome da Justiça  
17.05 «Fátima» (de Fabrizio Costa, Port-It/1997, com Catarina Furtado, Diogo Infante, Joaquim d'Almeida. *Drama*)  
18.55 Futebol: Gil Vicente - Benfica  
21.00 Telejornal  
22.10 Alves dos Reis  
23.05 O Rosto da Notícia  
24.10 Domingo Desportivo  
01.20 Ciclismo: G.P. Jornal de Notícias  
01.30 Magazine Liga dos Campeões  
02.35 24 Horas  
02.55 «O Einstein do Sexo» (de Rosa Von Praunheim, Alem/1999. *Drama Biográfico*)

**▼ RTP 2**  
07.00 Euronews  
09.00 Programa Religioso  
10.30 Missa  
11.15 Horizontes da Memória  
11.45 As Novas Reservas Naturais  
12.30 Palácio de Cristal  
13.30 Quem Sai Aos Seus  
14.00 Desporto 2  
18.30 Mexericos  
19.30 Um Rapaz Diferente  
20.30 Onda Curta  
(Curtas metragens de França, EUA, Irão)  
21.15 Simpsons  
21.45 Artes e Letras (Marcelo Alvarez, tenor)  
22.30 Jornal 2  
23.00 Travessa do Cotovelo  
24.10 «Beija-me, Idiota» (de Billy Wilder, EUA/1964, com Dean Martin, Kim Novak, Ray Walston, Felicia Farr. *Ver Destaque*)

**▼ SIC**  
07.00 Zip Zap  
12.00 BBC Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Big Show SIC



**Departamento de Homicídios: à quarta na RTP2**

18.00 «O Golpista» (de Tim Hunter, EUA/1997, com Matthew Modine, Mary Louise Parker. *Drama*)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Popstars  
22.30 «O Professor Chanfrado» (de Tom Shadyac, EUA/1997, com Eddie Murphy, Jada Pinkett, James Coburn. *Comédia*)  
24.30 Esta Semana  
02.10 «Assassinos Perfeitos» (de H. Gordon Boos, EUA/1997, com Andrew McCarthy, Robert Patrick. *Suspense*)  
04.10 Portugal Radical

**▼ TVI**  
08.30 Animação  
10.00 Cerimónias Religiosas (TD de Fátima)  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Dawson's Creek  
14.30 «Visões de um Crime» (de Don McBready, EUA/1995, com Cheryl Ladd, Duncan Regehr. *Fantástico*)  
16.30 «Perigo de Conspiração» (de Larry Elikam, EUA/1998, com Doug Savant, Jenny O'Hara. *Thriller*)  
18.30 Olhó Vídeo  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Bora Lá Marina  
21.45 Super Pai  
22.45 Big Brother  
24.05 «O Jardim da Redenção» (de Thomas Michael Donnelly, EUA/1997, com Anthony Lapaglia, Dan Hedaya, Embeth Davidiz, João Lagarto. *Drama*)  
02.05 «Crime Perfeito» (de Robert Lewis, EUA/1997, com Mitzy Capture, Scott Allan Campbell. *Policial*)  
04.05 Grandes Esperanças

Segunda, 14

**▼ RTP 1**  
07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Lotaria Nacional  
21.20 Mr. Bean  
22.00 Luis de Matos ao Vivo  
23.10 Jogo Falado  
24.50 24 Horas  
01.20 «A Perda da Inocência» (de Mike Figgis, EUA/1998, com Julian Sands, Saffron Burrows, Kelly MacDonald. *Drama*)

**▼ RTP 2**  
07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Itinerários  
13.00 2010  
14.00 Universidade Aberta  
14.30 Esquadra de Polícia  
15.30 Parlamento  
16.30 Informação Gestual  
17.30 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Rotações  
19.30 Horizon: Complete Obsession  
20.25 Viver no Campo  
20.40 Por Outro Lado  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Swoops  
24.00 Artes de Palco: Ópera («Rigoletto», de Verdi)  
02.25 Aumentos

**▼ SIC**  
08.00 Buéréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Bar da TV  
22.00 Porto dos Milagres/Ganância  
23.30 Noites Marcianas  
02.00 «Só Se Ama Duas Vezes» (de Timothy Bond, EUA/1992, com Michael Ontkean, Karen Allen. *Drama*)  
04.00 Portugal Radical

**▼ TVI**  
08.30 Animação  
11.30 Tiro e Queda  
12.00 Big Brother  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II  
15.00 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
18.15 Mulheres de A a Zé  
19.00 Big Brother  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
23.00 Mulheres de A a Zé  
23.45 Big Brother  
00.50 Pretender  
01.50 Última Edição  
02.40 Até que a Lei nos Separe  
03.40 Net  
04.40 Doido Por Ti  
05.20 Profiler

Terça, 15

**▼ RTP 1**  
07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Mr. Bean  
21.35 «Ruby Cairo» (de Graeme Clifford, EUA-Jp/1991, com Andie MacDowell, Liam Neeson, Viggo Mortensen. *Thriller*)  
23.20 «A Última Sedução» (de John Dahl, EUA/1993, com Linda Fiorentino, Peter Berg, Bill Pulman. *Thriller*)  
01.00 24 Horas  
01.30 Top Video  
02.00 «O Poder da Lei» (de James Tobak, EUA/2000, com Oliver Power Grant, Allan Houston, Claudia Schiffer, Robert Downey Jr. *Drama*)

**▼ RTP 2**  
07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.20 Boletim Agrário  
12.30 Rotações  
13.00 O Lugar da História  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Artigo 37  
16.30 Informação Gestual  
17.40 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
19.30 Horizon: Moon Children  
20.25 Viver no Campo  
21.00 O Triunfo dos Porcos  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Conversa Privada  
24.00 «Combater o Tempo Todo» (de Shane Medows, R.Unido/1997, com Bob Hoskins, Krishan Beresford, Bruce Jones. *Drama*)  
01.45 Rotações

**▼ SIC**  
08.00 Buéréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Mulher Não Entra  
22.00 Porto dos Milagres/Ganância  
23.30 Noites Marcianas  
02.00 Noites Longas  
04.00 Portugal Radical

**▼ TVI**  
08.30 Animação  
11.30 Tiro e Queda  
12.00 Big Brother  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II  
15.00 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
18.15 Mulheres de A a Zé  
19.00 Big Brother  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
21.30 Big Brother  
00.20 Mulheres de A a Zé  
01.05 Ally McBeal  
02.05 Última Edição  
02.55 Doido Por Ti  
03.25 Profiler



Artigo 37, hoje na RTP2: Diana Andriga põe em debate as «novas vagas de imigrantes» em Portugal

**Nota:**  
A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

Quarta, 16

**▼ RTP 1**  
07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.35 Futebol: Taça UEFA / Final  
21.35 Telejornal  
22.30 «Batman» (de Tim Burton, EUA/1989, com Michael Keaton, Jack Nicholson, Kim Baskiger. *Ver Destaque*)  
24.40 Maiores de 20  
01.10 24 Horas  
01.40 «Os Filhos da Noite» (de Nicholas Ray, EUA/1949, com Farley Granger, Cathy O'Donnell, Howard da Silva. *Drama*)

**▼ RTP 2**  
07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Andamentos  
13.00 O Triunfo dos Porcos  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Euronews  
15.30 Travessa do Cotovelo  
16.30 Informação Gestual  
17.45 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Onda Curta  
19.30 Horizon  
20.10 Viver no Campo  
20.30 Livres e Iguais  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Fenómeno  
24.00 Sinais do Tempo  
01.00 Departamento de Homicídios

**▼ SIC**  
08.00 Buéréré  
10.00 SIC 10 Horas  
08.00 Buéréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Programa da Maria  
22.00 Porto dos Milagres/Ganância  
23.30 Noites Marcianas  
02.00 Noites Longas  
04.00 Portugal Radical

**▼ TVI**  
08.30 Animação  
11.00 Tiro e Queda  
11.30 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II  
15.15 Batatoon  
17.00 Big Brother II  
20.00 Jornal Nacional  
21.30 Super Pai  
22.30 Olhos de Água  
23.30 Mulheres de A a Zé  
00.15 Big Brother II  
00.05 Tie Tac Milionário  
01.20 Última Edição  
02.10 «Lágrimas de Família» (de Jody Podolsky, EUA/1999, com Alana Ubach, James Rbhorm, Lesley Ann Warren. *Drama*)  
04.10 Doido Por Ti  
04.40 Profiler

**TVisto**  
• Correia da Fonseca

## O guru, os "media" e nós

A questão central

Falar de televisão, mesmo neste jeito de crónicas que tentam ser críticas, não há-de ser apenas comentar programas que os diversos canais nos despejam em casa pedindo pouca ou nenhuma licença para entrar: quando se entenda ser caso para isso, será também falar dos que, falando de televisão, com razão ou sem ela, são erigidos em «opinion makers» (rendi-me a esta expressão tão democrática, tão atlântica) ou equiparados. E isto vem a propósito de uma entrevista neste fim-de-semana publicada pelo DNA. O entrevistado é Denis McQuaill, logo na capa do suplemento caracterizado por ser «um dos mais respeitados gurus da comunicação». Que o seja, ainda bem para ele; mas ainda mal para mim, que ao longo das cinco páginas da entrevista não soube encontrar motivo para partilhar tamanho respeito. Por acaso, num outro jornal que no mesmo dia comprei, encontrei referências a dois livros que me parecem verdadeiramente importantes e cujos autores me suscitam não apenas respeito, o que já é bom, mas também grande admiração: o norte-americano Noam Chomsky e o francês Ignacio Ramonet. E, por desgraçada coincidência, logo encontro na entrevista ao McQuaill uma alusão descredibilizante a Chomsky, a Ramonet e também a Bourdieu. Questionado sobre estes homens e o facto de não os podermos ignorar quando se trata de Comunicação Social, McQuaill responde, de uma forma um pouquinho indirecta mas ainda assim suficientemente clara, que a audiência que têm se deve apenas a «não haver vozes mais novas» mas também a que «na ausência de pensadores que traduzam as tendências do nosso tempo, vemos-nos obrigados a preservar os mais antigos que, na maior parte dos casos, não se preocupam em adaptar as suas teorias à realidade». Contudo, já que parece ser questão de juventude e de antiguidade, convém notar que Denis McQuaill, já septuagenário, não é precisamente um exemplo de moicidade. Nesta matéria, resta-lhe repetir uma frase batida que há-de ter sido lançada por um velhote espertalhuço, se não por um jovem forçosamente inexperiente na matéria, segundo a qual a juventude é um estado de espírito. Sê-lo-á, mas era bom que, nesse caso, o corpo fosse informado disso para não se meter de permeio entre a frase e a realidade.

Contudo, não se julgue que comecei a emburrar com Denis McQuaill por uma questão de diferenças de idade mental, intelectual, e só desse tipo porque, de facto, não ocorre neste caso diferença etária significativa no plano biológico e a que exista não é a meu desfavor. Assim, percorri por mais de uma vez esta sua entrevista em busca de uma importante e se possível original pepita de lucidez. Não encontrei. Pelo contrário, deparei com falácias tão primárias como concluir ela incoerência de Noam Chomsky quando este «mostra como os media americanos são terríveis» e, por outro lado, ao poder fazê-lo, «prova que existe qualidade e liberdade suficiente para os ilibar». Como se o facto de Chomsky poder escrever, fazer-se editar e impor-se pela lucidez e adequação do que escreve, afinal pequeno ilhéu num oceano de manipulações e imposturas, pudesse constituir contraveneno eficaz, compensatório e equilibrante. No resto, não dei conta de que se situasse, de um modo geral, acima dos lugares-comuns dominantes e, desgraçadamente, perigosos. Quanto a Ramonet, a referência a que atrás aludi foi breve: tratava-se da edição entre nós de uma obra sua, «Propagandas Silenciosas - Massas, televisão, cinema». Ao que li, o livro coloca uma questão central: «Face ao poder da comunicação de massas, a questão que se põe hoje em dia já não é: somos manipulados? Pois a resposta a esta pergunta, como todos o sabem, é infelizmente afirmativa. Trata-se agora de saber como somos mentalmente influenciados, controlados, condicionados.» Depois disto, a dúvida que se me suscita não é a de saber se também o somos nós, que nos temos por esclarecidos e gente progressista (o que não é o mesmo que ser moderno por isso se ter tornado socialmente obrigatório, é até o seu contrário): o que me preocupa é saber até que ponto o somos, porque será irrealista acreditar que escapamos totalmente à generalizada atmosfera de imposturas que nos entra pelos olhos, pelos ouvidos, quase que pelo ar que acolhemos nos pulmões. Por isso é que hoje escolhi não falar de um só programa concreto transmitido por uma estação de TV. Creio que, afinal, falei de quase todos, mesmo de muitos que supomos inócuos.



## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### Caxito

*Pelo menos cem mortos entre a população civil, pelo menos cem desaparecidos entre a mesma população e ainda 60 jovens entre os 10 e os 18 anos raptados das instalações que organismos internacionais humanitários construíram para os acolher na orfandade — eis o balanço do ataque da UNITA à povoação de Caxito, a 70 quilómetros de Luanda, perpetrado no passado fim-de-semana.*

*Como de costume, os habituais porta-vozes de Jonas Savimbi, que civilizada e tranquilamente se passeiam por Lisboa e outras capitais europeias, apressaram-se a apresentar outros balanços da tragédia: segundo eles — e mais uma vez... — o resultado da expedição ao Caxito saldou-se na captura de material bélico e no «abate» de elementos das Forças Armadas e de segurança do Governo angolano, oscilando a quantificação dos troféus entre números grosseiramente exorbitantes ou adequadamente diluídos na classificação de «indeterminados». Importa aqui reter esta sistemática necessidade da UNITA em apresentar resultados pretensamente militares das suas expedições terroristas.*

*Usando a perspicácia acessível a qualquer factinora, os homens do «galo negro» sabem como é intolerável à luz de quaisquer valores a prática do banditismo como objectivo em si mesmo.*

*Assim, todo o seu historial na tragédia angolana é pontuado pelo esforço propagandístico de transformar massacres de populações indefesas em baixas infligidas ao adversário no campo de batalha, de transmutar roubos e saques em capturas de material bélico, de convencer que o arrasamento indiscriminado de povoações corresponde à destruição de alvos militares, de apresentar o rapto de crianças e adolescentes como adesões voluntárias à sua «causa», de converter o sequestro de populações inteiras em apoio popular, de persuadir que as defenestrações cobardes e sem escrúpulos infligidas sistematicamente ao seu próprio povo correspondem a manifestações de bravura, que as emboscadas a civis indefesos são audaciosas acções de guerrilha, que a miséria e o terror que impõem planificadamente na terra angolana resultam da corrupção atribuída a Luanda, que o saque de tudo e todos cumpre objectivos patrióticos.*

*Viu-se, mais uma vez, no Caxito o que vale o discurso da UNITA quando peneirado na joeira dos seus próprios actos.*

*É que o balanço provisório de 100 civis mortos, 100 desaparecidos e 60 crianças e adolescentes raptados como resultado da «gloriosa acção de guerrilha» do passado fim-de-semana no Caxito não vem apenas de Luanda e da sua pretensa manipulação dos factos: é — também mais uma vez — afirmado e confirmado por organizações da ONU presentes no terreno que, por isso mesmo, já condenaram duramente a organização de Savimbi por esta selvajaria e exigiram a libertação imediata das crianças e jovens que, aliás, estavam sob a sua protecção e acompanhamento.*

*Não é por acaso que os conhecidos admiradores de Savimbi no nosso país se limitaram a circunscrever esta nova tragédia do Caxito no quadro politicamente correcto da «resolução negocial do conflito». O colunista Luís Delgado é disso paradigmático ao pugnar no DN pelos «angolanos inocentes», reivindicando seraficamente que «a solução para o conflito angolano não passa pela guerra, nem pelo aniquilamento de uma das partes, e essa constatação tem de ser feita de uma vez por todas».*

*De tão empenhados que estão na «resolução negocial do conflito angolano» e preocupados com os «civis inocentes» de Angola, Luís Delgado e outros que tais admiradores portugueses de Savimbi nem reparam que, como mais uma vez se viu no Caxito, é a UNITA que sistematicamente assassina, rapta, sequestra e saqueia esses civis inocentes, enquanto vai acusando o Governo de Luanda de recusar o diálogo...*

## No Dia Nacional da Segurança Social CGTP-IN exige transparência Contas em atraso

**No Dia Nacional da Segurança Nacional, dirigentes e activistas da CGTP-IN fizeram uma concentração de protesto frente ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Em causa está, em particular, o atraso da apresentação das contas da Segurança Social. E as questões políticas que lhe estão ligadas.**

A CGTP-IN considera inaceitável a falta de informação sobre a evolução do sistema de segurança social e inexplicável que a apresentação de contas tenha um atraso de dois anos.

Esta a primeira grande questão levantada pela confederação, neste dia 8, por se tratar de uma matéria particularmente importante, «que envolve enormes recursos financeiros do Orçamento de Estado e dos trabalhadores e que é o retrato social do país».

A CGTP questiona ainda a criação de «institutos atrás de institutos», o aumento substancial de despesas em nome da eficácia, sem que se vejam melhoras. Acres-

ce a tudo isto o «mistério» que rodeia o funcionamento destes institutos. A informação é nula, os órgãos consultivos não funcionam.

Neste quadro, a CGTP-IN exige que o Governo dê posse aos seus representantes já nomeados e forneça «informação atempada sobre as matérias financeiras e estruturais da segurança social». Porque «a Segurança Social é dos trabalhadores e estes exigem ser informados».

A central sindical sublinha, ainda, a importância da regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, pois vão ser «os instrumentos que poderão consoli-

dar o sistema público» em todas as suas dimensões» e lembra que, no que se refere ao cálculo das pensões, este deverá ser discutido, antes do mais, com os representantes dos trabalhadores.

### Pensionistas exigem revisão intercalar

A direcção nacional da Inter-Reformados (IR) defende a necessidade de uma revisão intercalar, em 2001, dos montantes das pensões, face à «elevada inflação já verificada e ao seu previsível aumento nos meses próximos».

Em comunicado divulgado terça-feira, dia 8, a IR lembra que «com um orçamento de cerca de 2.800 milhões de contos, Portugal é um dos países da União Europeia que menos percentagem do Produto Nacional Bruto dedica à sua Segurança Social, apesar de ser o país onde mais se tem acentuado a desigualdade na repartição do rendimento e a correspondente concentração da riqueza».

A IR lembra a «intensa discussão e a grande movimentação promovidas pelo movimento sindical» em torno da pretensão do capital financeiro de «privatizar faixas potencialmente lucrativas da segurança social». O que, no imediato, impediu a concretização de tais pretensões.

Entretanto, as baixas pensões mínimas e as pensões antigas de montantes indignos são uma pesada herança que «é obrigatório corrigir». E nesta, como noutras áreas, apesar dos avanços registados, «a democracia social ainda está bem longe de ser concretizada».

### A Segurança Social é dos trabalhadores e estes exigem ser informados



Aumento do abono vem tarde e é insuficiente

## Tarde e pouco

Uma medida positiva mas tardia. Este o primeiro comentário da CGTP-IN face ao anunciado aumento do abono de família, pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

«Quando o Governo decidiu fazer a selectividade do abono de família, nós criticámos a existência de apenas três escalões, porque considerámos injusto atribuir o mesmo a famílias com rendimentos de 100 contos e de 500 contos», lembra Maria do Carmo Tavares, da comissão executiva da CGTP, frisando que, nessa altura, essas críticas foram ignoradas. «Só agora é que o Governo reconheceu que tínhamos razão», afirmou.

Como foi, entretanto, amplamente noticiado, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Paulo Pedrosa, anunciou a criação de um novo escalão do abono de família, dividindo em dois o actual segundo escalão, que englobava as famílias com rendimentos entre 1,5 e oito salários mínimos nacionais (SMN).

A partir de Setembro, as famílias que vão ficar no futuro segundo escalão, com rendimentos entre os 100 e os 270 contos, vão passar a receber mensalmente 14.550 escudos (mais dois contos) por cada filho com menos de um ano e 3.900 (mais 530 escudos) por cada filho com mais de um ano. As famílias que fiquem neste escalão mas que tenham mais de dois filhos vão receber um abono de 21.100 escudos (mais 4.320 escudos) pelos filhos menores de um ano e 5.720 escudos (mais 1.150 escudos) pelos maiores de um ano.

Os restantes escalões não serão abrangidos por este aumento.

## JCP quer casas para jovens

A Juventude Comunista Portuguesa criticou a secretária de Estado da Habitação por não incluir, nas medidas relativas aos fogos devolutos em Lisboa, um programa de habitação para os jovens.

Em declarações à agência Lusa, Ana Saldanha declarou que a JCP tinha apresentado em 2000 uma proposta que visava a recuperação dos prédios devolutos em Lisboa e o seu arrendamento a preços económicos a jovens, além de aludir ao aumento da contri-

buição autárquica para os prédios devolutos e a actualização dos seus valores matriciais.

«A proposta da JCP previa também a penalização fiscal para os proprietários com prédios devolutos e concessão de benefícios fiscais para os que os colocassem a preços económicos para os jovens», afirma Ana Saldanha.

«A JCP propõe também que se saiba exactamente qual a situação dos prédios devolutos na cidade, para que

se possa reunir esforços para a sua recuperação e consequente arrendamento aos jovens», salienta Ana Saldanha.

Já que «não há vontade política para resolver a situação», os jovens comunistas solicitaram ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, uma intervenção pontual em alguns dos fogos devolutos da cidade, através da manutenção e posterior arrendamento, com o intuito de «dar o exemplo».

## Contra política educativa

Os estudantes do Instituto Superior Técnico iniciaram quarta-feira a tradicional Queima das Fitas com um protesto ruidoso contra a actual política educativa, dirigindo para o Ministério da Educação mais de 30 mil watts de som, luzes e projectores.

Durante quatro dias de convívio académico previsto para a alameda do Instituto Superior Técnico, os estudantes pretendem bombardear a 5 de Outubro com muitas horas de

música tendo como lema «Quem não ouve os estudantes, queima-se».

A mensagem que se quer passar para toda a cidade de Lisboa, e principalmente para o ministro da Educação, é de que os alunos contestam a actual política educativa e exigem soluções para minimizar os problemas dos estudantes deslocados.

No recinto das animações, as Associações de Estudantes presentes deverão ainda colo-

car um boneco de 15 metros de altura que se erguerá no céu a abanar os braços para a 5 de Outubro e a pedir «Quero Jobs for the Boys», um iniciativa que visa focar o problema da falta de emprego para os recém-licenciados.

Os quatro dias de festa incluirão também «um pedido em prol das vítimas da política educativa do governo», numa alusão aos problemas de financiamento do ensino superior em Portugal.

